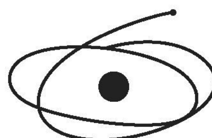
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XV | nº 59-60 | 1972



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano XV nº 59-60 Julho-Dezembro 1972

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186

RIO DE JANEIRO, RJ — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE

POLÍTICA INTERNACIONAL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XV — 2º Semestre de 1972 — Nº 59/60

SUMÁRIO

ARTIGOS

BIBLIOGRAFIA

A **Revista Brasileira de Política Internacional,** editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais,** sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário:

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 246-9542

Rio de Janeiro, RJ — BRASIL

Assinatura anual: Cr$ 30,00 — Para o exterior: US$ 12,00

Número avulso: Cr$ 15,00 — Para o exterior: US$ 6,00

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

VOL. XV — SECOND SEMESTER, 1972 — Nr. 59/60

SUMMARY

ARTICLES

BIBLIOGRAPHY

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

ENDEREÇO/ADDRESS

Biblioteca

Praia de Botafogo, 186

Rio de Janeiro, RJ — BRASIL

Solicita-se Permuta

Exchange is requested

ASSINATURAS

Brasil: Cr$ 30,00 — Foreign Countries: US$ 12,00

Número Avulso: Cr$ 15,00 — Single number: US$ 6,00

SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS

Guilherme Arroio

I — Antecedentes.

II — Esquema da Comunidade Econômica Européia.

III — Esquemas de outros países desenvolvidos de economia de mercado.

IV — Esquema dos países socialistas da Europa Oriental.

V — Esquema dos Estados Unidos da América.

VI — Experiência brasileira no SGP.

VII — Avaliação final.

ARTIGOS

SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS

I — *Antecedentes.*

As origens do SGP encontram-se na década dos 60 quando se iniciaram os movimentos reivindicatórios dos países em desenvolvimento para modificar as políticas comerciais dos países desenvolvidos e cuja primeira manifestação concreta foi a aprovação pelas Nações Unidas, em 1961, da resolução instituindo a Década do Desenvolvimento, que fixava a taxa mínima de crescimento da renda nacional dos países em desenvolvimento em 5% ao ano. A partir de então, torna-se parte integrante da temática de reuniões multilaterais o problema da reformulação de políticas comerciais e já na I Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCD), em 1964, foi reconhecida, sem qualquer dissenção, a necessidade de expandir e diversificar as exportações de manufaturas e semi-manufaturas dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, várias idéias foram lançadas, entre as quais a concessão de preferências, que, embora apoiada por todos os países em desenvolvimento, não prosperou, então, pela oposição dos países desenvolvidos.

2. Na II CNUCD, em 1968, o assunto foi novamente retomado e, dessa vez, obtido consenso em torno de resolução que determinava como objetivos de um sistema geral de preferências o aumento da renda proveniente das exportações dos países em desenvolvimento, a promoção de sua industrialização e a aceleração de suas taxas de crescimento econômico. Pela mesma resolução, foi estabelecido um Comitê Especial de Preferências, foro, desde então, das discussões entre os futuros outorgantes e beneficiários do sistema a ser criado.

3. A adoção final do Sistema Geral de Preferências, em 1970, pela CNUCD, deve ser considerado como um grande avanço nas relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Representa a aceitação pelos países desenvolvidos do princípio de que as regras internacionais de comércio baseadas na cláusula de Nação Mais Favorecida são essencialmente aplicáveis ao comércio entre países desenvolvidos, mas não necessariamente no comércio entre países em estágios de desenvolvimento muito diferentes. Implica na substituição do princípio de reciprocidade nas relações comerciais entre desenvolvidos e em desenvolvimento pelo prin-

cípio de preferências tarifárias não-recíprocas para as manufaturas e semimanufaturas dos últimos nos mercados dos primeiros.

4. De duas formas podem contribuir as preferências para o aumento das exportações de um país em desenvolvimento:

a) mediante o deslocamento de produção relativamente ineficiente no país outorgante de preferências devido à redução tarifária concedida às importações preferenciais provenientes de países beneficiários. A escala desse deslocamento depende da extensão da redução tarifária, da elasticidade da demanda da importação nos países outorgantes e da elasticidade do suprimento de exportações dos beneficiários.

b) mediante o deslocamento das exportações de países não beneficiários de preferências pelas exportações de países beneficiários, devido à discriminação que sofrem as exportações dos primeiros nos mercados dos países outorgantes (isto é, essas exportações são sujeitos à tarifas ao passo que as exportações semelhantes de países em desenvolvimento ingressam livres de direitos). A escala desse deslocamento depende da margem preferencial e da elasticidade de suprimento das exportações dos países beneficiários.

5. Embora ambos os elementos acima estejam presentes em qualquer arranjo preferencial, é em relação ao segundo que os países em desenvolvimento depositam maiores esperanças, uma vez que os mecanismos de salvaguarda, que veremos adiante e que se encontram em todos os esquemas preferenciais, tendem a minimizar o aumento das exportações dos países em desenvolvimento realizado as custas dos produtores dos países desenvolvidos. Assim, baseado na noção de que desiguais devem ser tratado desigualmente e que os países em desenvolvimento não podem competir efetivamente com os países desenvolvidos na venda de produtos manufaturados quando são colocados em igualdade de condições, o objetivo primordial das preferências é conceder a esses países uma vantagem competitiva, criada pela margem preferencial, sobre competidores de terceiros países. É nesse tratamento preferencial que se acredita encontrarem-se os principais benefícios para os países em desenvolvimento.

II — *Esquema da Comunidade Econômica Européia*

6. A Comunidade Econômica Européia foi a primeira a implementar seu esquema de preferências, em 1 de julho de 1971. A associação da Inglaterra, Dinamarca e Irlanda à CEE, em 1973, implicou no desaparecimento dos esquemas individuais desses países que passaram a aplicar, a partir de 1 de janeiro de 1974, o esquema da CEE.

7. Os resultados da associação dos três países à CEE, no que se refere ao SGP, ainda não podem ser claramente definidos. Não há dúvidas, contudo, que a eliminação das tarifas sobre produtos manufaturados no co-

mércio intrabloco da Comunidade ampliada tenderá a prejudicar as exportações preferenciais dos países em desenvolvimento.

8. Antes da ampliação da CEE, a Europa Ocidental encontrava-se dividida em duas grandes zonas comerciais: a CEE e a Associação de Livre Comércio Européia (EFTA). Na medida em que a CEE impunha a Tarifa Exterior Comum às importações provenientes da outra zona, suas preferências gerais proporcionavam uma margem tarifária aos países em desenvolvimento em relação aos países da EFTA equivalente à TEC. Da mesma forma, já que cada país membro da EFTA impunha direito de Nação Mais Favorecida às importações provenientes do Mercado Comum, suas preferências gerais proporcionavam aos países em desenvolvimento uma margem de preferências, contra o Mercado Comum, equivalente ao nível de tarifa de Nação Mais Favorecida. Com a ampliação da CEE, inclusive com a esperada criação de uma zona de livre comércio para manufaturas englobando toda a Europa Ocidental, as preferências desaparecerão totalmente. Essa transformação, afetará, portanto, as preferências gerais de cada país da Europa Ocidental e não unicamente as da Comunidade ampliada. Em outras palavras, como resultado da ampliação, os esquemas preferenciais dos países da Europa Ocidental não proporcionarão mais preferências aos países em desenvolvimento *vis a vis* outros supridores da Europa Ocidental.

9. Após essas considerações de caráter geral, examinaremos as características do esquema preferencial da CEE.

A — Cobertura dos produtos.

10. As preferências aplicam-se aos produtos industrializados incluídos nos capítulos 25-99 da NAB, com duas únicas ressalvas que não afetam especificamente o Brasil. Tratamento preferencial também é concedido a produtos agrícolas processados e semiprocessados selecionados, incluídos nos capítulos 1-24 da NAB. Em 1974, o número dos produtos agrícolas cobertos pelo esquema alcançou 190 itens ou subitens tarifários, correspondendo, em números de 1970, a cerca de US$ 200 milhões de dólares de importações agrícolas sujeitas a tarifas. Entre esses produtos caberia citar, de interesse para o Brasil, café solúvel, tabaco, óleos e gorduras vegetais, manteiga de cacau, etc.

C — Mecanismos de salvaguarda.

12. O esquema da CEE prevê uma cláusula escapatória para todas as importações preferenciais de produtos agrícolas dos capítulos 1-24 da NAB, segundo a qual quando essas importações são realizadas em tais quantidades ou preços que os produtores domésticos sofram ou possam sofrer sério prejuízo a cobrança de direitos aduaneiros poderá ser reintroduzida no todo ou em parte para esses produtos e em relação aos países e territórios que tenham provocado a situação. Em relação a quatro produtos agrícolas, manteiga de cacau, café e solúvel, abacaxi em conserva e tabaco não processado, a Comunidade instituiu adicionalmente um sistema de limitação

a priori das importações preferenciais, estabelecendo quotas entre os Estados membros.

13. No caso das importações preferenciais de produtos manufaturados, foi estabelecido um sistema de tetos e quotas tarifárias expressas em unidades de conta (medida de valor empregada pela CEE) ou em quantidade. No esquema de 1974, o teto foi calculado adicionando-se o valor CIF das importações realizadas do produto em 1971 pela Comunidade dos países e territórios beneficiários do sistema mais 5% das importações totais do produto nesse mesmo ano. Aplica-se o teto ao grupo de produtos considerados como não sensíveis e que compreende praticamente a maioria nos capítulos 25-99.

14. As quotas tarifárias, por outro lado, aplicam-se aos produtos considerados sensíveis e determinam o nível de importações que pode ser admitido na Comunidade preferencial. Essas quotas gerais são subdivididas em quotas nacionais alocadas entre os Estados membros de acordo com uma percentagem fixa.

15. Além da limitação geral de tetos e quotas tarifárias, as importações preferenciais de produtos que se originam em quaisquer dos países ou territórios beneficiários não podem, como regra geral, ultrapassar uma quantidade máxima ("batente"), que corresponde, em geral, à 50% do teto ou da quota tarifária nacional. Para alguns produtos sensíveis, essa percentagem à fixada entre 20 e 30%.

16. As importações preferenciais de produtos sensíveis somente pode ser feita até o nível determinado pela quota tarifária da Comunidade ou pela sub-quota nacional ou pelo "batente". Atingindo esse nível, a tarifa normal é reintroduzida imediatamente. No caso de produtos não sensíveis, afetados pelo teto ou "batente", a decisão de reintroduzir a tarifa normal não é mandatória, mas sim discriminatória. Contudo, nessa categoria de produtos, a Comunidade elaborou uma lista de produtos semi-sensíveis, objeto de observação especial para fins de corte do tratamento preferencial caso o teto ou batente sejam atingidos.

D — Regras de Origem.

17. Produtos são considerados originários de um país beneficiário se forem produzidos totalmente nesse país, isso é, sem a utilização de insumos importados. Quando o produto final contiver insumos importados, esses deverão ter sido submetidos a um processamento suficiente no país beneficiário para que o produto final possa receber tratamento preferencial. Como regra geral, o processamento é considerado suficiente se o produto final for classificado num título de quatro digitos da NAB diferente daquele que cobria quaisquer dos insumos utilizados.

18. Além da exigência acima, o produto deverá ser embarcado diretamente a um consignatário na CEE, admitindo-se o trânsito por terceiros países ou estocagem parcial nesses países apenas por motivos geográficos

(países mediterrâneos) ou por necessidade de transporte. Quando tal ocorrer, o produto deverá permanecer sob controle aduaneiro no país de trânsito, estocado e não entrar no comércio ou consumo desse país.

III — *Esquemas de outros países desenvolvidos de economia de mercado.*

19. Além da CEE, possuem esquemas preferenciais os seguintes países desenvolvidos de economia de mercado: Japão, Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Finlândia, Noruega, Áustria e o Canadá, que colocou o seu em vigor em 1 de julho deste ano. As características básicas dos vários esquemas não diferem fundamentalmente das do esquema da CEE, cabendo, contudo, as seguintes observações:

A — Cobertura dos produtos.

20. Da mesma forma que a CEE, a maioria dos esquemas preferenciais, com exceção do Canadá e da Nova Zelândia, incluem todos os produtos manufaturados e semimanufaturados nos capítulos 25-99 da NAB com algumas poucas exceções, geralmente têxteis, sapatos e veículos. As diferenças entre os vários esquemas ocorrem principalmente em relação aos produtos nos capítulos 1-24 da NAB, mostrando-se alguns esquemas mais restritivos do que outros quanto ao grau de cobertura.

B — Extensão do corte tarifário.

21. Não há uniformidade entre os diversos esquemas quanto ao corte tarifário, prevalecendo apenas um certo consenso quanto a reduções lineares nos capítulos 1-24 da NAB. Aos produtos incluídos nos capítulos 25-99 aplica-se geralmente tarifa zero, havendo exceções como, por exemplo, a Áustria e o Japão. O Canadá possui um sistema "sui generis" ou seja, aplica a tarifa preferencial que for a mais baixa entre a Tarifa Preferencial Inglesa ou uma equivalente a dois terços da tarifa de Nação Mais Favorecida.

C — Mecanismos de salvaguarda.

22. Apesar de todos os outorgantes incluirem mecanismos de salvaguarda nos respectivos esquemas que lhes permitem modificar, reduzir ou retirar, inteira ou parcialmente, as preferências concedidas, bastando considerar que exista ameaça de perturbação de seus mercados, o único país que adotou um sistema de quotas similar ao da CEE, embora bastante mais flexível, foi o Japão.

D — Regras de Origem.

23. As únicas variações existentes em relação às disposições da CEE sobre o assunto referem-se ao grau de processamento que deve sofrer o insumo importado para que o produto final seja considerado originário do país beneficiário. O Canadá, por exemplo, exige que 60% do valor final do artigo tenha sido produzido pela indústria do país beneficiário.

IV — *Esquema dos países socialistas da Europa Oriental*

24. Entre os países socialistas, o papel das tarifas como instrumento para alocação de recursos através dos preços varia bastante e é muito mais efetivo na Hungria, por exemplo, que é membro do GATT, do que na Bulgária ou na União Soviética. Daí as reivindicações dos países em desenvolvimento no sentido de que sejam adotadas medidas preferenciais de caráter não tarifário pelos países socialistas a fim de facilitar e aumentar o acesso a esses mercados para os produtos dos países beneficiários.

25. Além disso, devido ao sistema de planificação central, embora na teoria as vantagens preferenciais desses países estejam disponíveis para todos os países beneficiários, na prática encontram-se limitadas aqueles países que tenham assinado acordos bilaterais de comércio e de pagamentos com os socialistas. Acrescenta-se que as prioridades do plano determinam as quantidades que são importadas e a disponibilidade de divisas limita, de fato, a aquisição. Nessas condições, seriam escassas as possibilidades dos países beneficiários tirarem proveito de uma expansão da demanda de seus produtos por uma redução de preços resultante de uma eliminação da tarifa.

26. As vantagens que porventura ofereçam o SPG dos socialistas devem ser, portanto, consideradas tendo em vista o papel que a disponibilidade de divisas, a existência de excedentes em moeda estrangeira, os acordos bilaterais e outros fatores não relacionados com preço desempenham no sistema econômico desses países.

27. Por essas razões, as dificuldades dos países beneficiários, que se encontram em constante desequilíbrio no comércio com os socialistas e, portanto, enfrentando dificuldades de pagamentos nas transações comerciais, em aproveitar integralmente as preferências tarifárias concedidas pelos socialistas.

28. Nessas condições, passam a ter valor secundário as disposições, quando existentes, sobre produtos abrangidos pelo esquema, extensão dos cortes tarifários e mecanismos de salvaguarda. Quanto às regras de origem, os socialistas revelam-se bastante flexíveis, prescindindo do certificado de origem para os produtos de países beneficiários. Esta formulação permite o tratamento cumulativo, ou seja, produtos elaborados em um contexto regional ou sub-regional considerados como originários de um país beneficiário, a participação sem qualquer limitação de insumos importados no produto final e até mesmo, possivelmente, a reexportação de produtos elaborados em países não beneficiários.

V — *Esquema dos Estados Unidos da América*

29. Embora o esquema de preferência gerais dos Estados Unidos da América ainda não tenha sido aprovado, decidiu-se incluí-lo neste trabalho

como um todo. Após a CEE, os Estados Unidos representam o maior mercado mundial para os produtos industriais dos países em desenvolvimento, que exportaram para aquele mercado cerca de US$ 14 bilhões em 1972.

30. Uma idéia ainda mais precisa das dimensões do mercado americano é dada por um estudo preparado pela UNCTAD (doc. TD/B/C.5/20), com dados relativos a 1970, que revela que o esquema proposto pelos Estados Unidos incluiria 18% (U$ 1.400 milhões) do total das importações dos países membros do Grupo dos 77 (US$ 7.846 milhões) ou 31% das importações sujeitas a tarifas desses países (US$ 4.539 milhões). Nesses cálculos não foram computadas, todavia, as deduções que forçosamente ocorreriam com a utilização de mecanismos de salvaguarda e que reduziriam a cobertura do esquema praticamente pela metade.

31. O proposto esquema de preferências dos Estados Unidos, incluído no Título V do "Trade Reform Act" de 1973, atualmente em consideração pelo legislativo daquele país, encontra-se contudo, ainda sem forma final e data certa de entrada em vigor devido aos atrasos imprevisíveis que poderá sofrer o processo legislativo bem como os difíceis momentos políticos que atravessam os Estados Unidos e que poderão refletir-se sobre a tramitação do assunto. Feitas essas ressalvas, examinemos, a seguir, algumas das características essenciais do esquema conforme submetido ao legislativo:

A — Cobertura dos produtos.

32. A extensão da cobertura do esquema preferencial será determinada somente após a aprovação do "Trade Reform Act". As indicações são, contudo, no sentido de que preferências deverão ser concedidas a todas as manufaturas e semimanufaturas nos capítulos 25-99 da NAB, com exceção de têxteis, sapatos e produtos derivados do petróleo e também a produtos agrícolas selecionados nos capítulos 1-24 da NAB.

B — Extensão do corte tarifário.

33. Sobre esse aspecto, o esquema dos Estados Unidos será dos mais progressistas, vez que prevê tarifa zero para os produtos incluídos nos capítulos 1-99 da NAB.

C — Mecanismos de salvaguarda.

34. Além da cláusula geral de salvaguarda segundo a qual o tratamento tarifário preferencial poderá ser suspenso, limitado ou retirado pelo Presidente, sem obrigatoriedade de consulta ou possibilidade de recurso por parte dos beneficiários sempre que houver prejuízo ou ameaça de prejuízo aos produtores nacionais, o esquema dos Estados Unidos prevê ainda outro mecanismo de proteção, denominado "competitive need criteria".

35. Segundo esse mecanismo, não será aplicado tratamento preferencial aos produtos provenientes de um país beneficiário que tenham atingido 50% do valor total das importações realizadas do produto pelos Estados Unidos ou US$ 25 milhões, no último ano calendário. Atingidos quaisquer dos dois limites, as preferências cessarão no prazo de sessenta dias após o

término do ano, a menos que o Presidente decida ser do interesse nacional a continuação do tratamento preferencial.

36. A *rationale* por trás dos "competitive need criteria" seria a necessidade de oferecer maiores oportunidades para os países de menor desenvolvimento relativo, incapazes de competir no mercado dos Estados Unidos em igualdade de condições com os produtos exportados pelos países em desenvolvimento mais adiantados.

37. Contudo, ainda o mesmo estudo referido anteriormente e que se apoia em dados do comércio exterior dos Estados Unidos em 1970, revela que os "competitive need criteria" afetarão principalmente os produtos semimanufaturados, que constituem a base das exportações dos países de menor desenvolvimento relativo, prejudicando, assim, indiscriminadamente, ambas as categorias de países em desenvolvimento, o que está em contradição com o objetivo expresso na medida.

38. As conseqüências perniciosas dos "competitive need criteria" tornamse mais claras ao verificarmos que, em 1970, caso o esquema dos Estados Unidos estivesse em vigor, cerca de US$ 567 milhões, ou cerca de 40% das importações provenientes dos países em desenvolvimento seriam afetadas pela aplicação desse mecanismo de salvaguarda.

D — Regras de origem.

39. A regra básica é que um artigo para gozar de tratamento preferencial deve ser exportado diretamente de um país beneficiário para os Estados Unidos. Outro requisito é que o valor adicionado no país em desenvolvimento, incluindo o custo ou valor dos materiais produzidos nesse país e os custos diretos de processamento, deve igualar ou exceder uma percentagem mínima, que variará entre 35 e 50% do valor estimado do artigo.

VI — *Experiência brasileira no SGP*

40. O pouco tempo de funcionamento do SGP não permite ainda avaliar corretamente os benefícios que porventura terão advindo ao Brasil da implantação dos esquemas preferenciais. Deve-se, contudo, ressaltar, que, de todas as formas, o Sistema Geral de Preferência não funciona para o Brasil como elemento fundamental de uma estratégia de comércio, representando apenas um incentivo adicional às nossas exportações.

41. O crescimento vertiginoso dessas exportações nos últimos anos é, portanto, mais facilmente explicável pelos incentivos fiscais, creditícios, etc., concedidos às empresas exportadoras, pelas maiores facilidades para escoamento da produção decorrentes de investimentos em obras de infra-estrutura e no setor de transporte, pelo aproveitamento de situações conjunturais nos mercados externos, etc.

42. Segundo levantamento realizado pela CACEX, com base nos certificados de origem expedidos a fim de amparar exportações beneficiadas pelo SGP, parece ser confirmado o que precede. Em 1972, foram emitidos certificados de origem cobrindo cerca de US$ 60 milhões de produtos incluídos nos capítulos 1 a 24 da NAB e US$ 106 milhões nos capítulos 25 a 99 da NAB. Isso representa, em termos percentuais, apenas 4% das vendas globais naquele ano dos itens incluídos no primeiro grupo e 4,3% dos itens contidos no segundo grupo.

43. Uma análise mais pormenorizada revela que, tanto no primeiro quanto no segundo grupo, os produtos mais expressivos em termos de valores exportados, café em grão, cera de carnaúba, extrato de carne, suco de frutas, café solúvel, mentol, óleos essenciais, madeira serrada, compensados, painéis de madeira, constituem, na realidade, produtos tradicionais de nossa pauta exportadora, o que leva forçosamente à conclusão de que o SGP não teria provocado uma diversificação de nossas exportações para os países desenvolvidos.

44. Por fim, vale assinalar que a experiência do Brasil e de grande número de países em desenvolvimento com o SGP tem demonstrado que, com algumas exceções, a vantagem de preços atribuível ao Sistema tem beneficiado mais aos importadores dos países outorgantes de preferências do que os produtores ou exportadores dos países em desenvolvimento.

VII — *Avaliação final*

45. O Sistema Geral de Preferências, como vimos, é um progresso no intercâmbio comercial entre desenvolvidos e em desenvolvimento pois representa o reconhecimento pelos primeiros do princípio de que as regras de comércio não podiam ser idênticas para os dois grupos de países. No entanto, observamos que os resultados práticos do SGP, deixam muito a desejar. Corroboram a experiência brasileira estudos realizados pelo Secretariado da UNCTAD revelando que, em 1972, as exportações dos países em desenvolvimento sujeitas a tarifas alcançaram cerca de US$ 10.000 milhões, das quais somente US$ 2.500 milhões ou sejam, 25%, receberam tratamento preferencial. Essa porcentagem seria provavelmente bem menor se fossem deduzidas as limitações provenientes da aplicação dos mecanismos de salvaguarda.

46. Verifica-se, portanto, que o SGP ainda possui um campo bastante amplo para ampliação e aperfeiçoamento e com tais objetivos deveriam ser considerados os seguintes aspectos dos esquemas preferenciais:

A — *Multiplicidade de esquemas.*

47. Em agosto de 1974, encontram-se em vigor 18 esquemas preferenciais, com diferentes disposições relativas a salvaguardas, extensão da cobertura tarifária, etc. Essa diversidade de regulamentos dificulta sobrema-

neira o conhecimento adequado por parte dos exportadores dos países em desenvolvimento das possibilidades e limitações do SGP, impedindo-os de planejar convenientemente suas exportações. O ideal seria a elaboração de um esquema único que permaneceria sob a supervisão de um organismo internacional como a CNUCD.

B — Caráter restritivo das regras de origem.

48. Duas considerações básicas deveriam orientar a simplificação, harmonização e melhoria das regras de origem: em primeiro lugar, não devem ser tão rigorosas ao ponto de criarem obstáculos à exportações de caráter preferencial; em segundo lugar, tampouco tão flexíveis que possam favorecer a exportação de produtos que tenham sofrido um grau mínimo de transformações ou resultem de uma simples montagem. Se as regras de origem ficassem muito elásticas, o SGP não serviria de incentivo à industrialização dos países em desenvolvmento, que poderiam se tornar apenas pontos de trânsito das exportações dos países desenvolvidos.

C — A unilateralidade.

49. Dependendo os esquemas preferenciais de decisões unilaterais dos países desenvolvidos, dispõem esses de completa autonomia para modificá-los, restringí-los ou anulá-los. Não podem assim os beneficiários estarem completamente seguros da manutenção das condições de acesso ao mercado dos países outorgantes o que os impede de planejar adequadamente a produção com vistas à exportação.

D — Limitação da cobertura de produtos.

50. Grande número dos esquemas exclui os itens mais importantes da pauta de exportações dos países beneficiários como a maioria dos produtos agrícolas, têxteis, couros, etc., entravando, assim, a expansão que normalmente ocorreria nessas exportações. Em conseqüência, somente 39% das importações sujeitas a tarifas de produtos manufaturados e semimanufaturados nos capítulos 25-99 da NAB e 10% de produtos agrícolas nos capítulos 1-24 estão incluídos no SGP (Fonte: doc. TD/B/C-5/22, da CNUCD, dados relativos a 1970).

E — Restrições quantitativas.

51. As quotas e tetos existentes nos esquemas da CEE e do Japão e o "batente" no da CEE atuam como fator inibidor do aumento do volume das exportações sob os auspícios do SGP, prejudicando o planejamento de produção para exportação e a promoção de investimentos em indústrias cujos produtos poderiam ser beneficiados do SGP.

52. No caso da CEE, a experiência tem demonstrado ainda que a parcela da quota alocada para cada Estado membro não tem qualquer relação, na maioria dos casos, com as parcelas reais desses Estados nas importações totais realizadas pela Comunidade do produto. Como resultado, enquanto algumas quotas são rápida e plenamente utilizadas outras não são preen-

chidas, ocorrendo, assim, uma esterilização de grande parte do comércio que seria elegível para tratamento preferencial.

53. Essas deficiências estruturais dificultam o atingimento do objetivo básica que inspirou os países em desenvolvimento a lutarem pela implantação do Sistema Geral de Preferências, ou seja, assegurar uma margem de concorrência mais favorável para os seus produtos nos mercados dos países desenvolvidos.

54. Por outro lado, deve-se considerar que estamos ingressando numa fase na qual se prevê ocorrerão transformações importantes no comércio internacional. A estrutura dessas relações, baseada nas decisões de Havana (1928) e de "Bretton Woods", revela-se hoje inadequada para atender às novas necessidades decorrentes da distribuição atual do poder econômico e político. Daí as negociações de caráter monetário e comercial, no âmbito, respectivamente, do FMI e do GATT.

55. As negociações do GATT, abertas formalmente pela Reunião Ministerial realizada em setembro de 1973, em Tóquio, serão de fundamental importância para os países em desenvolvimento pela reformulação que provocarão nas normas e práticas que regem o comércio internacional.

56. É difícil, contudo, determinar em que medida as expectativas dos países em desenvolvimento serão realizadas, apesar de a Declaração Ministerial então aprovada reconhecer a importância de manter e aperfeiçoar o SGP. Afirma-se, ainda, nessa Declaração que as negociações visarão "conceder vantagens suplementares ao comércio dos países em desenvolvimento a fim de proporcionar-lhes um aumento substancial de suas receitas em divisas, a diversificação de suas exportações, a aceleração do crescimento de seu comércio tendo em vista suas necessidades em matéria de desenvolvimento, uma melhoria das possibilidades oferecidas a esses países de participar da expansão de comércio mundial e um melhor equilíbrio entre os *países desenvolvidos e em desenvolvimento na distribuição dos benefícios* resultantes dessa expansão, graças a uma melhoria substancial, na medida do possível, das condições de acesso para os produtos que sejam do interesse para os países em desenvolvimento, e, se factível, a aprovação de medidas destinadas à assegurar a estabilidade dos preços dos produtos primários em níveis equitativos e renumeradores".

57. No contexto das negociações, dever-se-á, portanto, buscar não só a preservação do SGP, considerando-se as reduções que forçosamente serão aprovadas das tarifas, mas também o seu aperfeiçoamento com vistas à sua ampliação para cobrir todos os produtos de interesse dos países em desenvolvimento, à eliminação das barreiras não tarifárias em bases preferenciais, à sujeição do emprego dos mecanismos de salvaguarda à obrigação de consulta prévia, de compensação, etc.

58. No processo de negociação, os países em desenvolvimento deverão gestionar ainda, com relação aos produtos cobertos pelo SGP, sua exclusão dos cortes tarifários, ou a diminuição desses cortes ou seu escalonamento pelo período mais longo possível. Reveste-se de capital importância o escalonamento, vez que as reduções nos direitos de Nação Mais Favorecida só farão sentir os seus efeitos no momento em que comecem a ser aplicadas. Quanto mais longo o período pelo qual essas reduções se extenderem, mais tempo os países em desenvolvimento gozarão de suas vantagens preferenciais.

59. Ao reconhecer a importância de preservar e aperfeiçoar o SGP e conceder tratamento diferenciado ou mais favorável aos países em desenvolvimento nas Negociações Comerciais Multilaterais, a Declaração de Tóquio dá margem a que essas Negociações se processem na direção ambicionada pelos países em desenvolvimento e aprovem as medidas indispensáveis para que o SGP possa realmente desempenhar as funções para as quais foi concebido.

TEORIAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(aula inaugural, na Academia Diplomática do Peru)

Alejandro San Martin Caro

O texto seguinte foi traduzido de separata da Revista da Academia Diplomática do Peru (nº 5). Tratando-se de exposição oral, contém ocmo é natural algumas imperfeições, próprias da linguagem falada.

Quero referir-me em primeiro lugar às palavras do General Minguel Angel de la Flor, Ministro das Relações Exteriores, que refletem a importância singular que tem, para esta Casa de estudos, o ingresso de uma turma de novos alunos.

Creio que suas palavras dizem bem do valor que se tem atribuido à Academia Diplomática como centro de formação e aperfeiçoamento do pessoal do serviço exterior.

Vários anos já passaram desde que deixei as salas desta Casa. Vi o seu princípio, e me dá profunda satisfação vê-la hoje já perfeitamente definida em suas obrigações.

Este encontro de hoje tem para mim, portanto, muito de um reencontro. O trabalho, e também o estudo, exigiram de mim longos anos de permanência no exterior. Algumas idéias que tinha se modificaram. Outras se afirmaram. Uma permanece firme, e adquiriu maior nitidez: a de que nossa ação exterior deverá basear-se cada dia mais na solidez intelectual dos seus representantes. Dai o papel histórico desta Casa.

Antes de começar não quero deixar de recordar um amigo modelar que me incentivou a abraçar a vida diplomática e me provocou inquietação pelo tema das relações internacionais. Dele aprendi a paciência na execução, e a veracidade nos resultados. A Enrique Gonzales Dittoni minha lembrança mais fervorosa.

Escolhi como tema para o diálogo desta manhã o das tendências contemporâneas no campo das relações internacionais. Tema da atualidade, na medida em que o conhecimento e o manejo desta teoria constituem instrumento necessário e muito valioso para a análise da vida e relação dos Es-

tados, pelo que se perceberá a importância que ela pode ter para a atividade diplomática.

Dentro do campo das ciências sociais e das ciências políticas — que são conexos— a teoria das relações internacionais ou, simplesmente, as relações internacionais, é a disciplina mais jovem.

Historicamente as primeiras tentativas rigorosas de exame sistemático da conduta das sociedades politicamente organizadas, que constituem os Estados nacionais, surgem depois da primeira guerra mundial. A razão parece óbvia. Os descalabros da catástrofe levaram sociólogos e internacionalistas à reflexão; fazendo a nálise das relações entre os Estados, naquela época, puderam sentir que não se podia apreender tais relações em sua totalidade, e em sua complexidade, apenas com os instrumentos que oferecia o Direito Internacional — ao qual por muito tempo se havia deixado o papel não só normativo, mas também intelectivo da conduta dos Estados. A história externa também não era suficiente. E a história ideológica também não. Havia contradições no campo internacional que abrangiam as comunidades ideológicas. A crise de 1929 demonstrava, então, a interdependência real da vida internacional, e a medida em que a organização econômica tem escopo mundial, com repercussões sobre as grandes decisões internacionais.

Nascida a necessidade de explicar a lógica do comportamento do todo internacional, e de descobrir as normas implícitas da sua causalidade, se é que elas existiam, assistimos o nascimento das relações internacionais como uma disciplina autônoma.

É nos Estados Unidos que essa disciplina vai ganhar seus maiores devotos. No princípio o problema do *objetivo* e do *método* informa a atividade dos cientistas expertos em relações internacionais; problema comum, aliás, a toda disciplina no nascedouro.

Deve-se a Nicholas Spykman a primeira tentativa coerente e sistemática de chegar a uma metodologia, e à delimitação de um objetivo. Em 1933, na Conferência sobre Estudos Internacionais, estabeleceu-se como objetivo de estudo: a *Sociedade Internacional;* como método, o conjunto dos métodos das ciências sociais na medida em que fossem apropriados ao estudo da sociedade internacional. Para isto Spykman elabora um aparato crítico extraído fundamentalmente da sociologia, contribuição que oferece como metodologia ao Congresso de 1933. Naturalmente, o problema não ficou esgotado; mas foi um começo de definição. Costuma-se assim mencionar Nicholas Spykman, com justiça, quando se fala dos umbrais desta disciplina.

Outro elemento de importância pode ser percebido também desde os primeiros ensaios. A complexidade da disciplina o obriga-a a ser tributária de outros setores das ciências sociais e da ciência política — pois deve trabalhar com parte do seu instrumental —, e por isto o trabalho interdisciplinar é o melhor caminho para o tratamento da matéria.

Define-se uma ciência pelo seu objetivo e pelo seu método. E não pode haver disciplina original senão na medida em que os fenômenos de

que se ocupa sejam, eles próprios, originais, irredutíveis a outros ramos do conhecimento. E também não poderá ser uma disciplina científica se não possuir um método próprio, de conformidade com o seu objetivo. Dai tornar-se um problema fundamental, no primeiro momento, o ser das relações internacionais enquanto objeto de investigação, e a forma em que deveria ser considerado o seu estudo.

A matéria

Definir Relações Internacionais enquanto objeto de estudo é menos simples do que pode parecer num primeiro momento. Sua complexidade, multiplicidade, e a diversidade dos níveis em que elas se estabelecem desafiam a análise. É difícil tentar classificar toda a matéria em: relações políticas, econômicas, culturais, sociais, religiosas, etc., pois essas categorias se interpenetram.

Impõe-se assim, como um primeiro passo, a procura de um critério. Tem-se usado como critério classificador a noção de Estado. Diz-se que as relações internacionais são, fundamentalmente, relações entre Estados. Para alguns essa noção vai muito longe: julgam que as relações *políticas* são efetivamente superiores, dominantes, e têm por isto um valor explicativo fundamental e excludente. Outros, pelo contrário, acreditam que as relações *econômicas* vêm em primeiro lugar, e que as oposições entre sistemas de produção determinam, no sentido amplo da palavra, as relações internacionais.

Contudo, a noção de Estado, de relação entre Estados, mantem-se como a mais aproximada. É certo que uma parte das relações internacionais revestem a forma de Estado, e de relação de poder, com a primazia dos pontos de vista político e militar. É impossível falar hoje de relações internacionais sem fazer referência às relações entre Estados, não porque as primeiras se reduzam às segundas, mas porque as relações internacionais só merecem esta qualificação na medida em que nelas intervêm homens, ou grupos, que pertencem a Estados diferentes.

Mas a idéia de Estado se revela insuficiente. Está por demais ligada às disciplinas jurídicas. Assim, é muito rígida. Contém, além disto, por implicação, elementos de controvérsia sobre o critério de Estado, como sobre sua natureza, personalidade e soberania, os quais invadiriam a matéria e provocariam um retorno ao direito internacional tradicional. Além do que, aceita com rigor, levaria a limitar as relações internacionais exclusivamente às relações públicas.

Aqui, cabe trazer a ciência política em nosso auxílio. Ela, de fato, utiliza muito pouco a noção de Estado, apesar de dedicar-se ao estudo das realidades que essa noção encobre. Prefere, da mesma forma que a Sociologia, empregar a noção de grupo político, associada à idéia de poder político, que designa uma sociedade organizada apta a satisfazer todas as necessidades coletivas dos seus membros, ainda que não assuma diretamente

a carga que tal entendimento comporta. Esta vocação a distingue de outras sociedades, mais ou menos especializadas, que não satisfazem um interesse tão extenso. A unidade do grupo é assegurada pela subordinação de todos os membros a um poder encarregado de responder a estas necessidades, de tomar as medidas necessárias a este fim. O poder político, assim definido como poder e como função, constitui o conceito central da ciência política, cujo objetivo é o conhecimento dos diversos fatos sociais que a ela se referem direta ou indiretamente.

Roseneau evita o conceito de Estado, substituindo-o pelo de "unidade de interação", que abrange todos aqueles centros que não são nem Estados tradicionais nem integrações, nem formações sociais que transpassam fronteiras e que podem influir ativamente no campo das relações internacionais.

Esta substituição da noção de Estado, no domínio das relações internacionais, apresenta vantagens seguras: é muito mais flexível; descomprometida com um juridicismo estreito; permite uma apreensão mais direta e mais clara da realidade e descarta todas as dificuldades doutrinárias que podem ser evocadas.

Da mesma forma que na ciência política, a ênfase deveria talvez ser colocada na noção de poder político. Seria possível definir as relações internacionais como aquelas que escapam ao domínio *de um poder político único.*

Haveria que limitar então o objeto da disciplina unicamente às relações entre poderes políticos que escapam ao domínio de um poder político superior: aquele que elimina as relações que se estabelecem no interior de um Estado federal.

Começamos a ver que não há uma separação absoluta entre a ordem interna e a ordem internacional. Há, pelo contrário, situações intermediárias, mistas, que de certo modo se interpenetram e apresentam um caráter contraditório. Os sistemas de confederação, as estruturas feudais, os regimes de protetorado nos oferecem outros exemplos. O critério de "Estado" nos levaria a ignorá-los, embora o seu caráter marginal lhes dê, muitas vezes, extraordinário valor demonstrativo. A idéia do poder político permite, ao contrário, reconhecer, numa situação ambígua, aquilo que cada ordem de relações revela, permitindo tratá-la como tal.

A principal vantagem da concepção proposta é a de permitir a ampliação de perspectivas. É difícil considerar as relações entre os Estados sem deixar-se clausurar pelas categorias do direito público. De outro lado, não se pode investigar as relações entre poderes políticos sem estender este exame a todos os setores da realidade social e econômica que os afetam, independentemente da sua vinculação ao setor público ou ao privado. Da mesma forma, na ordem da investigação, a análise do poder político realizada pela ciência política transbordou o quadro das instituições constitucionais para alcançar o das forças políticas reais: partidos políticos, grupos de pressão financeiros, religiosos, etc. Será necessário, depois, no domínio da disciplina das relações internacionais, organizar ou integrar boa parte dos fatos que recaem dentro de categorias mais amplas, tais como as de

relações comerciais e econômicas, financeiras, expansões ideológicas, consórcios internacionais, etc., dentro de um todo explicativo. Da mesma forma, deverão ser estudados numerosos fatos internos que influem nas decisões internacionais: regimes políticos, mudanças de governo, estruturas econômicas, etc. A cada fenômeno se dará o nível explicativo que lhe corresponda dentro do conjunto.

A ciência das relações internacionais deve ser considerada como uma ciência de recomposição, que busca adquirir uma compreensão global dos fenômenos políticos internacionais.

Ela tem — com as ciências sociais de modo geral — o problema de encontrar na realidade histórica a repetição pura, a lei que ignora o tempo, o tipo que se pode identificar nas situações históricas mais diversas. O problema, evidentemente, é saber se as ciências sociais são capazes de alcançar tais repetições, de formular leis, de constituir uma tipologia.

Talvez a verdadeira dificuldade esteja alhures. A natureza está submetida à repetição, mas a sociedade vive a sua história: submete-se apenas a uma evolução, em que a liberdade humana irrompe continuamente. A hipótese sobre a qual repousam todas as ciências sociais é a de que a liberdade, se é que existe, não é jamais radical: que ela não pode conceber infinitas formas de ação e de sociedade; e as leis da evolução não a impedem, mas se apoiam sobre elas para fazer a história. A descoberta — já antiga — da evolução na natureza (evolução que hoje percebemos na própria estrutura da matéria) mostra que isto não é absurdo. Liberdade e necessidade podem ser conciliadas pela estatística: a *demografia*, que não é estranha nem à sociologia nem à biologia, está ai para convencer-nos dos êxitos espetaculares de uma disciplina que se encontra na base das ciências sociais e das ciências físicas.

A disciplina das relações internacionais é concebida hoje como um ramo de segundo grau da ciência política. Por isto quem se dedica a ela deve possuir uma formação no método de investigação da ciência política. E, se for possível, deve ser também versado em uma das suas disciplinas auxiliares: história, direito, economia geografia, sociologia.

O método empregado não diferirá grandemente do método da ciência política. É o método comparativo que, derivando semelhanças e diferenças das situações observadas, procura iluminar os fatores determinantes de uma evolução: as relações freqüentes e constantes que se estabelecem entre duas categorias de fatos — os tipos de relacionamento de identidade reconhecíveis dentro da diversidade das circunstâncias. Da mesma forma, a ciência política não multiplica as suas observações a não ser para formar, por exemplo, uma tipologia dos partidos e dos grupos de pressão, para isolar os princípios da sua ação ou para estabelecer as relações constantes que possam existir entre modalidades de votação e regimes políticos.

Procurando dar um conhecimento global dos fatos a outras disciplinas, as relações internacionais não se confundem com nenhuma outra matéria, nem com a soma delas. E, embora a sua metodologia seja a mesma da ciência política, exige um objeto diverso, o que justifica a sua autonomia.

Na tentativa de determinar a problemática que constitui o objeto das relações internacionais é costume agrupar-se, não sem uma certa arbitrariedade, quatro temas principais: *situações, forças, instrumentos* e *estruturas*.

a) *As situações.*

O estudo de um fenômeno internacional implica muitas vezes o estudo do conjunto de unidades independentes que contudo, em função do fato considerado, se comportam como um todo orgânico. É o que os anglo-saxões chamam de *area studies*. São exemplos o Oriente Médio, o espaço centroamericano, a área do Pacífico Sul. A ação exterior de uma unidade, dentro de um período de tempo determinado, pode também ser considerada como uma área de estudo. Paradigma — embora no campo da história (econômica e social — é o trabalho de Braudel, *O Mediterrâneo na Época de Felipe II*, obra interdisciplinar cuja unidade é dada pelo meio geográfico mediterrâneo.

Este tipo de estudo apresenta suas dificuldades, exigindo uma riqueza de material e um rigor de organização difíceis de alcançar. Surge também o problema do critério de organização do material. Que hierarquia atribuir aos diversos fatores em jogo, com que critérios discriminar os elementos político, econômico, demográfico, etc.?

A maior parte desses estudos de área focalizam um espaço geográfico determinado. Mas também se poderiam efetuar estudos derivando a variável comum de várias áreas diferentes, ou apresentando o denominador comum de várias unidades, como, por exemplo, o exame dos países subdesenvolvidos produtores de matérias-primas.

b) *As forças.*

São os fatores que atuam para orientar, acelerar ou diminuir a evolução das relações políticas internacionais. Isto é, o estudo da dinâmica internacional, em contraste com o estudo, ou a descrição, de situações. Os estudos de área tenderiam à *sincronia*, enquanto que o das forças, ou motores, à *diacronia*.

No primeiro plano das forças nacionais aparece a política externa dos Estados, fator de transformação ou de conservação que influi no contexto das relações internacionais; mas, juntamente com o estudo destas unidades deve-se investigar o papel dos grupos de pressão, das personalidades, dos movimentos nacionais que determinam o curso da conduta exterior das unidades políticas, ou o influenciam.

Entre as forças internacionais a considerar se encontrariam as diversas "internacionais" políticas e sindicais, as Igrejas, as *ententes* industriais e financeiras, as organizações inter-governamentais, as comunidades super-estatais, os movimentos ideológicos e a opinião pública internacional, na medida em que esta existe.

Contudo, é preciso distinguir sempre, na realidade que aparece diante de nós. Assim, há casos em que uma força claramente nacional, como a dos movimentos de liberação, constitue-se em força internacional, devido

à sua multiplicidade, sua convergência, e à solidariedade que se estabelece entre esses movimentos. De outro lado, uma força originalmente internacional por sua natureza pode ser captada por uma política nacional — um movimento ideológico, por exemplo —, convertendo-se o Estado que se identificou com a ideologia em defensor da ortodoxia.

c) *Os instrumentos.*

São as formas de que se reveste a ação das unidades políticas, na ordem internacional. Estas formas, ou mecanismos, não são ilimitadas e por isto podem ser sistematizadas. Podem ser distinguidas, para maior clareza da análise, embora a enumeração não seja exata, em formas jurídicas, políticas, institucionais, militares, econômicas, etc. Como formas políticas teríamos: a cooperação, a competição, a guerra e, de modo mais concreto, as negociações, as pressões, a intervenção, o rearmamento, a subversão, etc. Como formas jurídicas teríamos: o tratado, a arbitragem, as medidas sobre integração, etc.

A sistematização destas formas de ação permite construir "modelos" de ação internacional. No nível da ação tática, pode-se mencionar as políticas de aliança, os protetorados, as bases militares, as guerras limitadas. No nível estratégico, o isolamento, o equilíbrio, a segurança coletiva, o imperialismo, etc. Estes modelos, naturalmente, servem como simples ilustração. Seria preciso proceder a uma investigação detida para ver até onde permitem explicar a dinâmica internacional, e mostram coerência e lógica internas que conduzam a uma melhor explicação do conjunto internacional.

d) *As estruturas*

Nas relações internacionais as estruturas, tais como são concebidas a partir do conceito de poder político, resultam finalmente da implantação e da repartição desse poder, e dos meios de que ele dispõe. Determinam um quadro que se impõe à vontade geral e, conseqüentemente, à política dos Estados, ainda que por tempo determinado. Pode-se afirmar que dão forma à ossatura rígida que determina a textura permanente da unidade política com características de fixidez e de durabilidade. Podem ser de tipo físico (geográfico), sociológico, econômico, técnico, cultural, etc.

O estudo das estruturas requer necessariamente o estudo da história, mas não se esgota nele. Seu objetivo é por em evidência os sistemas de distribuição do poder político: lideranças, blocos, sistemas de preponderância ou, pelo contrário, sociedades atomizadas, em processo de dissolução, etc. Os trabalhos de Raymond Aron, de Morgenthau, de Kennan, mostram a importância que essas sínteses podem ter.

Este tipo de investigação constitui talvez o ponto de cristalização da ciência das relações internacionais. Supõe ampla informação, que deve ser fornecida por outros tipos de pesquisa, mais modestos. Uma vez elaboradas, desempenham o papel de hipóteses, e muitas vezes determinam a interpretação do mundo fenomênico internacional. Mesmo quando incompletas,

excessivas ou inexatas, podem ser frutíferas. Em muitos casos sínteses semelhantes repousam sobre a extrapolação arbitrária de uma variável que só manifesta as preferências pessoais do outro. Não obstante, não se deve esquecer que as teorias de maior brilho não têm valor maior do que a prova dos fatos, prova que, muitas vezes, tem um caráter provisório. Convém recordar bem este pormenor quando se chega a essas grandes explicações de conjunto e, correndo o risco de passar por cético, continuo a pensar que no campo da ciência a virtude cardeal é a fria ponderação, única e relativa garante do acerto.

Orientações Atuais no Campo das Relações Internacionais

Examinamos, de modo geral, o processo de crescimento da nossa disciplina e os principais campos metodológicos da sua atividade, que sintetizam na realidade a ação individual de muitos investigadores.

Vamos falar, agora, sobre as direções principais que a nosso ver têm tomado, atualmente, esses trabalhos. Nossa descrição estará longe de ser completa. Pretendemos apenas mostrar alguns indícios e, talvez, ilustrar as posições extremadas: a sistematização total e abstrata dos métodos de Kaplan e a composição das constelações estratégico-diplomáticas de Raymond Aron, baseadas no método sócio-político e em material histórico. O primeiro extremo só atende a regularidades abstratas e hipotéticas. O segundo, ao que existe de constante, e de peculiar, na conduta das unidades políticas, dentro de um contexto histórico e social dado.

Pretendemos deter-nos, por fim, na recente "teoria da dependência" que, em suas linhas gerais, vem preencher um vazio no campo da investigação. Até o momento todas as teorias que examinamos, inclusive a de Aron, haviam sido elaboradas levando em consideração o comportamento das unidades maiores da política internacional, fossem elas os Estados europeus do Século XIX ou as grandes potências universais do Século XX. A teoria da dependência explica o papel e a localização dos países periféricos em relação a essas grandes unidades, e oferece uma explicação plausível para os países do chamado "terceiro mundo". Mais ainda, mostra ser operativa, na medida em que permite derivar modelos de comportamento e de estratégia em defesa dos interesses dos países hoje denominados "em desenvolvimento", interesses que nem sempre foram contemplados, e descritos, pelos grandes teoristas da cena internacional.

A) *Raymond Aron*

O amplo domínio intelectual de Raymond Aron, que compreende a sociologia, a filosofia da história, e as relações internacionais, permitiram-lhe o êxito na preparação de *Paz e Guerra Entre as Nações,* sem dúvida a sua obra mais importante, que constitui uma das tentativas mais completas de sistematização das relações internacionais já empreendidas em nossa época.

Aparece como elemento peculiar em sua obra — que demonstra forte influência sociológica — o conceito do que o autor chama de constelações diplomáticas, universos políticos dos quais precisamos aproximar-nos com a metodologia da história, da economia e, em geral, das ciências sociais, a fim de poder estabelecer a *lógica interna dos comportamentos das unidades políticas atuais no conjunto estudado.*

Aron reconhece expressamente que o trabalho pretende ser uma sociologia das relações internacionais. E reconhece também que o propósito do estudo se mantém na *teoria,* na medida em que se destina a investigar a possibilidade do estudo das relações internacionais, entre unidades politicamente organizadas, "como um domínio específico da ação humana".

Por "unidade política" entende o autor toda coletividade territorialmente organizada, com a capacidade de atuar ou operar de forma unitária frente às demais. É indiferente se essa unidade, ou essa coerência de comportamento, provém do consentimento dos seus componentes, de um consenso tácito, ou da obrigação coatora que emana de um poder central todo-poderoso. Inclui-se nessa conceituação tanto as cidades gregas como o império romano e o egípcio; as monarquias européias, as repúblicas burguesas e as democracias populares.

Segundo Aron a ação de cada uma dessas unidades pode ser vista na figura das duas personagens principais que aparecem na história das organizações políticas em todo o mundo: o diplomata e o soldado. "O Embaixador, no exercício de suas funções, é a unidade política em nome da qual fala; o soldado, no campo de batalha, é a unidade política em nome da qual destrói o inimigo."

O Embaixador e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto inter-estatais, apresentam uma característica original que as distingue de qualquer outra relação social: desenvolvem-se à sombra da guerra ou, para falar com maior rigor, segundo Aron, "...levam consigo, essencialmente, a alternativa da guerra e da paz..." "Ciência da paz e ciência da guerra, a ciência das relações internacionais pode servir de fundamento para as artes da diplomacia e da estratégia, métodos que, complementares e opostos, servem para canalizar o comércio entre os Estados."

Aron descobre ser um bom discípulo de Clausewitz. Emprega suas categorias ao formalizar a conduta diplomático-estratégica das unidades políticas, na alternativa Guerra e Paz.

Pretende reconstruir, com a Sociologia e a História, os conjuntos histórico-diplomáticos, num esforço semelhante ao de Keynes e Walras no campo econômico: a re-estruturação de um todo econômico do qual se deriva uma teoria explicativa. Reconhece, contudo, que a tarefa é impossível. A reconstrução sistemática e abstrata de um conjunto diplomático é irrealizável, o que não impossibilita — esta é uma conclusão que extrai do seu próprio trabalho — *o estabelecimento de um sistema conceitual próprio da conduta estratégico-diplomática.*

A dinâmica do relacionamento entre as unidades políticas está dada por alternância de períodos de paz e de guerra. Esta é uma comprovação fundamental em redor da qual Aron organiza sua reflexão sobre a conduta permanente dos Estados em uma situação e noutra. De fato, não é vão o título da sua obra fundamental: *Paz e Guerra Entre as Nações.*

A guerra não é um ato isolado que surja bruscamente; ela está contida nos estágios anteriores da existência do Estado. Não consiste também em uma decisão única, nem em várias decisões simultâneas. Não implica uma decisão perfeita e completa em si mesma. A guerra é uma arte lúdica. Seu mecanismo é o de um jogo permanente que se define em todos os seus momentos, pelo azar do êxito e do fracasso.

A realidade das relações internacionais é uma trama permanente de interrelações que se compõem mutuamente, influindo umas sobre as outras. Integram-se, desintegram-se e registram períodos marcados pela alternância entre o acordo — que pode ser total ou não — e o conflito, que não tem porque ser definitivo.

A unidade da estratégia e da diplomacia constitui, como se compreenderá facilmente, uma suposição elementar, que encontra sua expressão concreta na política exterior. "Os dois termos anteriores", afirma, "constituem os aspectos complementares da arte única da política, que não pode ser ultimamente senão a arte de dirigir o comércio entre os Estados para maior benefício do interesse nacional".

A dualidade complementar da arte de convencer e da arte de obrigar constituem a imagem de uma dualidade essencial.

É inexata a comparação pluralista pretendida por alguns teoristas das relações internacionais, como os que sustentam ser o "interesse nacional" é o princípio que preside exclusivamente as relações entre os Estados; ou que essas relações buscam a *vitória,* como dizer alguns pensadores militares, ou que são determinadas pela *luta pelo poder,* ou pela *segurança,* como alegam alguns estudiosos norte-americanos. É inexata porque o comportamento estratégico-diplomático não tem um objetivo perfeitamente evidente.

"A relativa indeterminação da conduta estratégico-diplomática", diz o autor, "não impede contudo a elaboração de uma teoria racional, que parta dos conceitos fundamentais — estratégia e diplomacia, meios e fins, poder e força — para chegar aos sistemas, ou aos tipos de sistemas."

"Ao determinar modelos de sistemas diplomático-estratégicos, e ao distinguir situações típicas, traçadas em grandes linhas, a teoria das relações internacionais imita a teoria econômica, que elabora modelos de crises ou de sub-emprego. Contudo, na falta de um objetivo unívoco para a conduta diplomático-estratégica, a análise racional das relações internacionais não está em condições de poder desenvolver-se numa teoria global."

A magistral construção conceitual de Aron, da qual derivam efetivamente modelos de conduta diplomático-estratégica válidos e, de qualquer forma, baseados na experiência, parece alentar, no fundo, um ceticismo radical e, quem sabe, útil. A polarização da conduta das unidades políticas, na alternativa paz e guerra, não parece suficiente para explicar todo o

comportamento das comunidades humanas; poderíamos mesmo pensar se não é possível que essa alternativa seja, muitas vezes, não uma causa, mas um efeito, explicável por razões diferentes. O realismo agudo e desencantado, próprio do conservadorismo tradicional francês, prudente e sediço, não é má escola para dominar o idealismo juvenil e para conseguir dos dois pólos, através de uma dialética positiva, a maturidade do meio-termo justo.

B) *Teoria dos Sistemas, de Morton A. Kaplan*

Desenhamos, em traços rápidos, a teoria do realismo histórico sociológico representada fundamentalmente por Raymond Aron e, em menor grau, por Stanley Hoffman, seu discípulo.

Veremos agora, também com esquemática brevidade, as linhas fundamentais da teoria dos sistemas, desenvolvida por Morton W. Kaplan em diversos trabalhos, entre os quais se destaca *System and Process in International Politics.*

O trabalho de Kaplan é, como o autor adverte desde o princípio, eminentemente teórico. "A teoria", afirma, "tem utilidades muito variadas. Em primeiro lugar, permite expor explicitamente o conjunto de variáveis acerca das quais se fazem proposições diversas. E este ordenamento pode permitir desvelar a coerência e as próprias normas de comportamento de todo o conjunto."

Kaplan pretende chegar à verificação do comportamento dos "sistemas" em condições diversas, tarefa a que atribui um caráter fundamentalmente teórico e formal.

Afirma o autor que não se pode exigir que a teoria da política internacional preveja ações isoladas, porque o problema da interação dos elementos em jogo é por demais complexo, e por haver um número excessivo de parâmetros independentes. Caberia esperar, contudo, que ela preveja características, ou modelos de comportamento no interior de um sistema internacional determinado. As ações individuais que não se ajustem a tais previsões constituiriam desvios do modelo, meras respostas ao azar. Mais ainda: a teoria poderia prever as condições em que o comportamento característico do sistema internacional permaneceria estável, as situações em que ele se transformaria, e o tipo de transformação produzido.

Na realidade não há, para Kaplan, outra forma de encarar cientificamente uma política senão a de tratá-la como o material de um *sistema de ação.* Ora, um sistema de ação é um conjunto de relações de tal modo variáveis em relação ao seu meio que as regularidades de comportamento descritíveis condicionam as relações das variáveis internas entre si e também as do conjunto de variáveis individuais, externas ao sistema.

Um sistema tem uma identidade no tempo. Mas não é inalterável. Para apreendê-lo no seu todo é preciso vê-lo em seus estados sucessivos, ao mesmo tempo que se isola as variáveis que precipitam a mudança de estado.

O "estado" de um sistema não é outra coisa que a descrição de suas variáveis. A descrição que um médico faz do pulso, da temperatura e da respiração do paciente é uma descrição parcial do estado do seu sistema fisiológico. A descrição que o politólogo faz do aparelho político, das características do candidato e da inclinação do eleitorado constituem a descrição parcial do estado de um sistema político.

A invasão do organismo por um virus pode ser considerada como um impacto fisiológico sobre o sistema; a febre, como uma resposta, ou reação, do sistema. Esse impacto se denomina "transformante". Uma revolução pode desempenhar uma função transformante com respeito a um sistema.

Um sistema pode ser concebido como "engrenado" com outro sistema quando a sua reação atua como um impacto sobre o outro. Os Estados Unidos da América e o Reino Unido constituem, por exemplo, sistemas engrenados. Os dois países são membros da OTAN e da ONU, as realizações econômicas de cada um afetam imediatamente o outro.

Quando os sistemas, num mesmo nível ou em níveis diferentes, estão engrenados em dois sentidos, ocorre o que se denomina de "realimentação". A política exterior dos Estados Unidos afeta a União Soviética, e é afetada ou influenciada, por sua vez, pela política externa desta última.

O ritmo de mudança é um elemento importante no processo de realimentação. Se o aumento das possibilidades de ação de um ator nacional é bastante grande, e suficientemente rápido, isto pode impedir que outros atores nacionais exerçam uma ação compensadora. Deste modo, um sistema pode sofrer transformações, ou mesmo desaparecer, se o ritmo de aumento ou de diminuição de algum fator importante é bastante rápido para evitar a compensação.

Do equilíbrio

Este é um conceito capital nos sistemas. Não se deve confundi-lo com estabilidade, pois o equilíbrio pode ser instável. O equilíbrio estável é o que flutua dentro de limites determinados.

O equilíbrio político pode ser dinâmico, no sentido de que o sistema mantém a transformação dos seus elementos internos a fim de guardar sua estabilidade.

Uma seqüência de alterações nos estados de equilíbrio de um sistema pode introduzir modificações no sistema, e essas alterações podem chegar a adquirir o caráter de irreversibilidade. Kaplan distingue, aqui, três situações típicas:

1 — Um sistema em equilíbrio permanecerá em equilíbrio se nenhum parâmetro, se altera, isto é, se o sistema não sofre perturbações. Se não há um tipo de perturbação que possa fazer o sistema passar do seu estado de equilíbrio a um outro, o equilíbrio é estável. Se há este tipo de perturbação, mas o seu efeito depende da força com que atua, o equilíbrio tem estabilidade local.

2 — Se um sistema com um equilíbrio localmente estável sofre uma perturbação de força suficiente, passará a um novo estado de equilíbrio, ou deixará de existir como sistema identificável, com limites que o separam do seu meio. Se o sistema continua existindo esta alteração será uma "alteração de equilíbrio". O sistema será, então, ultra-estável.

3 — Se o valor-parâmetro, isto é, a perturbação causadora do novo estado de equilíbrio, recuperou seu valor anterior sem que se tenha produzido qualquer outra alteração crítica, e se o sistema não retorna a seu estado original de equilíbrio, a alteração é uma "alteração de sistema", distinta da "alteração de equilíbrio". Este sistema é ultra-estável, mas fica irreversívelmente alterado.

Kaplan chega a estabelecer seis sistemas internacionais, ou seis estados de equilíbrio de um sistema ultra-estável. São eles:

1 — O equilíbrio do poder.
2 — O equilíbrio bipolar flexível.
3 — O equilíbrio bipolar rígido.
4 — O sistema universal.
5 — O sistema hierárquico em suas formas diretora, e não-diretora.
6 — O sistema de veto unitário.

Todos esses sistemas internacionais se localizam dentro de uma escala de atividade integrativa.

Com base nesses sistemas é desenvolvida teoria que conduz a combinações diversas, e complexas, que não vamos examinar aqui.

A complexidade, e a abstração absoluta, são características da construção teórica de Kaplan — ele mesmo o admite. Os sistemas e as variáveis que a integram são construidos à base de abstrações de abstrações. Abandonado o contato com a situação real, o sistema, desvinculado da realidade, perde toda significação. Colaboradores de Kaplan matematizaram todo este processo, hoje muito desenvolvido, com aplicações práticas, baseadas na teoria dos jogos.

A teoria da dependência e do domínio

Sob este título podem ser agrupadas, genericamente, todas as tentativas feitas nos últimos quinze anos, fundamentalmente na América Latina, para, partindo do campo das ciências sociais e da economia, explicar em termos novos a dinâmica do desenvolvimento latino-americano, baseando-se na hipótese fundamental da formação e do crescimento dos países da América Latina em função de centros de poder metropolitanos, exteriores à comunidade considerada. Dentro do conjunto de investigadores que se orientam nesse sentido poder-se-ia mencionar Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Torcuato Di Tella, O. Sunkel, F. Cardoso e E. Faleto.

Para eles, o caráter histórico específico do chamado subdesenvolvimento provém da relação entre sociedades "periféricas" e "centrais". Neste sentido, o estado de subdesenvolvimento não é um modelo que prefigura

uma aproximação ao modelo já desenvolvido oferecido pela metrópole. Não é um estágio a mais no caminho do desenvolvimento, mas sim o aspecto que corresponde a essa sociedade no processo total de desenvolvimento no qual está incluida a metrópole. Assim, Cardoso e Faleto dizem que "historicamente a situação de subdesenvolvimento se produziu quando a expansão do capitalismo comercial, e em seguida a expansão do capitalismo industrial, vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus diversos de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista". Daí haver, entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, mais do que uma simples diferença de etapa, ou de estágio de evolução do sistema produtivo; há também uma diferença de função dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e de distribuição.

Deste modo, as decisões econômicas são tomadas em função da dinâmica das economias desenvolvidas, e as economias subdesenvolvidas se organizam em redor das primeiras, e em função delas. Assim se origina a dependência.

Os autores propõem a substituição dos conceitos de desenvolvimento pelo de "economias centrais" e de "economias periféricas", mais adequados para exprimir o relacionamento dos grandes países industriais frente aos de menor grau de desenvolvimento.

A situação de subdesenvolvimento nacional supõe um modo de ser, afirmam Faleto e Cardoso, "...que depende ao mesmo tempo de vínculos de subordinação ao exterior e da re-orientação do comportamento social, político e econômico em função de interesses nacionais... A dependência encontra assim não só sua expressão interna, mas o seu verdadeiro caráter, isto é, o modo político e econômico de relacionamento entre os grupos sociais que torna possível a sua vinculação ao exterior".

A "dependência" deveria ser considerada como uma variável externa, *pois, ao se interiorizar, dá forma a todo o ser social no qual se insere*; deve ser analisada, assim, dentro do próprio sistema de relações das diferentes classes sociais.

Para Hélio Jaguaribe o subdesenvolvimento é um fenômeno social global determinado por três causas fundamentais que podem ser definidas como alienações: a) alienação cultural; b) alienação social; c) alienação nacional.

A *alienação cultural* consistiria na "inadequação dos sistemas coloniais, ou de alguns dos seus padrões de conduta, para guiar as formas funcionais da relação social, a visão racional (científico-tecnológico) da natureza, e por conseguinte o uso das forças e dos recursos naturais. Esses padrões incompatíveis não levam a formas funcionais de relação social.

A *alienação social*, continua Jaguaribe, "dá-se no predomínio das formas sociais de organização política, econômica e de *status* baseadas na oligopolização do poder, que conduz a uma relação não-funcional entre a massa e a *élite*. Ela depende fundamentalmente da manutenção do *statu quo*, e é incompatível com qualquer processo efetivo de desenvolvimento

sócio-econômico. Por outro lado, as massas começam inevitavelmente a lutar pela igualdade e pela participação. É quando as *élites,* com base no oligopólio do poder que exercem, tornam-se dependentes da assistência externa para controlar suas próprias massas."

A *alienação nacional* aparece "quando se dissolve a estrutura nacional de uma sociedade como resultado de pressões externas e de efeitos destrutivos internos, gerados pela sociedade dominante em cuja área se localiza o país subdesenvolvido."

A teoria da dependência que esboçamos, em algumas de suas definições básicas, pode trazer um elemento valioso ao campo de estudo das relações internacionais, já que grande parte da dinâmica da relação de nossas sociedades com os centros de poder mais desenvolvidos se passa, de fato, no campo econômico. Por essa via se degrada nossa capacidade de decisão, e por essa via devemos, portanto, enfrentar qualquer modelo de ação que se queira estudar. Não chegamos a pensar que a dependência seja uma explicação absoluta para a nossa situação, nem queremos tomá-la como hipótese maior para nossas investigações, mas acreditamos que deva ocupar um lugar especial na explicação das relações internacionais nesta parte do mundo. Consideramos assim indispensável o seu estudo, e esta a razão de a incluirmos nesta breve digressão.

Procuramos apresentar aos jovens que hoje iniciam seus labores como alunos desta Casa uma visão panorâmica da disciplina das relações internacionais. Se tivermos conseguido desta forma estimular a sua inquietação pelos temas da vida de relação internacional, à qual vão dedicar no futuro, com certeza, o melhor dos seus esforços, teremos atingido nosso objetivo.

Muito obrigado.

ASPECTOS DA PAZ ARMADA

I. PAX ROMANA

por P. Penner da Cunha

El-rei Roboão pôs em campo contra o reino de Judá oitenta mil homensá saiu-lhe ao encontro o rei Abias só com quarenta mil. E quem venceu? Sendo o exército do reino de Judá a metade menor, inclinou Deus para a parte dos menos, e ficou Abias com a vitória. Mas vamos a menos números. Só com trezentos, e estes desarmados, desbaratou Gedeão os exércitos orientais dos madinitas, que não cabiam nos campos. Há maior desigualdade? Pois vamos a unidades. Armaram os filisteus contra o rei Saul *tão poderoso exército que só os carros (em que naquele tempo se* pelejava) eram trinta mil, e a gente de pé tanta em número que, diz a Escritura, igualava às areias do mar. Que poder vos parece que seria bastante para vencer tal exército? Acometeu-os numa noite o príncipe Jonatas, acompanhado só do seu pagem da lança, e porque Deus os ajudava, bastaram só dois homens para meter em confusão e pôr em fugida a tantos mil. Menos é que um homem uma mulher, e um só David com uma funda venceu os exércitos dos filisteus, e uma só Jael com um cravo desbaratou o poder de Jabim. E como Deus, e não o número dos soldados, é que dá as vitórias, bem pode Portugal, posto que menor, fiado no braço de Deus, sair a campo, não só com parte do poder contrário, senão com todo.
Padre Antônio Vieira: Sermão pelo bom sucesso de nossas armas (1645).

Formas da paz

O entusiasmo e a dramaticidade do pregador são compreensíveis, pois poucos temas apaixonam mais do que a batalha. Muito mais difícil será, de certo, falar sobre a paz. Enquanto a guerra é a explosão das virtudes e defeitos da natureza humana, a paz é a regularidade e a ordem, conjunto muito menos propício a arroubos de entusiasmo. Mesmo com entusiasmo contido, é *indispensável examinar cada vez mais detidamente as maneiras* como a harmonia humana se apresent ae os requisitos exigidos para que tome raízes e se consolide.

Não vai aí uma tarefa leve, nem trabalho rápido. A paz até hoje é entendida como o reverso de sua contrária, mas nem sempre há nessa correlação o mesmo contraste que se exemplificaria, em pintura, pelo jogo do branco e preto, o *chiaro oscuro*. Há matizes tanto de intensidade quanto de essência. Com efeito, junto com o que hoje se chama *guerra fria* (e a que, por esse efeito de espelho, poder-se-ia cognominar com perfeição de *paz quente*), há as formas de paz armada e desarmada. Aquela é em geral representada pela ave ligeira e arisca, recentemente figurada por Picasso e apropriada pelos Partidos Comunistas que se erigiram em donos da paz! A concórdia nem sempre pode ser alcançada com meios suassórios; mais de uma vez o Estadista lança o brado de que toma armas em defesa da paz. Essa seria, naturalmente, a paz armada, em que a mesma pomba tem de carregar sua parcela de artefatos bélicos e fica, portanto, menos ágil.

A paz armada, de sua parte é cambiante e mal definida. Pode garantir a tranqüilidade mundial sob o efeito de uma polícia efetiva que controla os surtos de belicismo indesejável no nascedouro. No mais das vezes, a paz armada visa defender uma sociedade ou uma região do flagelo da guerra: Roma isolou suas fronteiras, o Cristianismo atirou suas hordas guerreira contra os infiéis que poderiam ameaçar a Europa. Há neste caso uma solidariedade que pode ser meramente política (e transitória, como ocorreu com as Guerras napoleônicas, em que a Grã-Bretanha montou e remontou infindáveis esquemas e um sem número de Coalisões) ou psico-social (como é a solidariedade das sociedades ocidentais e cristãs) ou ainda ideológica (fenômeno moderno e que se exemplifica pela idéia de Terceiro Mundo ou da "Democracia contra a Tirania").

Do ponto de vista da ciência política, ou mais restritamente das relações internacionais, as tentativas passadas de chegar a uma situação de entendimento através da paz armada são um exercício útil para reafirmar a capacidade de negociação e creatividade que o homem sempre apresentou, mesmo em momentos em que as condições sociais não eram das mais favoráveis. A fim de oferecer um quadro inicial para uma análise a respeito, serão examinadas quatro experiências na evolução da Humanidade, centralizadas nas contribuições romana, cristã, britânica e americana. A apresentação é feita de forma muito esquemática dessa experiência, em que, para maior facilidade de exposição, introduziu-se um índice que visa retratar o poder militar de cada unidade. Esse PMR (poder militar relativo) permite comparar dois países *A* e *B* e indicar qual deles venceria se se atirassem à guerra um contra o outro.

Pax romana

Quando uma nação domina outra segue-se um período de paz; se a conquista é o suficiente extensa no espaço e prolongada no tempo, pode definir um momento de pacificação internacional, já que a nação predo-

minante, impondo sua vontade, transforma de modo substancial o habitat político. A supremacia da primeira sobre as demais decorre de sua ascendência talvez apenas nas artes militares, mas não raro também no campo econômico, social e das atividades científicas. Há, naturalmente, casos em que a vantagem é obtida da melhor aplicação dos recursos políticos disponíveis, como a utilização das alianças, de circunstâncias de momento, de problemas internos dos adversários, etc. Na sua expressão mais geral, a paz gerada pela conquista produz-se numa extensa área geográfica pela imposição de um poder predominante sobre entidades políticas ali pré-existentes. O poder assim aplicado não é sempre, nem é apenas, físico: pode ser fruto da fermentação de idéias que passam a gozar de aceitação generalizada, como ocorreu com o Cristianismo. Uma outra possibilidade dentro da mesma linha de raciocínio é a imposição, vinda de fora da região interessada, de uma vontade e comando. Neste caso, a nação dominante põe fim às rivalidades intrazonais, e imperará a tranqüilidade resultante da hegemonia externa. De âmbito geográfico e político ainda mais reduzido é a pacificação decorrente da fusão de cidades — Estados duma mesma região (a Itália, por exemplo) em uma unidade nacional orgânica. O que até então era rivalidade e inimizade, traduzidas por atos de força de uma unidade contra a vizinha, deixa de existir para prevalecer unidade e coesão.

A maneira mais cômoda de examinar como a conquista pode engendrar a paz é imaginar um universo de *N* Estados, numa área geográfica delimitada *beta,* como no quadro seguinte. Para maior simplicidade, façamos com que os Estados tenham estabilidade, assim como equilíbrio o universo, isto é, no período em estudo não haverá as bruscas alterações comuns em política, seja nacional ou internacional. Criemos, outrossim, um indicador de força que entitularemos PMR. O *poder militar relativo,* utilizando um pequeno número, retrata a capabilidade bélica de cada uma das unidades. Sendo uma medida padrão hipotética permite comparações diretas. Se se disser que um país tem um PMR = 100, essa potência média supera de longe outra que apenas começa a ascensão militar com um

Quadro Hipótese de trabalho: efeito de PMRs (poderio militar relativo) atuando na área geográfica *beta*

País	(correspondência)	PMR
A	(etruscos)	10
B	(cartagineses)	25
C	(romanos)	18
D	(sanitas)	18
E	(latinos)	11
F	(tarantinos)	7
G	(celtas)	22
H	(macedônios)	18

PMR = 10. Na prática, naturalmente, não é possível predeterminar o valor de uma tropa engajada em combate, mas no nosso caso orientará a análise indicando desde logo quem leva de vencida a quem.

No universo aqui usado, há um Estado que por sua situação, riqueza e o adestramento do exército desfruta situação militar de relativa superioridade sobre as demais. É fácil de ver que dos países relacionados no quadro anterior, *B* é o mais forte. Poderia derrotar qualquer dos demais num confronto direto, e naturalmente os outros evitam tal choque. A ascendência por si não lhe garante, porém, a sobrevivência. Efetivamente, se o país *C* visasse a futura proeminência, na primeira fase tornar-se-ia indispensável evitar defrontar os principais atores *B* e *G,* para derrotá-los somente quando militarmente lhes fosse superior. Por outro lado, se esses três têm condições hegemônicas, vencerá o que apresentar o maior rítmo de crescimento do próprio PMR. Tomando o partido de *C,* cabe-lhe ou conseguir aliados ou absorver países menores. Para o bom êxito da política, cria-se um ambiente pelo qual numa fase inicial, *B, C* e *G* evitam agressões mútuas, mas do ponto de vista individual, tal harmonia só tem sentido num período muito limitado. Efetivamente, a distribuição de forças é de tal ordem que nenhum dos três se sente seguro na condição em que se encontra. Uma alternativa conveniente consistiria em forjar alianças, mas o preferível seria aumentar o próprio PMR por esforço interno ou a custo dos vizinhos. Assim, *C* decide incorporar *A* e o consegue, desde que *B* não interfira; pode-se supor que tendo *B* propósitos distintos de *C,* não vê inconvenientes na associação $C+A$, na esperança de certo que no esquema de forças da região a expansão inevitavelmente criará tensões da nova unidade com os Estados fronteiriços, digamos *D* e *E.* A grande habilidade do governo de $(C+A)$ é infundir confiança em *D* e *E* isoladamente e impedir que atuem em aliança, circunstância em que a um PMR de 28 se contraporia outro de (18+11). O ataque isolado de qualquer deles não é motivo de alarma, já que por definição o PMR reflete a situação militar, e $(C+A)$ prevalecerá em ambas eventualidades. Ao cabo de algum tempo, dado o impulso de crescimento de *C, D* será absorvido, com acréscimo de novas unidades de PMR. A nova unidade (C+A+D) teria um PMR de uns 35 a princípio, subindo em seguida para 45, digamos. A esta altura evidencia-se que *C* tem disposição hegemônica, e embalado pelos êxitos inicais não se conterá senão diante de força maior que a sua. No período $t_0 - t_3$, por hipótese, em que durou a evolução, assim como *C* saiu de 18 para 45, o PMR de *B* de certo terá crescido dos 25 iniciais para uns 40. Diante do rápido crescimento de *C, B* chega à conclusão de que não pode esperar mais tempo. Se é verdade que a diferença entre os dois PMRs não é suficiente nem para dissuadir *B* de atacar nem para animá-lo a isso, milita a favor de *B* ser ele de maior homogeneidade que o "novo' *C.* Este constituiui-se agora pela associação de diversos grupos outrora autônomos, alguns de nível geral (econômico, cultural, social, militar) inferior, outros a princípio inimigos seus. Tentando romper o equilíbrio e esperando o melhor, *B* acaba por atacar. O resultado da luta,

logicamente ,não é conclusivo. Há vitórias de uma parte e de outra, danos são mutuamente causados, mas medida em PMR a diferença entre as duas parte é insuficiente para fazer a balança pender decisivamente para qualquer deles: afinal, são cinco pontos num totl de 85. As duas partes acabam alcançando um novo *modus vivendi* que lhes dê tempo para desfazer o equilíbrio instável que se instalou no sistema. De sua parte, *C*, que seria a parte mais dinâmica, defronta-se com novas ameaças constituídas por *G* e *H;* derrotados rápida e facilmente, acrescentam à força de *C* mais alguns pontos de PMR. A esta altura a diferença a favor de *C* começa a avolumar-se, enquanto que *B* se não vai perdendo pontos, pelo menos vai crescendo em ritmo muito mais lento. Eventualmente, e provavelmente depois de várias tentativas, *C* acaba por derrotar *B* e não se detém em destrui-lo fisicamente, como exemplo àqueles que lhe desafiam o poder. Nesta altura, *C* constitui-se no centro e na cabeça de uma entidade nacional, talvez imperial, e sobre a terra que domina reina a paz que seria a paz que *C* ditou.

Vantagens relativas

O quadro delineado procura explicar, com as limitações de todo esquema, os passos iniciais de diversas nacionalidades na ascensão desde os primórdios elementares. O exemplo focaliza mais detidamente os romanos ,povo que, fundindo-se inicialmente com etruscos, sanitas e latinos, acabou absorvendo os demais grupos peninsulares e erigiu-se em potência dominante do Mediterrâneo. A prova decisiva da consistência do amálgama étnico assim alcançado foi passada, com êxito, contra os cartagineses.

Beneficiava os romanos uma concepção política superior. Seus adversários, sem almejarem os objetivos que animavam os romanos e levaramnos a ser o centro político do mundo, eram uma sociedade ativa, operosa e enérgica. Belicamente revelaram uma capacidade extraordinária, e orientados pela família Barca, em batalha exigiram dos romanos constantes superações. Mas a visão do mundo dos cartagineses foi, com efeito, muito acanhada para contrabalançar vantagens que militavam a favor dos adversários, principalmente o espírito prático, a extraordinária facilidade de recuperação e a viva imaginação política dos romanos. Não menos importância teve a aceitação da impossibilidade da reconciliação ou do perdão, uma vez que com monótona insistência, Cícero, transformado na consciência coletiva, repetia implacável *Delenda Cartago!*

O imperialismo

A fisionomia política de Roma tomou o aspecto imperial gradualmente. Seria como a resposta a uma solicitação espontânea e cada vez mais enérgica que se traduziu inicialmente na fórmula do *imperium populi Romani* e na etapa final no *imperium orbis terrae.* Junto com a precisão

geográfica a pujança da nova unidade ficava individualizada na visão popular pela sacração de Otávio com o título de Augusto. As duas idéias permaneceram intimamente unidas, de potência militar e de domínio territorial, sintetizadas na expressão *império*. A lembrança das realizações romanas perdurou no período medieval, quando muitos entretinham a esperança de um governo universal em mãos da Igreja como fórmula de paz e progresso. Era um conceito positivo que contrasta com o uso que em fins do século passado começa a dar-se ao termo, em particular na Grã-Bretanha. Os escritores liberais, filiados principalmente à Escola de Manchester, utilizam-no para definir de forma pejorativa a expansão territorial dos Estados industrializados, caracterizada pelo propósito de explorar econômicamente os povos submetidos. Coube a John A. Hobson em artigos publicados a partir de 1890 fazer o exame mais significativo do desenvolvimento imperialista da política externa inglesa, ainda quando hoje possam-se apontar limitações, generalizações apressadas e conclusões inconsistentes no seu trabalho. De qualquer forma, foi sua obra que deu à palavra *imperialismo* sua accepção moderna, de expoliação de uma sociedade (ou área geográfica) atrasada por outra mais desenvolvida.[1]

Hobson vê o problema do controle colonial na fase imperialista como uma decorrência do subconsumo, filiando-se portanto às lições de Malthus, Rodbertus e Sismoondi. Segundo estes, as oscilações econômicas, com as conseqüências de subemprego e crescimento incerto, deviam-se a que a industrialização permitira uma grande produção para a qual faltava mercado. Quando não provocadas pela exagerada produção interna, as oscilações nasciam da interferência de outras potências manufatureiras no mercado nacional. Com isso formavam-se de um lado estoques acumulados e de outro disponibilidades financeiras inaplicadas. Num caso e noutro era recomendável abrir novos mercados: podiam ser países independentes, conquanto economicamente menos desenvolvidos, e podiam ser também áreas aparentemente devolutas, isto, aqueles que para os europeus tinham soberania não-definida. Estavam no primeiro caso os países latino-americanos, onde a partir da Independência a Grã-Bretanha tratou zelosamente de desenvolver laços de dependência comercial, lutando contra igual propósito dos Estados Unidos da América. Se é verdade que durante decênios a importância do comércio, e depois das inversões inglesas no Hemisfério (sem excluir os EUA) foi enorme, segundo Hobson as áreas ainda politicamente indefinidas tinham a vantagem de com a dependência econômica ficar sob o império da potência ocupante.

Para Hobson a expansão imperialista que a Grã-Bretanha experimentava tinha três objetivos principais: inicialmente visava a solucionar o problema do subconsumo trazendo para o fluxo da distribuição dos produtos manufaturados mercados em potencial; depois canalizava para finalidades econômicas impulsos autônomos, e até mesmo antagônicos, como era o

---

[1] V. John A. Hobson *Imperialism: a study* (nova edição, Ann Arbor: U. of Michigan Press, 1967).

trabalho dos missionários, dos exploradores, dos traficantes e dos armadores; e finalmente utilizava, sempre com o mesmo fim mercantil, de forma racista e desumana, a fôrça-de-trabalho que encontrava nas áreas sob colonização.

A contribuição de Hobson é importante para as décadas vindouras porque ofereceu aos discípulos de Marx um elemento interessante que o filósofo praticamente não tocara. Realmente, a despeito de ter um capítulo sobre a "moderna teoria da colonização", Marx não aprofundou o assunto como o fêz Hobson. A lacuna seria preenchida por Lenine que se inspira na obra anterior e serve de ponto de partida para autores posteriores, como Hilferding, Luxemburg, Bauer, Bukharin, etc. Lenine preferiu encarar a tendência imperialista não como um esfôrço para vencer a estagnação trazida pelo subconsumo e pela impossibilidade de novas inversões, e sim como uma tentativa de manutenção do *status quo*. Para ele o capitalismo monopolista do fim-do-século continuava sequioso de lucro, aplicando os recursos disponíveis em áreas onde os interesses financeiros podiam ditar as normas a fim de conseguir o melhor rendimento dos capitais aplicados. "O imperialismo é o capitalismo no estágio em que consolidou-se o domínio dos monopólicos e do capital financeiro; evidenciou-se a importância da exportação de capitais; começou-se a dividir o mundo entre os trustes internacionais e completou-se a distribuição do mundo pelos países mais importantes."[1]

Depois de Hobson

Na teoria dos dois autores o ponto fundamental é que os impérios coloniais construídos após 1870 foram inspirados por considerações econômicas: para Hobson se trataria de uma forma de compensar o subconsumo e a estagnação daquela fase da industrialização; para Lenine, ao contrário, era o destino inelutável do capitalismo e fôra imposta pelo capital financeiro. Não são poucas as dificuldades de analisar as teorias de um e de outro, mas ajudaria a criticá-las definir se: 1) no exterior os capitais exportados encontram melhor aplicação que internamente; 2) a corrida na última parte do século XIX por colônias pode ser imputada a pressões financeiras. Quanto à primeira, parece intuitivo que a despeito das limitações naturas o mercado de cada país rico tem ao menos capacidade reditícia igual à normal aplicação externa, a menos que se trate de inversão especulativa. Foi o caso do salitre chileno e da borracha amazônica, cuja duração não obstante foi breve; aplicações normais, de maturação mais demorada, apresentaram bom nível de rendimento, nada espetacular entretanto, e comparáveis a boas aplicações em território inglês. Estudos de Caincross permitem afirmar, por exemplo, que títulos para

[1] V. I. Lenine *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* (tomo 22 das Obras Completas).

melhoramento das estradas de ferro britânicas alcançavam um rendimento de 5% ao ano, enquanto as similares indianas oscilavam entre 3,9% e 4,7%. Não era, obviamente, em todas as partes do mundo que se alcançavam rendimentos assim satisfatórios; tampouco todas as áreas coloniais eram comparáveis quanto à capacidade de absorção de capitais e bens de consumo. Daí os interesses britânicos terem-se voltado para unidades tradicionais e ligadas ao Império, como os EUA, os países independentes da América Latina e certas unidades dependentes, em particular a Austrália, o Canadá e a Índia. Estas últimas representaram, junto com um ponto de aplicação de capitais e um mercado de interesse comercial, um vazio demográfico para onde deslocar o excesso de população, emigração de que tampouco ficaram a salvo outros países. As grandes colônias escocesas, irlandesas e mesmo inglesas nos EUA, na Argentina, no Chile, etc., confirmam o fato.

É muito difícil apontar para uma única causa da expansão colonial, e negar o interesse comercial ou financeiro seria subestimar tais forças sociais. Na verdade, porém, pelo menos tão forte era a motivação política, traduzida pelo desejo de território, prestígio, posição estratégica e outros elementos. Há casos, como a posse da Birmânia, da Tagolândia, das pequenas ilhas do Caribe que, se difíceis de explicar em termos financeiros, são compreensíveis por razões militares e políticas. A conquista da África do Sul é indicativa: o Governo de Krugg havia dado aos interesses econômicos ingleses tal proteção que era impensável desfechar uma guerra para ampliá-la. Razões de natureza política (em que naturalmente não estavam ausentes pressões financeiras) levaram o Governo inglês a empreender a guerra dos Boers e a eventualmente estabelecer seu domínio sobre essa área.

A teoria do imperialismo mesmo sem manter fidelidade completa à evolução do fenômeno é um útil instrumento de trabalho político. Talvez se possa dizer que as eventuais lacunas e imprecisões que encerra deramlhe maior latitude e portanto durabilidade. Hoje que testemunhamos o ocaso da era colonial podemos observar também o crescimento do fluxo internacional de capitais que seria a forma porque se afirma agora o mesmo propósito de poder. Dentro da óptica leninista é a típica situação do colonialismo, política destinada a encontrar um ponto de absorção do excedente demográfico destinado a produzir matérias-primas, suplantado por um imperialismo claramente inspirado e orientado pelo capital financeiro. Em outras palavras, o mundo não vive mais sob o espantalho da dependência territorial que implica para a potência colonialista um grave desgaste político. A atenção volta-se, sim, para as conseqüências da atuação financeira estrangeira quando consegue concessões para investir ou explorar. Diante do fato de que para o capital externo a meta é a elevada rentabilidade, sem preocupação direita de valorizar a área de ocorrência da jazida mineral, exploração agrícola ou unidade fabril que o ocupa, é hoje doutrina aceita de que corresponde ao Estado a indeclinável obrigação de defender em proveito do próprio povo as riquezas básicas do país. É do

conhecimento geral a luta permanente em torno da exploração do petróleo, de certos minérios (cobre e estanho de modo particular) e outros recursos escassos (enxofre, urânio). É possível, de outra parte, acompanhar a evolução da expansão financeira neste século: um período marcado por inversões de infraestrutura, obras não raro exploradas pelos próprios financiadores (portos, estradas-de-ferro, serviços públicos), juntamente com atividades trabalho-intensivas (borracha e salitre, já citados). Após o grande *craque* de 1929 há gradual substituição da Grã-Bretanha pelos EUA como fonte de financiamento e maior concentração na exploração direta (agrícola, pastoral, mas principalmente extrativa, petróleo, minérios). Após a II Guerra acentuou-se o esforço para conseguir maior dependência entre fornecedor e recebedor de financiamento, através de créditos de utilização dirigida (os *tied loans* americanos, principalmente) e programas especiais de assistência. O capital autônomo de outra parte aumentou sua atuação através da instalação de unidades gradualmente mais capital-intensiva e finalmente tecnologia-intensiva. Esta última fase é a do "capitalismo global" no sentido de que os laços de dependência podem envolver qualquer país, sem excluir as grandes Potências. A União Soviética fica em dependência tecnológica quando aceita que a FIAT construa uma fábrica de automóveis de passeio ou convida a Ford para o setor de caminhões; e a França é alvo dessa mesma dependência quando os produtores de aparelhos de computação absorvem e desmontam as pesquisas autóctones realizadas lentamente e com dificuldade.

É indispensável fazer uma pausa neste ponto para recolocar o tema na perspectiva adequada. Imperialismo sob certos aspectos é parecido com as bruxas para certas pessoas. Conquanto cada vez mais difícil de precisar na medida em que o observador se aprofunda na análise, ele é aceito pela generalidade da gente e discutido em todas as latitudes. Definido como uma forma sem entranhas de exploração, é difícl que tenha defensor, e sendo multiforme e fugido é fugidio é comum a mais ou menos todas as potências econômicas, mas filho de nenhuma delas. Tanto um pequeno país como o Chile sente-se ameaçado pelo imperialismo, como o Governo americano por vezes encontra na atuação supra-nacional de certos *conglomerados* razão para reclamar. Das várias possibilidades de influência, militar, econômica e cultural, a econômica é a mais intensa e difusa. A explicação para a preponderância econômica decorre da própria ubiquidade do fenômeno econômico. Outrora um país poderia ser importante pela pujança do pensamento: hoje mede-se a hierarquia pelo Produto Interno Bruto. Em seguida, os governos estão cada vez mais convencidos da interrelação mundial e portanto devotam grande esforço em conseguir uma situação mais sólida no terreno comercial e econômico. O trabalho comercial, de sua parte, tem a característica predominante da continuidadeá uma boa casa comercial é aquela que por decênios cumpriu sua tarefa de forma perfeita. Através dos anos de aplicação nascem modalidades que se inicialmente facilitam a atividade mercantil acabam por criar um emaranhado

de dependência ligando o mais fraco ao mais forte. Sistemas de preferência comercial (como o que funciona entre os países do Pacto de Iaundê e o Mercado Comum Europeu), facilitações bancárias, esquemas bilaterais, formas de cooperação geral e preferencial, acordos de mercadoria e de pagamentos, controles ou isenções quantitativos e aduaneiros, isenções fiscais e financeiras, subsídios, bonificações, incentivos são apenas uma breve lista dos elementos hoje disponíveis para dinamizar a atividade comercial externa de uma nação e grandemente utilizada pelas potências mais agressivas. O trabalho financeiro não é menos tradicionalista, e também criou suas formas de facilitar o fluxo de capitais que tanto se destinam a trabalhos de base como para finalidades de consumo ou para correção de desequilíbrios de balanço de comércio e de pagamento.

O papel do Estado

Dentro do emaranhado que o aceleramento e o acercamento internacional propiciam, o Estado permanece juiz daquilo que lhe serve e do que o prejudica. Desde a atividade primária, extrativa e direta, até o desenvolvimento de pesquisas altamente especializadas, é pelo espírito que orienta a participação estrangeira na atividade econômica interna que se declaram ou não ameaças imperialistas. Mesmo que inicialmente as autoridades fechem os olhos a pequenas incorreções ou excessos, o Estado continua a deter os elementos necessários para repelir tentativas de subordinar o interesse nacional aos interesses, estreitos e limitados, de grupos econômicos ou políticos externos.

Perdura, naturalmente, o risco de certas riquezas caírem em mãos de empresas multinacionais. Os inconvenientes são muitos, um dos quais é elas unirem ao interesse mercantil a consideração "patriotico" de explorar jazidas de alto teor no exterior como meio de prolongar jazidas em esgotamento na própria pátria, que se tornariam assim reservas estratégicas. Não cabe dúvida, porém, que o Estado é cada vez menos dependente da orientação vinda do exterior. Na verdade, hoje é impensável deixar-se ele emascular pelo poder financeiro internacional. É óbvio contudo que não se deve exagerar o alcance da soberania nacional: afinal o Estado não é um ente capaz de fulminar de uma mirada a entidade que tenta envolvê-lo e desta forma fazê-la desaparecer como por passe de mágica. Há na realidade na vida atual um sistema de conduta que também protege o empresário contra eventuais excessos estatais. Conquanto dimensões diferentes de poder, o capital dispõe do seu *modicum* de retaliação. Na luta que empreendeu contra o governo do Presidente Allende a Kennecott Copper Co. apelou para quantos tribunais lhe emprestaram ouvidos ,causando não pouco dano à imagem do Governo que lhe havia desapropriado os bens no Chile.

II. PAX CHRISTINA

O ponto relevante da evolução romana foi ter construído um Estado unificado, eficiente, duradouro e, através disso, garantido a paz. De regra presa a uma personalidade-chave, a experiência imperial tem em geral vida curta. Numa primeira fase agrava as tensões do ambiente em que ocorre, dado que a ascendência é obtida quase sempre por conquista armada. Várias gerações devem passar antes que os efeitos da violência inicial sejam absorvidos pelo tecido da sociedade. Quando a dominação é breve, tais feridas não chegam a cicatrizar e a sociedade é presa de um novo processo de reajustamento talvez mais penoso do que o provocado pela tentativa de subjugação preliminar. Sem alusão a Alexandre Magno, cuja conquista do Oriente não durou uma geração, pode-se indagar se o domínio prolongado, como o dos mouros no Norte da África, por si, é garantia de estabilidade e portanto contribui para a paz. Como se sabe, os abasidas que defenderam as conquistas islâmicas em toda a borda mediterrânea sul por bem quinhentos anos nem por isso alcançaram o indispensável grau de centralização do poder, e portanto ficaram expostos a numerosos imprevistos. Um desses foi a falta de coesão interna: enquanto Roma sofreu um processo de destruição de fora para dentro, a desagregação árabe foi provocada por sua própria classe dirigente. A partir do século XI dinastias de caráter local ou regional gradualmente assenhorearam-se daquelas partes do império em que tinham influência. Espanha fica com os omaiades, o Norte da África com os fatimidas, que acabam por conquistar o Egito também, o Oriente com os amadânidas, etc. É evidente que à custa da tranqüilidade interna e agravando as fricções fronteiriças se fazia a superposição do poder regional, fenômeno por que passou quase imune Roma. Uma explicação do melhor desempenho desta foi ter utilizado uma concepção política clara (o que hoje se chamaria ideologia) que ao acentuar a grandeza do Império, subordinava a ela o papel que deveriam desempenhar chefes e subalternos. Ficavam, portanto, reduzidas às devidas proporções e condicionadas àquele fim preeminente eventuais influências individuais ou interesses particulares.

A concepção ideológica, tão dinâmica quanto qualquer outro elemento político, fica submetida a um constante processo de comparação e prova. A paz romana, primordialmente interna, mas não menos internacional, dada a capacidade de Roma coibir abusos e fazer prevalecer além-fronteira seus interesses, estava estreitamente vinculada à capabilidade militar. O arrefecimento da convicção ideológica contaminou o exército, depois de ter influído sobre o corpo político, e já em 476 d.C. Roma deixa de ter o poderio indispensável para contrapor-se vitoriosamente às forças que pressionavam do outro lado dos limites. Em breve, a Europa Ocidental esboroa-se num retalho de unidades débeis e entregues aos próprios recursos. Dificuldades de aminístração favorecem a autonomia dos vassalos. Levantando-se contra o monarca, em muitos casos com êxito,

os novos chefes começam a associar liberdade e soberania com autossuficiência e isolamento. Isolamento e autossuficiência se reforçam num período de comunicações precárias; territórios pequenos para serem melhor controlados, e a fim de facilitar-lhes a defesa, circundados de altas muralhas que mais contribuiam para o afastamento do mundo. A multiplicidade desses centros marca o apogeu do feudalismo, período durante o qual a Europa subdividida e presa de influências contrastantes, abandona o largo vôo da águia pelas manobras de menor fôlego da raposa.[1] Passa-se de um tipo de organização por assim dizer macroscópico para outro de execução muito mais imediata e portanto confuso nos seus objetivos. A desagregação do Império romano teria levado a Europa de volta aos seus primórdios políticos, inclusive com uma nova tentativa de concentração e império, se o poder militar das componentes o permitisse. Ocorre, voltando à idéia do PMR, que *A, B, C, D ... N* defrontavam-se não apenas com a oposição uma de outro, mas igualmente de um fator externo imprevisível, as invasões. Aos poucos, entretanto, as forças em ação favorecem a formação de unidades de maior porte. Começa a sentir-se, outrossim, a influência das nacionalidades: fronteiras são, algumas vezes, formadas em função de um grupo homogênio (os francos). A partir do ano mil começa a definir-se o quadro da Europa, composta de unidades relativamente homogêneas (*A, B*), outras resultado de aglutinação (Império carolíngio $= C = C_1 + C_2 + C_3 + \ldots$), outras ainda com forte capacidade atrativa e que procuravam alcançar uma síntese atraindo partes de entidades autônomas ($E = C_3 + D_1 + D_2 + E_1$), como aconteceu com o Sacro Império romano Alemão que incorporou junto com terras alemães propriamente ditas ao leste do Reno algum território do antigo império carolíngio e terras na península itálica.

Sobre o quadro assim definido exercia-se o poder da concepção clássica do mundo, o império multinacional e a religião universal. Os dois elementos, não antagônicos entre si, podiam fundir-se e de fato, tratando-se de um momento de particular fervor religioso, houve a tentativa por parte da religião universal de reivindicar o comando temporal do grupo que lhe era fiel, o que correspondia à chefia política da Cristandade. Não foi uma reinvindicação imediata; para avançá-la teve, inicialmente, de impor o primado de Roma sobre as igrejas bizantina e africana. Custou-lhe bem seiscentos anos de insistência e de discreto trabalho de persuasão, para

1 "O feudalismo não foi (...) a volta pura e simples às condições tribais ou de vilas inimigas umas das outras que Roma havia encontrado." Gaetano Mosca, *Elementi di scienza politica* (II, cap. 3, nº III). E em outra passagem: "Os caraterísticos principais do medievo no campo mais estritamente político são a confusão entre direito privado e direito público, que fazia com que o proprietário ou ocupante de uma terra se julgasse investido de direitos soberanos sobre os habitantes daquela terra, e a formação de um ente intermediário, feudo ou comuna, entre o representante do ente soberano (imperador ou rei) e o indivíduo." *Storia delle dottrine politiche,* cap. 11.

o bom êxito do qual serviu-se dos importantes elementos de que contava. Constituia uma força estruturada e altamente hierarquizada, dispunha de uma elite intelectual e ensinava uma mensagem de alta efetividade. E de fato, diante da onda esmagadora de francos, hunos, godos, lombardos, etc. que nos primeiros tempos assolavam a Europa Ocidental e sem dificuldade venciam os pequenos feudos e avassalavam cidades-Estados, a última esperança repousava na Igreja que desempenhava o papel polarizador de potencialidades dispersas. Nesses momentos de crise a Igreja como que encontrava forças na própria fraqueza e, em diversas vezes, conseguiu uma saída militar para o dilema; em outras, a batalha perdida, era a habilidade dialética dos padres que alterava o desenlace. A Santa Sé freqüentemente conseguia convencer e não raro converter o vitorioso.

O nível intelectual dos seus doutores e a mística religiosa que empolgou a Idade Média consistiam o elemento de poder de que a Santa Sé necessitava para tornar-se a potência fundamental da Europa. O clero, desenvolvendo um grande trabalho apostólico, foi convertendo os povos, conversões que quase sempre correspondiam a um compromisso político. A partir de 728 começa a ascensão do Papado como potência preponderante: é o ano em que Liutprando, cujos lombardos haviam-se assenhoreado do norte da Itália, doa ao Papa numerosas cidades que se transformaram em *patrimonium Petri*. A preocupação temporal passa a pesar seriamente na ação da Igreja e para preservar (ou acrescentar) a influência ela se entrega a um complicado jogo de alianças. Os carolíngios (século IX) são os primeiros parceiros, substituídos depois pelos monarcas do Santo Império Romano Alemão (século XI) e para voltar, no século XIV, à órbita francesa. O entendimento tinha contrapartida de caráter espiritual, porém de consideráveis conseqüências práticas: foi por retribuição que a Igreja sagrou Pepino rei dos carolíngios, não por direito de sangue, mas pela "graça de Deus". A necessidade de transacionar indicava a contradição em que se debatia o Papado. Ainda que desejosa de alcançar os dois objetivos da filosofia clássica,[1] a Igreja foi incapaz de traduzir de forma concreta e duradoura o sentido político que seus pastores procuraram introduzir na mensagem de que era portadora. De fato, o recurso às alianças abalou o respeito inicial atribuido à Igreja, e na luta conduzida caotica-

---

1 Por suas implicações políticas é significativa a tentativa dos filosofos medievais de avançar a "teoria das duas espadas." Tratava-se de interpretar a passagem de Lucas 22-38, em que relata um animado diálogo durante a Última Ceia, quando Cristo, após prever a negação de Pedro, continuou aconselhando: "Agora, aquele que tem uma bolsa, tome-a, aquele que tem uma mocila, tome-a igualmente e aquele que não tiver uma espada, venda sua capa para comprar uma." Os discípulos replicaram: "Senhor, eis aqui duas espadas." "Basta," respondeu Cristo. Os escolásticos chegaram à conclusão de que Cristo se referia ao poder espiritual e ao temporal, cujas respectivas espadas teria confiado a Pedro. São Bernardo, refletindo o refinamento da teoria, sugere o primado do espírito sobre o mundo e proclama que a primeira espada deveria ser levada *pela* Igreja, enquanto a segunda *para* ela. (V. Charles Guignebert *Le Christianisme medieval et moderne,* Paris: Flammarion, 1927, capt. VI).

mente e sem quartel o resultado dos lances aproveitou ao vitorioso, agora sem considerações sobrenaturais. O enfraquecimento temporal comunicou-se ao conceito abstrato de Cristandade, que inicialmente correspondia a todo o mundo civilizado. À medida que o Papado vai perdendo sua autoridade espiritual, a idéia é substituída por uma definição mais geográfica e restrita, o de Europa. Por sua vez, após a Reforma, o conceito é ainda melhor caracterizado, ao ser suplantado pela designação dos países individualmente. Também na literatura especializada, os escritores que até meados da Idade Média apelavam para a influência da Igreja na solução dos conflitos internacionais, aos poucos orientam-se para o poder temporal e acabam aventando hipóteses em que a defesa da paz é confiada a um conselho de príncipes, quando não exclusivamente a um monarca da confiança do autor, e não raro seu editor!

A impossibilidade de qualquer dos principais intérpretes em cena implantar o império multinacional, a despeito de a idéia de unidade européia estar no espírito de muitos, influiu sobre as perspectivas da paz. Esta teria de vir já não da dominação, mas da pregação espiritual que fazia da concórdia a filosofia de vida e a justificava em termos sobrenaturais. Mas a Igreja abandona rapidamente sua postura de maestra para impor sua vontade de príncipe, através da habilidade política e a autoridade temporal do Papa. O relativo êxito não estabelece, contudo, uma paz duradoura e o milênio medieval deve ser visto no que interessa àquela preocupação como uma tentativa apenas parcialmente sucedida. A Igreja, no papel inspirador, tanto cria as bases filosóficas da paz como define preceitos (ou preconceitos) que influem sobre as condicionantes materiais das artes bélicas. Entre as últimas incluam-se, por exemplo, restrições econômicas,[1] como a preferência dada à agricultura em detrimento da indústria, a discriminação do comércio, a condenação da usura e da agiotagem (empréstimos contra juros), desestimulando portanto o espírito de poupança, investimento e indústria. A preferência por atividades que exigem uma grande concentração de trabalho, ainda quando atendia à abundância de mão-de-obra, reduzia a capacidade de produzir, inclusive implementos bélicos. Não menos importante, a valorização da virtude, entre elas a humildade, a paciência, a fortitude, que permitiram no feudalismo o aparecimento da cavalaria, constituiram uma válvula de escape à agressividade latente dos grupos sociais medievais.

---

[1] Para os tomistas as idéias de paz e governo mundial estão interligadas. Os fatores que influem na formação do Governo mundial variam conforme o autor. Em *L'Homme et l'Etat* (Paris: PUF, 1965, p. 190), Jacques Maritain, refletindo uma posição idealista, observa que o desenvolvimento econômico nem sempre é favorável ao desenvolvimento político, e portanto interfere no florescimento da paz. Há no mundo uma oposição entre Matéria e Idéia: "natureza e matéria têm a principal função no processo econômico; razão e liberdade são os protagonistas do processo político." Maritain é de opinião que "uma lei infeliz" da História coloca a matéria (economia) acima da razão (política).

Ao mesmo tempo que os príncipes desafiaram as normas políticas ditadas pela Igreja quando afetavam seus interesses, as lições de ética foram colocadas em discussão. A universidade criticou-a sob o ponto de vista intelectual, e conseqüências diretas tirou o povo ao ver que atividades desprestigiadas (ou condenadas) traziam benefícios à comunidade e destaque a quem a elas se dedicava com êxito. O efeito do duplo ataque, intelectual e prático, diminuiu a credibilidade dos *dictati Papae,* determinações que encerravam mesmo matéria militar, assim como o enfraquecimento da ascendência política fez com que fossem perdendo eficácia sanções que deveriam ser espirituais, como a excomunhão.

A longo têrmo, as noções filosóficas foram as principais contribuições cristãs para a paz. O problema fundamental da relação soberano/povo, a filosofia medieval apreciou-o sob o aspecto sobrenatural, explicando o poder como uma delegação divina, aceita e abençoada pela Igreja. Nessas condições, exceto em circunstâncias determinadas, cumpre ao cidadão acolher o monarca que lhe coube por sorte ou sina. A guerra era aceita dentro de uma rígida estrutura lógica, cuja condição indispensável era perseguir uma finalidade justa e meritória. A paz, desejada inclusive por ter-nos sido legada como um dom divino, tornava-se uma obrigação geral por dever refletir o espírito de justiça, o único capaz de determinar a vitória. Cabia, assim, aos príncipes acorrer em defesa daquele que se batia com justiça, assistência que em teoria preservaria sempre a paz baseada na Justiça. A impossibilidade de determinar com exatidão de que lado batalhava o justo, dado que era sempre possível mascarar as reais intenções, terminou por impedir o adequado funcionamento da norma reguladora. Juntamente com essa idéia que é precursora da segurança coletiva, capaz de rapidamente afogar o agressor, havia uma outra medida tendente a reduzir os danos causados pelo conflito. A *tregua Dei* consistia na suspensão da luta em determinados períodos e na obrigação de não fazer mal a quem não combatia. A impossibilidade de vingarem os princípios cristãos estava ligada à interrelação estabelecida entre império e paz: utilizando a experiência romana, os filósofos cristãos concluiram que através da autoridade central devidamente instrumentalizada seria possível implementar medidas tendentes a desarmar os espíritos, isto é fazer prevalecer o respeito mútuo e a concórdia, organizar a sociedade em molde pacífico, isto é, abolir atividades capazes de exacerbar as tensões sociais, e garantir a paz nas fronteiras. Sobre essa construção, que muito devia a Roma, pairaria a mensagem original do Deus único, delegando aos seus representantes poderes de administrar esse império.

Se a Igreja não alcançou o ideal do império multinacional, nem por isso deixou de concretizar projetos eriçados de enormes dificuldades, mas de não menores conseqüências. As Cruzadas foram um exército supranacional no desempenho de uma ação política de grande dimensão. A arregimentação desse exército, conseguido através de um extraordinário trabalho de promoção e organização, destinava-se a extirpar um perigo provavelmente mais imaginário que real. Em termos esquemáticos tentou-se com

isso, atabalhoadamente, impor uma solução militar ao que seria estritamente um problema religioso, a proteção da Terra Santa contra os infiéis muçulmanos.

Ideologia

As Cruzadas foram uma pregação dirigida mais ao entranhado amor do povo pela religião do que às suas, ao tempo limitadas, luzes; os resultados são conhecidos, ficaram na História como um movimento de defesa coletiva não superado em magnitude. Na política de libertar belicamente os Lugares Santos, mais do que o enorme poder material que a Igreja conseguiu reunir, surpreende sua capacidade de arregimentar, decorrência de um trabalho de convencimento que os padres vinham realizando há séculos. Os problemas que os afetavam eram submetidos a uma minuciosa dissecção analítica, seguida de um tratamento com requinte de lógica formal. Não admira que as teses patrocinadas pela Igreja sobrepunham-se aos argumentos de detratores, por mais sofisticados fossem eles. A estrutura que assim se constituiu alteou-se aos poucos até constituir um corpo de doutrina que efetivamente defendeu a Fé das investidas pagãs. Pode-se observar uma gradual modificação de conduta: o Papado a princípio tímido e defensivo após, toma a iniciativa e finalmente assume uma tônica de dominação, chegando a procurar convencer os fiéis da conveniênca de confiar-lhe o governo do mundo, baseado na sua supranacionalidade e extratemporalidade.

Aos poucos delineou-se aquilo que hoje se designa por *ideologia*. Alguns dos que a estudam consideram a ideologia tão antiga quanto o pensamento humano, ainda quando só nos últimos decênios se tenha começado a pesquisar o assunto. Tendo sido inicialmente um método de debate, uma forma de dialética, a ideologia procura pelo exame do pensamento do adversário ver até que ponto diz a verdade e em que medida a falseia. O conteúdo gradualmente foi-se ampliando a ponto de tornar-se a somatória de princípios geralmente aceitos, um *Weltanschauung* do grupo social. Há assim uma ideologia negativa — aquela que procura enganar, substituindo afirmações válidas do adversário por outras duvidosas; e há uma positiva, que depois de recusar uma proposição insatisfatória dá um passo além e propõe a sua verdade. Os especialistas, como é o caso de Manheim, frisam o caráter de duplicidade da ideologia, consciente ou inconsciente. Talvez seja tão válido falar na necessidade de convencer por um raciocínio lógico perfeito quanto com a interferência de elementos inaceitáveis dentro do sistema de lógica fprmal. De outra parte, a ideologia é cambiante e variável, podendo alterar-se de modo a atender dois estágios de desenvolvimento de um mesmo grupo social.[1]

---

[1] Sobre a experiência brasileira, vide *Filosofia, Ideologia e Realidade Brasileira* por Tarcísio M. Padilha (RJ: Americana, 1971, cap. 4).

A própria evolução da Igreja, referida atrás, aponta para esse fato: ela era inicialmente, em termos políticos, inexpressiva e portanto tinha de apresentar uma concepção que lhe permitisse crescer; uma vez poderosa as premissas que justificaram o crescimento deixaram de ser significativas, passando a ter prioridade a manutenção daquele estado.

Cabe distinguir a ideologia da primeira fase, expansionista, da última, manutenção do *status quo,* e portanto conservadora, senão reacionária. No início do processo delineado, a contribuição da ideologia é muito importante pois deve explicitar uma confiança inata que não reconhece obstáculos e leva de vencida qualquer resistência. O espírito pioneiro inicial, desinteressado e não raro quixotesco, sob o efeito da competição externa é submetido a profunda transformação. No período de expansão, sua mensagem tende a perder o sentido altruista inicial e coincide com os impulsos interesseiros e egoistas das classes que dominam a nova sociedade. Numerosos princípios que nortearam-lhe a filosofia dos primeiros tempos serão alterados em função do êxito ou fracasso da política externa. A interação internacional abre novas perspectivas gerais, e no âmbito interno por influência do heroismo e do desempenho em missões em pontos muitas vezes remotos cria a permeabilidade entre as classes, o que altera a composição dos círculos dominantes. As novas personalidades que assim ascendem, desconhecem ou reprovam os fundamentos de certos princípios anteriormente defendidos, e permitem com o reexame a revisão de normas outrora consideradas comoverdadeiros dogmas. Um exemplo é a variedade do conceito de imperialismo. Um Estado *A* pode ter-se servido da condenação do imperialismo para defender-se de investidas externas de um Estado *B* no período t_1. Um século depois, digamos, no período t_n, o mesmo Estado *A* adotará para com terceiros uma política análoga à aplicada contra si por *B,* agora explicada como de caráter preventivo, a fim de evitar o neo-imperialismo do competidor X.

A ideologia imperialista cumpre justificar os exageros naturais de um momento de expansão, assim como a do *status quo* racionaliza os motivos pelos quais o Estado não acede a reivindicações que pareceriam justas, examinadas com os critérios anteriores. sob o seu aspecto positivo, a filosofia política conservadora permite um mínimo de evolução, mesmo se não é o suficiente criadora para desviar para atividade indiferentes as preocupações políticas latentes no corpo social. A linha de evolução do catolicismo teve um desfecho favorável, pois o espírito pragmático do Papado soube tirar efeito psicológico de sua mensagem, incutindo no espírito dos povos a vantagem de ser cristão. De fato, jogando-se como se fazia com os fins últimos do homem, acenando-lhe não com a transitória passagem terrena, mas com a permanência de um estado de harmonia e paz, a concepção disseminada por Roma tinha todos os elementos de aceitação. Conquanto provavelmente a realidade na Santa Sé ao tempo não raro refutava a validade da lição divulgada, a habilidde dos pregadores permitia a maciça adesão dos fiéis e uma ampliação do círculo de influência. Tendo em conta a situação geral do mundo até o advento do Renascimento e das condições políticas reinantes, é perfeitamente compreensível a constante ascen-

dência do domínio religioso até que outra ou outras ideologias, possivelmente menos verdadeiras mas mais insidiosas, foram solapando as bases cristãs previamente estabelecidas.

Sob o aspecto da paz o panorama é fácil de traçar: em meio à impotência generalizada em que tinham vez mais a ambição e a audácia do que títulos efetivos, o Papado oferecia uma válida alternativa. Representava um grupo de escol com uma ampla tradição, respaldado por um certo poder temporal representado por suas próprias forças e pelas alianças que normalmente conseguia estabelecer. A conjugação da influência intelectual, do peso da doutrina com as componentes militares concretas davam lugar a fundadas esperanças. Em contraste com a Roma imperial, entretanto, a capacidade de crescimento do PMR da Igreja era insignificante, principalmente em comparação com o de unidades que gradualmente afirmavam sua nacionalidade. O Papado permaneceu, assim, na dependência do jogo de interesse das potências que debuxavam, principalmente o Império alemão e a França, e foi presa da luta que se travou entre essas duas entidades, num processo que prenunciava o equilíbrio de poder que foi a regra a partir do século XVI. Nestas condições, a esperança de uma paz cristã esfuma-se diante da crua realidade da política egoista, de sobrevivência, da Europa nacional que nasce com o início das Grandes Descobertas.

Nota: As partes III — *Pax Britanica* e IV — *Pax America* aparecerão no próximo volume.

BIBLIOGRAFIA SOBRE A BOLÍVIA

Bolívia — Relações Exteriores

AVILA, Federico — Bolivia en el concierto del Prata. México, Editoria Cvltvra, 1941. 342 p.

Bolívia ante la Liga de las Naciones. / Bolivia / Libr. e Impr. Gil, 1920.

DIEZ DE MEDINA, Eduardo — Apuntes sobre tópicos internacionales. La Paz, Arno Hermanos, 1919.

—— Diplomacia y política internacionales. La Paz/ s. ed., 1949 / 279 p.

LABOUGLE, Ricardo de — La República de Bolivia en el panorama Sud Americano; conferencia pronunciada en el Instituto Cultural Argentino Boliviano, el 27 de Junio. / Buenos Aires, J. Belmonte / 1939. 29 p.

*MENDOZA, Samuel — El aislamiento de Bolivia. Cochabamba, Editorial Canelas, 1965. 106 p.

*OSTRIA GUTIERREZ, Alberto — Una obra y un destino .La politica internacional de Bolivia despúes de la guerra del Chaco. 2. ed. Buenos Aires, Impr. López, 1953. 450 p.

Bolívia — Relações Exteriores — Argentina

Homenaje a Bolivia, 1825 — 6 de Agosto — 1941. Discursos pronunciados en los actos que con motivo del 116º aniversario de la Independencia auspiciaron el Instituto Cultural Argentino-Boliviano y la Asociatión Boliviana de Buenos Aires. / Buenos Aires, J. Belmonte / 1941. 50 p.

RODRIGUEZ, Juan Carlos — Breve reseña de una política internacional. El tratado argentino-boliviano, Julio 9 de 1925. Buenos Aires, "Metropolis", 1936-37. 134 p.

Bolívia — Relações Exteriores — Chile

*ENCINA, Francisco Antonio — Las relaciones entre Chile y Bolivia. (1841-1963) Santiago, Ed. Nascimento, 1963. 287 p.

Nota — As obras assinaladas com asterisco (*) já fazem parte do acervo da Biblioteca de Brasília do Ministério das Relações Exteriores.

ESPINOSA Y SARAIVA, Luis — Despues de la guerra. Las relaciones boliviano-chilenas. La Paz, Ed. "Renacimiento", 1928. 119 p.

PAZ, Román — Relaciones boliviano-chilenas. Capitulo de, a Memoria presentada por el Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de Bolivia. Congreso Ordinario de 1923, referente a las cuestiones con Chile. Bolivia, Ed. "Marinoni", 1923.

*RIOS GALLARDO, Conrado — Los pactos de paz de 1929. Chile y Peru en Arica. Santiago de Chile, Imp. "El Esfuerzo" / 1950-51 / 28 p.

Rumbo al mar. Documentos trascendentales. La Paz / Ministério de Relaciones Exteriores y Culto / 1963. 76 p.

RIVAS-VICUÑA, Manuel — Por la justicia, por la grandeza de mi patria. Rio de Janeiro, "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1926.

VERGARA VICUÑA, Aquilles — Bolivia y Chile. Lecciones del pasado, advertencias para el porvenir. La Paz, Intendencia General de Guerra, 1936.

Bolívia — Relações Exteriores — Peru

Observaciones sobre las diferencias existentes entre Bolivia y el gobierno del Peru. Santiago, Impr. de la Opinion, 1831.

ORTIZ DE ZEVALLOS PAZ-SOLDAN, Carlos, *comp.* — Lamision La Torre en Bolivia (1831-1835) Recopilación y prólogo por Carlos Ortiz de Zevallos Paz-Soldan. Lima, Ministério de Relaciones Exteriores del Peru, 1971. 825 p. (Archivo diplomatico peruano, t. 8)

RIVAS-VICUÑA, Manuel — Por la justicia, por la grandeza de mi patria. Rio de Janeiro, "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1926.

Bolívia — Relações Exteriores — Paraguai

*ALVESTEGUI, Arturo D. — Bolivia-Paraguai (Titulos de Bolivia) La Paz, Litografias y Imprentas Unidas, 1933-34.

DOMINGUEZ, Manuel — Paraguay-Bolivia. Informe del Dr. Manuel Dominguez sobre el ajuste Soler-Pinilla, y propuesta de mediación del A.B.C. que la Revista de la Escuela de Comercio sistiene como oportuna para la solución del diferendo de limites (Pro-Patria) / s.l., s. imp. / 1924.

LACONICH, Marco Antonio — El Espíritu de Chiquisaca, proceso y desarrollo de la agresión boliviana. Asunción, Impr. Nacional, 1933.

MUJIA, Ricardo — La cuestión del Chaco. Las opiniones de dos presidentes. Lectura del doctor Ricardo Mujia, ex Ministro Plenipotenciario de Bolivia en el Paraguay, propiciada por la Sociedad Geográfica "Sucre". Impr. "La Democracia", 1932.

POZO CANO, Raul del — Paraguay-Bolivia. Continuidad del esfuerzo del Paraguay en el Chaco (1537-1811) Asunción, Impr. Nacional, 1934.

O Problema do Chaco Boreal. Algumas opiniões brasileiras. D. Pedro II, Barão de Cotegipe, Visconde de Abrantes, Francisco Octaviano, Pimenta Buenos, Visconde do Uruguay... Rio de Janeiro, "O Livro Vermelho dos Telephones", 1933.

RIQUELME, Manuel — Paraguay-Bolivia (Polémica periodística) Buenos Aires / Casa Oucinde / 1927.

RODAS EGUINO, Justo — La Guerra del Chaco. Interpretación de política internacional americana. Buenos Aires, Libr. y Editorial "La Facultad", 1938.

TEÁ GÓMEZ (Luis) — Bolivia frente a los pueblos del Plata. La Paz, Arnó Hno., 1936. 336 p.

Integração Econômica — América Latina

*RTUÑO, René — Bolivia y la integración económica de América Latina. / Buenos Aires / Instituto para la Integración de América Latina. B.I.D. / 1969 / 168 p.

Direito Internacional — Chile

Bolivia. Ministério de Relaciones y Culto. — La Desviación del Rio Lauca (Antecedentes y documentos) La Paz, 1962. 303 p.

Pretensiones de Bolivia sobre Arica. / La Paz / Imp. Americana /s.d./

Direito Internacional — Peru

OLAÑETA, Casimiro — La Defensa de Bolivia. / Sucre / Impr. de la Libertad, 1840.

Direito Internacional — Paraguai

Actas y documentos de las Conferencias de Plenipotenciarios bolivianos y paraguayos. Realizadas em Buenos Ayres bajo los auspicios del Gobierno Argentino. La Paz, Escuela Tipografica Salesiana, 1929.

Actuaciones de la Comision de Investigación y Conciliación Boliviano-Paraguaya, 13 de Marzo de 1929 — 13 de Septiembre de 1929. Washington / s. ed., s.d. /

AGUIRRE ACHÁ, José — La Antigua Provincia de Chiquitos, Limítrofe de la Provincia del Paraguay. Anotaciones para la defensa de los derechos de Bolivia sobre el Chaco Boreal. La Paz, Impr. "Renacimiento", 1933.

ANTOKOLETZ, Daniel — La Cuestión del Chaco Boreal pendiente entre Bolivia y Paraguay. Conferencia pronunciada en febrero de 1930, en la

Universidad de la Paz, Bolivia. Montevideo, "Imp. Uruguaya", s.a., 1934. 31 p.

ANZE MATIENZO, Ed. — Bolivia en el continente y en el coflicto del Chaco; Conferencia dictada en el salón "Les Enfants de Beranger" con el auspicio del Centro de Estudiantes de Ingenieria. Buenos Aires / s. ed. /1933. 63 p.

Bolivia — Paraguay (Cuestiones internacionales) / s.l. / Imprenta Nacional, 1918.

*CARVALHO, Estevão Leitão de — A paz do Chaco; como foi efetuada no campo de batalha. / Rio de Janeiro / Biblioteca do Exército — ed., 1958. 444 p.

La Conferencia de Mendonza y el conflicto del Chaco. La Paz, Imp. "Eléctrica", 1933. 26 p.

La Cuestión del Chaco. (Legación de Bolivia en España) Madrid, Imp. de los Hijos de M. G. Hernández, 1927.

DIEZ DE MEDINA, Eduàrdo — Conferencias del internacionalista boliviano (Centro de Propaganda y Defensa Nacional) La Paz, Imp. Arnó Hermanos, 1933.

FINOT, Enrique — La guerra del Chaco y los Estados Unidos. La Paz / Editorial America / 1935. 48 p.

GONZALEZ-BLANCO, Pedro — El conflicto belígero boliviano-paraguayo y la cuestión chaqueña. Madrid, Imprenta Séez Hermanos, 1934.

—— Los derechos inobjetables de Bolivia al Chaco Boreal. Madrid, Imp. "Sáez Hermanos", 1934.

GREZ PEREZ, Carlos E. — Cuatro mapas oficiales de Bolivia favorables al Paraguay. Santiago de Chile / Imp. R. Neupert / 1933. 15 p.

—— El Fuerte paraguayo Borbón (Olimpo) Santiago de Chile / Imp. R. Neupert / 1933.

—— La Guerra de agresión de Bolivia en el Chaco. Nuestra protesta. Santiago de Chile / Imp. R. Neupert / 1933.

—— La Prueba de los mapas en el conflicto del Chaco. Santiago de Chile / Imp. R. Neupert / 1933.

La Guerra en el Chaco y la Liga de las Naciones. Recopilación de artículos del Diario Chileno "El Imparcial". Santiago, "El Imparcial", 1934.

*LA FOY, Margaret — The Chaco dispute and the League of Nations. Bryn Nawr / Edwards Brothers, Inc. / 1941. 157 p.

LAGUNA, Adolfo — La diplomacia paraguaya en la cuestion del Chaco Boreal. Mercedes, B.A., Est. graf. Herrero Hnos., 1932. 40 p.

LOUREIRO, Pizarro — O Chaco Boreal. Rio de Janeiro, Editora Moderna, 1933.

MENDOZA, Jaime — La Tragedia del Chaco (Estudio) Sucre-Bolivia, Imp. y Lit. Salesiana, 1933.

MERCADO M., Miguel — El Chaco Boreal (Litigio boliviano-paraguayo) La Paz / s.ed. / 1920.

MOLINA M., Placido — Historia de la gobernación e intendencia de Santa Cruz de la Sierra (Capitulos sueltos relacionados con la cuestión del Chaco Boreal) Sucre, Imp y Lit. "Urania", 1936.

—— Historia del Obispado de Santa Cruz de la Sierra (Capitulos relacionados con la cuestion del Chaco Boreal) La Paz, Editorial Universo, 1938.

MUÑS REYES, Victor — Los Derechos de Bolivia en el Chaco. La Paz, Imp. "Atenea" de Crespi Hnos., 1932. 3 p.

NIETO PENA, Xesus — El Coflicto del Chaco a la luz de la historia (Panorama literario español y hispano-americano) Madrid, Editorial Cenit, 1933.

OROZA DAZA, Julio — Conflicto boliviano-paraguayo. Paginas para la historia. Los ataques a los fortines Vanguardia y Boquerón. La responsabilidad del agresor ?Quien tiene razón¿ Buenos Aires / s. ed. / 1929.

PACCIERI, Alberto Virreira — Bolivia-Paraguay, 5 de Diciembre de 1928. Datos para la história diplomática. La Paz, Impr. Eléctrica, 1932.

Proceedings of the Commission of Inquiry and Conciliation Bolivia and Paraguay. March 13, 1929 — September 13, 1929. Washington / s. ed., s. d. /

RAMIREZ, Juan Isidro — El Panamericanismo, el arbitraje y la agresion boliviana e nel Chaco; un examen documental. Santiago de Chile / Imp. R. Neupert / 1933.

La Verdad sobre el conflicto del Chaco. Reseña historico-juridica. Títulos y ocupaciones. Quén no quiere el arbitraje? Buenos Aires, Imp. Ferrari Hnos., 1932.

VILLAZÓN, Eliodoro — Guerra injusta declarada por el Paraguay a Bolivia con el fin de apropiarse de la Provincia de Chiquitos. Cochabamba, Editorial Segura, 1934.

Violaciones a las practicas del derecho internacional. Conflicto boliviano-paraguayo. La Paz, Ministério de Relaciones Exteriores de Bolivia, 1932. 18 p.

Conferencia Regional de los Países del Plata. Enero 27 — Febrero 6, 1941.
— Acta final. Montevideo, Imp. Florensa / s.d. / 64 p.
— Informe de la Secretaria de la Delegación de Bolivia. La Paz, Editorial Universo, 1941. 116 p.

VERGARA VICUÑA, Aquiles — El Mar, nexo de paz entre Bolivia y Chile. La Paz, Lit. e Imp. Unidas / s.d /

Bolívia — Limites

CARPIA, J. M. del — Memorandum que a nombre de su bovierno dirije el Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia a los Excelentisimos Gobiernos de America. La Paz, Impr. de "El Progreso", 1878. 14 p.

ITURRALDE, Abel — Coleccion de articulos publicados en "El Telegrafo". La Paz / s. ed. / 1897.

*MENDOZA LOPEZ, Vicente — El Litoral de Bolivia ante el derecho internacional. El alegato de Bolivia es la historia de la diplomacia chilena. (Datos y documentos recopilados con motivo de la fundacion de la Liga de Naciones) La Paz, Imp. "Renacimiento", 1924.

La Opinion en los Estados Unidos sobre el problema del Pacifico. Resumen de editoriales de los principales periódicos y de declaraciones hechas por Senadores y Representantes al Congreso y por otras personas de importancia en los Estados Unidos (Bolivian Port Restoration League) / La Paz, s.d., Tip. Salesiana /

Bolívia — Limites — Argentina

AGUIRRE, Miguel Maria de — Limites orientales i australes de la Republica Boliviana. Cochabamba, Imp. de la Restauracion, 1827.

CARRILLO, Horacio — Los límites con Bolivia. Buenos Aires, L. J. Rosso y Cia., 1925.

La Cuestion de límites pendiente con la Republica Argentina. La Paz, Ministério de Relaciones Exteriores, 1922.

FRIAS, Luis — Límites entre Bolivia y la República Argentina.
I parte — Mojos y Chiquitos
II parte — El Chaco.
Cochabamba, Imp. de Gutierrez, 1873-74. 86 p.

Límites entre Bolivia y la República argentina. / s. n. t. /

MATIENZO, Agustin — Límites entre Bolivia y la República Argentina. Buenos Aires, Imp. de El Nacional, 1872.

MENDEZ, Julio — parte I — Límites argentino-bolivianos en Tarija. La Real Cédula de 1807 (17 de fébrero) parte II — Límites argentino-bolivianos en Tarija y el Chaco. Disolucion del Virreinato de Buenos Ayres con la segregación de la Audiencia de Chárcas de 1810 a 1816. Tarija y el Chaco comprendidos en la segregacion. Inanidad del decreto legislativo argentino de 9 de mayo de 1825 (Articulos publicados en "El Comercio" de La Paz) La Paz, "El Comercio", 1888. 2 vols.

OROPEZA, Samuel — Límites entre la República de Bolivia y la República Argentina. Bolívia, Imp. Boliviana / 1892 /.

PAZ, Carlos — Bolivia y la Argentina, reseña histórica de los tratados diplomáticos. La Cuestión de Tarija. Tarija, A. Leon, 1912. 156 p.

ITURRALDE, Abel — Supuesto antagonismo entre el Tratado de límites boliviano-argentino y el Pacto de Tregua con Chile. La Paz, Imp. de "El Comercio", 1895.

Bolívia — Limites — Chile

AMUNÁTEGUI, Miguel Luís — La Cuestion de límites entre Chile i Bolivia. Santiago de Chile, Imp. Nacional, 1863.

BOTELLA, Cristóbol — Dictamen del letrado Don Cristóbal Botella sobre la competencia de la Sociedad de las Naciones para entender en la llamada cuestión del Pacifico. Ginebra, Imprenta Central, 1920. 15 p.

BUSTILLO, Rafael — Memoria que el Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia, presenta a la Asamblea Extraordinaria, reunida en Oruro en

Mayo de 1863, sobre la Cuestion Mejillones. Cochabamba, Imp. del Siglo, 1863.

CHILE. MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES — La cuestion del rio Lauca. Santiago, 1963. 327 p.

DIEZ DE MEDINA, E. — La Cuestion del Pacifico y la politica internacional de Bolivia. Tratados de Límites entre Bolivia y Chile, 1886 a 1904. La Paz / Lit. e Imp. Unidas / 1923.

Esposicion de los motivos que justifican la reivindicacion por parte de Chile del territorio comprendido entre los paralelos 23 i 24 de latitud sur. Santiago, Imp. Nacional, 1879.

EYZAGUIRRE, Jaime — Chile y Bolivia; esquema de un proceso diplomático. Santiago de Chile / Empresa Editora Zig-Zag / 1963. 61 p.

GUZMAN, Santiago Vaca — La Usurpación en el Pacífico. Bolivia y Chile y sus tratados de límites. Buenos Aires, P. E. Coni, 1879. 104 p.

ITURRALDE, Abel — Supuesto antagonismo entre el Tratado de límites boliviano-argentino y el Pacto de Tregua con Chile. La Paz, "El Comercio", 1895.

LAGUNA, Adolfo — Bolivia en la custión del Pacífico. 2. ed., Mercedes, 1922, Graf. Canetti.

Libro Rojo. Contiene los últimos documentos de la cancilleria de Bolivia, relativos a la reintegración marítima de la República. La Paz, Ministério de Relaciones Exteriores, 1920.

ORREGO LUCO, Luis — Los Problemas internacionales de Chile. La Cuestion boliviana. Santiago de Chile, Imp. Mejía, 1900.

Le Plus grave problème international de l'Amérique Latine. Paris, / Imp. Coueslant / 1919. (Petite Collection Américaine).

POINCARE, Raymond — La Cuestion del Pacífico y la Liga delasNaciones. Paris / Imp. Coueslant / 1921. (Petite Collection Américaine.)

SALINAS, Manuel M. — Impugnación a la cuestion de límites entre Chile e Bolivia, escrita por Miguel L. Amunátegui. Sucre, Tip. de Pedro España, 1863.

SANTIVAÑEZ, José Maria. — Bolivia i Chile. Cuestion de límites. Cochabamba, Imp. del Siglo, 1863.

VALDÉS, Julio César — Bolivia y Chile, antecedentes históricos, discusión diplomática, estado actual de la cuestión. Santiago de Chile, Imp. Centro Editorial La Prensa, 1900.

ZEBALLOS, Estanislao S. — Chile y Bolivia. Conferencia en el Centro Juridico y de Ciencias Sociales. Publicación de la Revista Juridica y de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Imp. de Carranza y Cinollo, 1900.

Bolívia — Limites — Peru

ARMENTIA, Nicolas — Límites de Bolivia con el Perú por la parte de Caupolican (Oficina Nacional de Inmigración, Estadistica y Propaganda Geográfica) La Paz, Imp. de "El Telégrafo", 1897.

BALLIVIAN, Adolfo — El laudo argentino, inaceptable para Bolivia, inconveniente para el Peru. La Paz, Tip. de Ismael Argote, 1909.

BRAVO, Carlos — Límites de la Provincia de Caupolican ó Apolabamba con el Territorio Peruano. La Paz, Imp. de "La Paz", 1890.

Juicio arbitral de fronteiras con la República del Perú.

Parte I — Alegato de parte del Gobeirno de Bolivia.

" II — Collección de documentos que apoyan el alegato de Boliva.i Buenos Aires, Comp. Sub-Americana de Billettes de Banco, 1906. 3 vols.

" III — Réplica de parte de Bolivia el alegato peruano en el litigio de límites de que es árbitro el Excmo. Gobierno Argentino. Buenos Aires, Imp. de J. Lajouane & Cia., 1907.

" IV — Nueva prueba de parte de Bolivia apoyando la réplica al alegato peruano. Anexo de A/S. Buenos Aires, Imp. Nacional, 1907.

" V — Litigio de límites entre Bolivia y el Perú. Tacha de prueba. Rechazo y observaciones propuestas por parte de Bolivia á las pruebas presentadas por la defensa peruana. Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1907.

" VI — El arbitraje entre las Repúblicas de Bolivia y el Perú su último negociación sobre fronteiras. Documentos diplomaticos. La Paz, Ministerio de Relaciones Exteriores, 1909.

* Litigio de límites entre Bolivia y el Perú. Tacha de pruebas. Rechazo y observaciones propouestas por parte de Bolivia á las pruebas presentadas por la defensa peruana. Buenos Aires, Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco, 1907.

NORDENSKIÖLD, Erlanda, *freiherre* — Travels on the boundariers of Bolivia and Peru. (*IN Geographical journal,* 2. Aug. 1906, v. xxviii)

OROPEZA, Samuel — Cuestión de límites entre las Repúblicas de Bolivia y del Peru (intereses nacionales) Bolivia, Imp. Boliviana, 1888.

PRADO Y UGARTECHE, Javier — El Fallo arbitral del Gobierno argentino en el juicio de límites peru-boliviano y la actitud de Bolivia. Lima, "La Opinión Nacional", 1909.

Le Plus grave problème international de l'Amérique Latine. Paris, / Cahors, Imp. Coueslant / 1919.

POINCARÉ, Raymond — La Cuestión del Pacífico y la Liga de las Naciones. Paris / Cahors, Imp. Caoueslant / 1921.

SAAVEDRA, Bautista — El laudo argentino (Límites Bolivia-Perú) La Paz, Imp. Carlos Diez de Medina, 1909.

ZARCO, José — Cuestión de límites entre Bolivia y el Peru. Breve exposición de los antecedentes y del estado actual del litigio. La Paz, Imp. y Lit. Boliviana, 1897.

*AGUIRRE ACHÁ, José — Bolpebra, frontera tripartita inestable entre Bolívia, Perú y Brasil. La Paz, Editorial "Renascimiento", 1935.

Contestación de la República del Peru á la demanda de la República de Bolivia presentada á la Comissión Asesora del Gobierno Argentino conforme al artículo 3º del Reglamento Procesal de 10 de Noviembre de

1904. Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1907. 560 p.

CUNHA, Euclydes da — Perú versus Bolivia. Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1907.

Exposición de la República del Perú presentada al Excmo. Gobierno Argentino en el Juicio de Límites con la República de Bolivia conforme al Tratado de Arbitraje de 30 de Diciembre de 1902. Barcelona, Imp. de Henrich y Comp., 1906. 2 vols.

Juicio de Límites entre el Perú y Bolivia. Prueba peruana presentada al Gobierno de la Republica Argentina por Victor M. Maurtua.
Tomo A — vols. 1/2 — Exposición de la República del Perú presentada al Excmo. Gobierno Argentino en el Juicio de límites con la República de Bolivia conforme al Tratado de Arbitraje de 30 de Diciembre de 1902.
" B — Conclusiones de la Exposición del Perú.
" 1º — Virreinato peruano.
" 2º — Organización audiencial sud-americana.
" 3º — Audiencia de Charcas.
" 4º — Virreinato de Buenos Aires.
" 5º — Gobernaciones diversas y Rupa-Rupa.
" 6º — Gobernaciones de Álvarez Maldonato y Laegui Urquiza.
" 7º — Vicamba.
" 8º — Chuncos.
" 9º — Mojos (Tomo I)
" 10º — Mojos (Tomo II)
" 11º — Obispado y Audiencia des Cuzco
" 12º — Misiones.
" 13º — Anales del Perú por Fernando Montesinos. (Vol. I)
" 14º — Anales del Perú por Fernando Montesinos. (Vol. 2)
" 15º — Antecedentes de la recopilación de Yndias. Publicadas por Victor M. Maurtua.
" 16º — Cartas geograficas (2ª série)
Barcelona, Madrid, Heinrich y Comp. Imp. de Bernardo Rodriguez, 1906. 16 vols. e 34 mapas.

Libro Azul. Arbitraje argentino en la cuestión de límites entre las Republicas del Perú y de Bolivia. Buenos Aires, Ministério de Relaciones Exteriores, 1909.

Límites de la Audiencia de Charcas. Notas cambiadas entre la Legación de Bolivia y el Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, en 1897. La Paz, Tall. de J. M. Gamarra, 1904.

MAURTUA, Víctor M. — Juicio de límites entre el Perú y Bolivia. Contestación al alegato de Bolivia. Prueba peruana presentada al Gobierno de la República Argentina.
Tomo 1 — Virreynato peruano.
" 2 — Virreynato peruano. Exploraciones misionarias. Jurisdicción administrativa en los Valles de Tono ó Madre de Dios.

" 5 — Obispado del Cuzco — Misiones de Urubamba y Carabaya-Comandancia de Maynas.
" 6 — Misiones Centrales Peruanas.
" 7 — Obispado de Charcas y La Paz y Misiones de Apolobomba.
" 8 — Extensión del Virreynato del Perú.
Buenos Aires, Impr. Lit. G. Kraft, 1907. 7 vols.

SAAVEDRA, Bautista — El litigio Perú-Boliviano. La Paz, Imp. Artística, 1903.

SORONDO, M. G. Sanchez — El litigio Perú-Boliviano y el fallo arbitral. Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1909.

O Território brasileiro do Acre e o Tratado de limites entre o Brasil e o Perú (O arbitramento Perú-Boliviano em Buenos Aires)
1ª parte — Antes do laudo de Buenos Aires.
2ª parte — *Depois do laudo de Buenos Aires.*
Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1910.

Bolívia — Limites — Paraguai

AGUIRRE ACHÁ, José — El desacuerdo y el conflicto entre Bolivia y el Paraguay. Eposición sintética para la prensa extranjero y la apreciación mundial. La Paz, Tall. "Renascimiento", 1929.

—— La Zona de arbitraje en el litigio boliviano-paraguayi al través de las gestiones diplomaticas. La Paz, Ed. "Renascimiento", 1929.

*ALAIZA, Miguel — Los Derechos de Bolivia sobre el Oriente y el Chaco Boreal. La Paz, Lit. e Imp. Unidas, 1928.

BERNÁRDEZ, Manuel — El Tratado de la Asunción. Montevidel, Dornaleche y Reyes, 1894.

Descripción de la nueva Provincia de Otuquis en Bolivia. La Paz, Lit. e Imp. "Unidas", 1929.

ICHASO, Telmo — Antecedentes del Tratado de límites celebrado con la República del Paraguay por en Enviado Extraordinário y Ministro Plenipotenciario de Bolivia. Sucre, Tip. "El Cruzado", 1894.

Manifiesto de la Universidad Mayor de San Francisco Xavier Central de Bolivia. Litigio boliviano-paraguayo. Sucre, Imp. y Lit. Salesiana, 1932.

MOREIRA, Miguel Mercado — El Chaco Boreal (Litigio boliviano-paraguayo) La Paz, Imp. "Atenea" de Crespi Hnos., 1929.

MUJIA, Ricardo — Bolivia-Paraguay. Anotaciones a la "Replica" del Excelentisimo Senor Ministro Plenipotenciario Especial del Paraguay Don Fulgencio R. Moreno. /La Paz, Editora del "El Tiempo", 1916.

—— Bolivia-Paraguay. Exposición de los títulos que consagran el derecho territorial de Bolivia, sobre la zona comprendida entre los ríos Pilcomayo y Paraguay. Anexos — Epoca coloniad. La Paz, "El Tiempo" /s.d./ 5 vols.

—— Bolivia-Paraguay. Relación de las negociaciones diplomáticas de uno y otro país en los anos 1863 à 1913. La Paz, Editora "El Tiempo" /s.d./

Notas cambiadas entre la Cancilleria Paraguaya y la Legación Boliviana

sobre la Cuestion de Límites en el Chaco Boreal. Asunción, Imp. de El Paraguayo, 1888. 24 p.
OROZA DAZA, Julio — Conflicto boliviano-paraguayo. Páginas para la historia. Los ataques a los Fortines Vanguardia y Boquerón. La responsabilidad del agressor. ¿Quien tiene razón? Buenos Aires / s.ed. / 1929.
QUIJARRO, Antonio — La questión de límites entre Bolivia y el Paraguay. Documentos de la misión confidencial desempenada por el Dr. Antonio Quijarro en Enero de 1901. Buenos Aires, Sud-Americana de Billetes de Banco, 1901. 111 p.
RIOS, Cornelio — Los derechos de Bolivia sobre el Chaco Boreal y sus límites con el Paraguay. Conferencia del Doctor Cornelio Rios... (Refutación de las conferencias que dió sobre el mismo tema el ex Vice-Presidente del Paraguay Doctor Manuel Dominguez) Buenos Aires / s.ed. / 1925. 138 p.
TRAIZÓS, Francisco — Asuntos internacionales, el Sudeste de Bolivia. La Paz, Tall. Lit. Ayacucho, 1901.
LEMOINE, Joauin de — Bolivia y el Paraguay. Pleito de medianeria. Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1898.
Contestación de la República del Perú á la Comisión Asesora del Gobierno Argentino conforme al artículo 3º del Reglamento Procesal de 10 de Noviembre de 1904. Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1907. 560 p.
AUDIBERT, Alejandro — Cuestion de límites entre el Paraguay y Bolivia (Articulos publicados en "La Democracia" y en "El Pueblo") Asuncion, Escuela Tip. Salesiana, 1901.
AYALA, Elias — Paraguay y Bolivia en el Chaco Boreal. Asunción, Imprentà Nacional, 1929.
BAEZ, Cecilio — The Paraguayan Chaco, or A Brief statement of the titles of Paraguay on the ownership of the territory of that name. New York / s.ed. / 1904.
CARDOZO, Efraím — Aspectos de la cuestión del Chaco. (Asociación Patriótica del Paraguay) Asunción, Imprenta Nacional, 1932.
*El Chaco paraguayo en el litigio de limiteso cn Bolivia. Madrid, / s.ed. / 1927. 8 p.
El Chaco y el litigio de límites entre el Paraguayo y Bolivia, por R.V.F.T. Traducido por el diario "La Tarde". Asunción, Tip. La Tarde, 1904.
Cuestion de límites con Bolivia. Negociaciones diplomáticas, 1915/1917. Asunción, Ministério de Relaciones Exteriores, 1917. 3 vols.
DOMINGUEZ, Manuel — Bolivia atropelló el statu-quo y sus reconocimiento del laudo Hayes. Asunción, Impr. Nacional, 1935. 24 p.
—— El Chaco Boreal. Informe del Doctor Manuel Dominguez, miembro de la Comisión Asesora de Límites, que arruina las tesis bolivianas y expone los títulos del Paraguay y sobre dicha zona. Asunción, Imp. Nacional, 1925.
—— Los Títulos del Paraguay y el Dr. Lindolfo Collor. Asunción, Imp. Nacional, 1933.

—— Informe del Plenipotenciario paraguayo Dr. Dominguez acerca de las negociaciones Dominguez-Cano posteriores al ajuste Soler-Pinilla de 1907. Asunción, Imp. Nacional, 1929.
—— Nuestros pactos con Bolivia. Asunción, Imp. Nacional, 1928.
—— Paraguay-Bolivia, cuestión de límites. Asuncion, Talleres Gráficos del Estado, 1917.
IBARRA, Rogelio — Paraguay-Bolivia, cuestión de límites. Exposición del Ministro de Relaciones Exteriores, ante el Congreso Nacional sobre los antecedentes y estado actual del litigio. Asunción, Imp. Nacional, 1924. 20 p.
Libro Blanco, 1927/28 — Documentos relativos a las Conferencias de Buenos Aires sobre la cuestión de límites paraguayi-boliviano y algunos antecedentes.
Parte I — Documentos relativos a la Conferencia de Washington para el estudio de un pacto de no agresión con Bolivia, a la actuación de la Comisión de Neutrales, y trato de prisioneros.
Parte 2 — Documentos relativos a los acuerdos de Mendoza y a la declaración del estado de guerra con Bolivia.
Parte 3 — *Documentos relativos al mandato de la Liga de las Naciones* a los gobiernos del ABCP (Proposición del 25 de Agosto de 1933) y al Acta del 11 de Octubre de 1933).
Parte 4 — Documentos relativos a la actuación de la Comisión especial de la Sociedad de las Naciones en el conflicto guerrero del Chaco.
Parte 5 — Publicación ordenada por el Ministro de Relaciones Exteriores y Culto, Dr. Luis A. Riart.
Asuncion, Ministerio de Relaciones Exteriores, 1928/35.
*El Litigio paraguayo-boliviano (Tirada especial del articulo publicado en el nª 93-94 de la Revista Chilena) Santiago, Dirección general de talleres fiscales de prisiones, 1928. 23 p.
MORENO, Fungencio R. — Diplomacia paraguayó-boliviana. Antecedentes de los tratados de límites y causas de su fracaso.
Asunción, H. Kraus, 1904.
*—— El Problema de las fronteras. Buenos Aires / Casa Oucinde / 1927 (Biblioteca de la Asociación Paraguaya).
MUJIA, Ricardo — El Chaco. Monografia historico-geografica y los Alegatos paraguayis en la cuestión de límites con Bolivia.
Sucre, Imp. Lit. Salesiana, 1933.
Paraguay-Bolivia, protocolos y notas cambiadas (Convenio celebrado el 12 de Enero de 1907 entre la República del Paraguay y Bolivia) Asunción, Imp. Nacional, 1927.
Paraguay-Bolivia, tratados y protocolos. Asunción, Imp. Nacional, 1927.
POZO-CANO, Raul del — Paraguay-Bolivia, nuevos documentos que prueban la jurisdición del Paraguay en el Chaco, seguidos de varios testimonios de Azara, que prueban lo mismo. Asunción, Imp. Nacional, 1927.
—— Paraguay-Bolivia. La Real Cedula de 1743 a la luz de la geografia de la época. Asunción, Imp. Nacional, 1935.

ROLÓN, Francisco — El Paraguay y Bolivia, cuestión de límites. (Extracto de la Revista del Instituto Paraguayi) Asunción, Talleres Nacionales de H. Kraus, 1903.

GANDIA, Enrique — Los derechos del Paraguay sobre el Chaco Boreal y las doctrinas del "Uti Possidetis" en el siglo XVI. Buenos Aires, Editorial L. J. Rosso, 1935. 200 p.

*União Panamericana, Divisão de Codificação do Departamento de Assuntos Jurídicos. — Antecedentes sobre el desarrollo de la cuenca del Plata. Documento de consulta preparado por la División de Codificación del Departamento de Asuntos Jurídicos de la Unión Panamericana. Washington, D.C., Unión Panamericana, 1967. 296 p.

Bolivia-Paraguay. Le conflit de délimitations de frontières. Ses origines et son état actuel. Paris, Imp. Lahuere, 1929.

BRAVO, Francisco J. — Oriente de Bolivia, territorio del Chaco. Instrucciones dadas à las comisiones exploradoras y varias noticias de ellas. Buenos Aires, Imp. de M. Biedma, 1879.

Conferencias de Plenipotenciarios bolivianos y paraguayos realizadas en Buenos Aires bajo los auspicios del Gobierno Argentino. Actas y documentos. La Paz, Escuela Tip. Salesiana, 1929.

*CUELLO FREYRE, Juan Andrés — Por qué estamos con Bolivia. Buenos Aires, Gleizer, 1933. 126 p.

Direito Internacional — Bolívia

Colección de tratados vigentes de la República de Bolívia. Convenciones multilaterales. Compilado, concordado y anotado por Luis de Iturralde Chinel. Tomo I (1856-1920); Tomo II (1920-1929); Tomo III (1929-1941); Tomo IV (Convenciones bilaterales, A/Ch); Tomo V (Convenciones bilaterales, Ch-V) (s.n.t. / 5 vols.

SALINAS, José — Recopilación de tratados, convenciones y actos diplomáticos celebrados por la República de Bolivia. La Paz, Tip. de J. M. Gamarra, 1904.

Tratados vigentes de Bolivia, annexo à la Memoria presentada por el Ministro Dr. Claudio Pinilla, Santiago, Imp. Franco-Chilena, 1908.

Tratados vigentes, 1825-1925. Annexos à la Memoria presentada por el Señor Ministro Don Eduardo Diez de Medina. La Paz, Lit. e Imp. Unidas, 1925. 3 vols.

GUTIERREZ, José R. — Colección de los Tratados i convenciones celebrados por la República de Bolivia con los Estados estranjeros. Santiago, Imp. de "El Independiente", 1869.

Bolívia — Tratados — Chile

Weiss — El Tratado de 1904 con Chile es nulo. "Trabajo, y Fé en el resultado" (Sociedad Nacionalista) La Paz / s.ed. / 1922.

BARROS BORGOÑO, Luis — La cuestión del Pacifico y las nuevas orientaciones de Bolivia. 2. ed. Santiago, Im. y Lib. "Artes y Letras", 1922.

Bolivia y Chile, una circular diplomática. Breves anotaciones por XX. Santiago, Imp. Lit. y Encuadernacion Barcelona, 1900.

CARRILLO, Juan C. — Mediacion de Estados Unidos en la guerra del Pacifico. Manifiesto del Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia. La Paz, Imp. de la Union Americana, 1880.

Bolivia-Chile. Gestion directa para la revisión del Tratado de 1904. La Paz / Imp. e Lit. Unidas / 1923.

ESPINOSA Y SARAVIA, Luis — Despues de la guerra. Las relaciones boliviano-chilenas, La Paz, Ed. "Renascimiento", 1928.

GUTIERREZ, Alberto — El Tratado de paz con Chile. Breve comentario, en respuesta al manifesto de la minoria parlamentaria residente en Sucre. La Paz, Imp. y Lit. Artística, 1905.

LANZA y L. (D. — La Politica boliviana y las pretensiones de Chile (Con un suplemento de ractificaciones historicas y una colección de documentos). La Paz, Imp. y Lit. Paceña, 1901.

Nueva cuestion de Chile con Bolivia. La infraccton del Tratado de Agosto de 1874. 2. ed. Valparaiso, Imp. de la Patria, 1879.

PRIETO, Joaquin — Esposición de los motivos que ha tenido el Presidente de Chile para desaprobar el Tratado de Paz celebrado em Paucarpata en 17 de Noviembre de 1837, y renovar las hostilidades interrumpidas por él. Santiago, Imp. de la Opinion, 1838.

RIOS GALLARDO, Conrado — Después de la paz... Las relaciones chileno-bolivianas. Santiago de Chile, Imp. Universitaria, 1926.

SOTOMAYOR VALDES, R. — La Legación de Chile en Bolivia desde Setiembre de 1867 hasta fines de 1870. Santiago de Chile, Imp. Chilena, 1872.

Bolívia — Tratados — Peru

Bello C., Emilio — Anotaciones para la historia de las negociones diplomaticas con el Peru y Bolivia, 1900-1904. Santiago de Chile, Imp. Lit. y Enc. La Ilustración, 1919.

BURCH, Alexandre vanader — L'Arbitrage du Gouvernement Argentin. Précédé d'une préface par M. Guilleume Degreef (Le Procés International entre la Bolivie et le Pérou) Bruxelles, Imp. Ed. Odry, 1909.

*NIELSEN REYES, Federico — Convenios con en Peru. (Série de artigos publicados originalmente em "El Diario", La Paz, Nov. 1960) La Paz / e.ed. / 1960. 47 p.

Pruebas bolivianas y documentos relativos à la cuestion suscitata con motivo de violaciones de territorio y sometida al arbitrage del Exmo. Señor Presidente de la República de los E.U. del Brasil Doctor Prudente José de Moraes. Rio de Janeiro, Legación de Bolivia en el Brasil, 1896.

Bolívia — Tratados — Paraguai

Actas y documentos de las Conferencias de Plenipotenciarios bolivianos y paraguayos. Realizadas en Buenos Aires bajo los auspicios del Gobierno Argentino. La Paz, Escuela Tip. Salesiana, 1929.

The Chaco Peace Conference. Report of the Delegation of the United States of America to Peace Conference held at Buenos Aires, July 1, 1935 - January 23, 1939, Washington, D.C., Govt. Printing Office, 1940.

* La Conferencia de Paz del Chaco, 1935-1939. (Compilación de documentos) Buenos Aires, E. L. Frigerio, 1939. 1056 p.

LEMOINE, Joaquin de — Bolivia y el Paraguay; pleito de medianeria. 2. ed. Anvers, Est. Schotte & Van Leckhout / s.d. /

LOUREIRO, Pizarro — La Conferencia de Paz del Chaco. Rio de Janeiro / Est. Grafico "Mundo Medico" / 1936.

Protocolo de Paz suscrito en Buenos Aires el 12 de Junio de 1935. Su discusión y sanción en las Cámaras Legislativas. Asunción, Imp. Nacional, 1935. 67 p.

LACONICH, Marco Antonio — La Paz del Chaco. Un pueblo traicionado. / Montevideo / Editorial Paraguay, 1939. 242 p.

CARDOZO, Efraím — El Chaco y los Virreyes. La cuestión paraguayo-boliviana segun documentos de los archivos de Buenos Aires y de Rio de Janeiro. Asunción, Imp. Nacional, 1934.

Commission of Inquiry and Concicliation Bolivia and Paraguay. Report of the Chairman submitted to the Secretary of State of the United States of America, September 21, 1929, for transmission to the American Governments not represented on the Comission and appended documents. Washington, D. C., U. S. Printing Office, 1929. 64 p.

LOUREIRO, Pizarro — La Conferencia de Paz del Chaco. Rio de Janeiro, "Mundo Medico" 1936.

Bolívia — História

*QUEREJAZU CALVO, Roberto — Masamaclay, historia política, diplomatica y militar de la Guerra del Chaco. La Paz E. Burillo / 1965. 485 p.

*VEGA, Ceferino — Guerra del Chaco· Yrendagüé-Picuiba. Asunción, La Colmena, 1962. 509 p.

*ADORNO BENITEZ, Félix — Relato de episodios de la guerra de Paraguay con Bolivia, 1932-1935. Asunción, El Arte, 1963. 171 p.

*AYALA, Juan B — La guerra del Chaco, hasta Campo Vía. Buenos Aires / Artes Graficas Aconcagua / 1958. 229 p.

*AYALA QUEIROLO, Victor — La incógnita de Platanillos. / Asunción, Zamphirópolos, 1965 / 57 p.

*BEJARANO, Ramón César — Antecedentes de la guerra con Bolivia. Asunción, Casa Editorial Toledo / 1959 / 45 p.

* —— Boquerón la batalla decisiva... Asunción, Casa Editorial Toledo, 1965. 47 p.
* Castañé Decoud, Carlos — Tres acciones tacticas de la guerra del Chaco. Asunción del Paraguay, Edit. Grafico, 1963. 83 p.
* Editorial Popular. La guerra del Chaco Boreal vista en sua aspectos diplomático, politico y militar a través de las crónicas de la época. / Asunción / Biblioteca Popular, 1940. 8 vols.
*FERNÁNDEZ DE LA FUENTE, Raúl — En la hoguera chaqueña. / s.l., s.d. / 1934. 63 p.
*GONZALEZ, Antonio E. — Preparación del Paraguay para la guerra del Chaco. Asunción, Editorial "El Grafico", 1957. 2 vols.
*GUANES MACHIN, Luis — Recuerdos y observaciones de la guerra del Chaco. Asunción, El Arte, 1963. 34 p.
*PEREZ ACOSTA, Ernesto — La contienda del Chaco; lo que vio, oyo y supo un capellan. / Asunción, Editorial "El Grafico", 1962 / 1964. 2 vols.
*ROLÓN, Raimundo, Presidente do Paraguai — La guerra del Chaco, campaña de 1934, después de Campo Vía hasta el Parapiti. / Asunción, Talleres Gráf. E.M.A.S.A. / 1961 / i.e. / 1962-1963. 2 vols.
*VITTONE, Luis — La guerra del Chaco, aspectos y episodios sobresalientes. / Asunción, Imprenta Militar, s.d. / 197 p.

Periódicos

BUSTAMANTE, José C. — A criação de um sistema integrado de transportes na Bacia do Prata. *Revista brasileira de política internacional,* Rio de Janeiro, 12(45/46): 44-50, mar./jun. 1969.
MEDEIROS, Norberto — O aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Prata. *Revista brasileira de política internacional,* Rio de Janeiro, 12(45/46): 82-84, mar./jun., 1969.
Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1967 — Ata de Santa Cruz de la Sierra. *Revista brasileira de política internacional,* Rio de Janeiro, 12(45/46): 106-109, mar./jun., 1969.
—— Declaração conjunta dos chanceleres da Bacia do Prata. *Revista brasileira de política internacional.* Rio de Janeiro, 12(45/46: 104-106, mar./jun., 1969.

BIBLIOGRAFIA SOBRE A ÁFRICA

AFRICAN STUDIES ASSOCIATION. The African world; a survey of social Edtied for the African Studies Association by Robert A. Lystad. New York / etc / F. A. Praeger / 1965 / 575 p.
001.391(6) A258

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafrique, 1971. 317 p.
308(6) A258

ASIAN-AFRICAN CONFERENCE. BANDUNG, JAVA, 1955. Conférence afro-asiatique à Bandoug. / In: Queuille, Pierre, Histore de l'afro-asiatisma... 1965.
327.39(5/6) Q5

BALANDIER, GEORGES. Dictionnaire des civilisations africaines / Ce dictionnaire et l'oeuvre de Georges Balandier... Jacques Maquet... / Paris, Fernand Hasan / c. 1968 / 448 p.
R908.6(038) B171

BENSIMON-DONATH, DORIS. Immigrants d'Afrique du nord en Israel; évolution et adaptation. Pars, Anthropos; c. 1970. 615 p.
325.14(569.4) B474

BOUSQUET, G. — H. Les berbères. 3 ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, 128 p.
908(=933) B777 3. ed.

BOUTROS-CHALI, BOUTROS. Le mouvement afro-asiatique... avec la colaboration de Simone Dreyfys. Paris, Presses Univ. de France, 1969. 192 p.
327.39(/6) B781

BOZEMAN, ADDA B. The future of law in a multicultural world. 7 Princeton, Princeton Univ. Press, 1971. 299 p.
32(1-15) B793

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES ETERIORES. DIVISÃO DA ÁFRICA. África; dados factuais sobre a África ao Sul do Saara. / s.l. / 1969. 200 f.
308(6) N665

BROWNLE, IAN. Basic documents on African affairs, edited by Ian Brownlie. Oxford, Clarendon Press, 1971. 556 p.
327.39(6) B884

CATALOGUE de l'histoire de l'Afrique. New York, Burt Franklin, 1971, c. 1895. 308 p.
R016:96 C357

CLIFFORD, MARY LOUISE. Stone and steel; the builders of Africa. Collab. of Edward S. Ross. Neè York, Noble, c 1971. 64 p.
F338(6)(09) C638

DAVID, JAT. Growing up African, edited by Jay David and Helise Harrington. New York, W. Morrow, 1971. 287 p.
3-053-g(6-082) D249

DAVIDSON, BASIL. A. guide to African history; a new and updated edition, Basil Davidson. 2. ed. rev. and edited by Haskel Frankel. Garden City, Doubleday, 1971. 118 p.
96 D252 2.ed.

DAVIDSON, BASIL. Wich èay África? The search for a new society. 3. ed. Baltimore / etc, etc / Penguin Books / 1971 / 270 p.
323.1(6) D252 3.ed.

DECRAENE, PHILIPPE. Le panafricanisme. 3. ed. rev. et corr. Paris, Presses Univ. de France, 1964. 128 p.
327.39(6) D298 3.ed.

DESCHAMPS, HUBERT JULES. L'Afrique noire précoloniales. 2. ed. Paris, Presses Univ. de France, 1969. 126 p.
96 D446 2.ed.

DESCHAMPS, HUBERT JULES. Les institutions politiques de l'Afrique Noire. 2. ed. Paris, Presses Univ. d eFrance. 1965. 126 p.
32(6) D446 2.ed.

DORO, MARION E. Governing in black Africa; perspectives on new states. Editors: Marion E. Doro, Newell M. Stultz, Englewood cliffs, N. J., Prentice-Hall / c 1970 / 362 p.
32(6)(04) D715

DUIGNAN, PETER. Colonialism in Africa, 1870-1960. General editors: Peter Duignan / and / L. H. Gann / London / Cambridge Univ. Press, 1969.
325.46(6) D873

LES ELITES africaines; Gamaroun, RCA, Congo Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritaine, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1970-71. 298 p.
R92(6) E43

FANON, FRANTZ. Les damnés de la terre. Paris, F. Maspero, 1970. 232 p.
325.3(44-52:6) F214

GONZALES BARROS, LUIS. Portugal y la solidariedad de Occidente. Lisboa, Graf. Imperial, 1965.
325.3(469-52:5/6+91/97) G643

GREEN, REGINALD HERBOLD. Unity or poverty? The economics of Pan-Africaniam. Collab. of Ann Seidman. Foreword by Thomas Hodgkin. Harmondsworth, Penguin books, 1968, 363 p.
338(6) G797

GRUNDY, KENNETH W. Guerrilla struggle in Africa; an analysis and previeè. New York, Grossman Publishere, 1971. 204 p.
335.425.4(6)(09) G889

HAMMOND, RICHARD JAMES. Portugal and Africa 1815-1910; a study in une-economic imperialism... Stanford, Calif., Stanford Univ. Press, 1966. 384 p.
325.3(469-52:6) H225

HANCE, WILLIAM ADMS. Population, migration and urbanisation in Africa. New York and London, Columbia Univ. Press, 1970. 451 p.
312+325+711(6) H234

HEVI, EMMANUAL JOHN. The dragon's embrace; the chinese communist and Africa. New York / etc / F. A. Praeger / c 1966 / 152 p.
327(510:6) H596

IBN BATUTA. Voyages d'Ibn Battuta; texte arabe accompagné d'une d'une traduction par C. Defremery et B. R. Sanguinetti. 2. ed. Paris, Anthropos, 1969.
910.4(5+6) T135 2.ed.

LARKIN, BRUCE D. China and Africa, 1949-1970; the Foreign policy of the people's Republic of China. Berkeley, etc. Univ. of California Press, 1971. 268 p.
327(510:6 L324

LEE, JAMES MICHAEL. African armies and civil order. London, Chatto & Windus for the Institute for Strategio Studies / c 1969 / 198 p.
341.232.1(6) L478

LEGENDRE, SIDNEY J. Okovango; desert river. Westport, Negro University, 1971 300 p.
910.4(282.26) L511

LEISTNER, GERHARD MAX ERICH. South Africa's development aid to African states. Pretoria, Africa Institute of South Africa / 1970 / 34 p.
F341.232.3(680:6) L532

MCEWAN, PETER J. M. The study of Africa. Edited with notes and commentaries, by Peter J. M. McEvan and Robert B. Sutcliffe. London, Mehuen, 1965. 444 p.
308(6) M142

MCKWN, ROBIN. The colcnial conquest of Africa. New York, Franklin Watts / c. 1971 / 88 p.
96 N159

MAHIOU, AHMED. L'avènement du parti unique en Afrique noire; l'experience des états d'expression française... Paris, Lib. Générale de Droit et de Hurisprudence, 1969. 421 p.
329(5) M214

MARANHÃO, JARBAS. Brasil — Africa; um mesmo caminho / São Paulo / Fulgor / 1962 / 61 p.
F327(81:5/6) M311

MARINI, EMILE. Le vrai visage du Portugal d'outre-mer tel que je l'ai Fribourg. Les Cahiers ve Voyages, 1964. 239 p.
325.3(469-52:6) M339

MEMENTO de l'economie Africaine 1970. 6. ed. Paris, Ediafric, 1970. 443 p.
338(6) N533 6.ed.

MENEZES, ADOLPHO JUSTO BEZERRA DE. O Brasil e o mundo Ásio-Africano. 2. ed. rev. e aum. Ri ode Janeiro, GRD, 1967. 370 p.
327(81:5/6) N543 2.ed.

MERLE, MARCEL. L'Afrique noire contemporaine, sous la direction de Marcel Merle. Paris, Armand Colin / c. 1968 / 456 p.
308(6) N564

MILLER, JOHN DONALD BRUCE. The politics of the third world / by / J.D.B. Miller. London / etc /Oxford Univ. Press, 1966. 126 p.
327(5/6) N548

MONTEIL, VICENT. L'islam noir. Paris, Ed. Du Seuil / c. 1964 / 368 p.
297(6) N757

MORAES, FRANCIS ROBERT. The importance of being black; an Asian Looks at Africa / by / Frank Moraes. New York, Macmillam; London, Collier-Macmillan / c. 1965 / 436 p.
32(63N825

NDIAYE, JEAN-PIERRE. La jeunesse Africaine face à l'imperialisme. Paris, Maspero, 1971. 190 p.
325.46(44:6) N337

NKRUMANH, KWAME. L'Afrique doit s'unir. Traduit de L'anglais par L. Jospin. Paris, Payot, 1964. 258 p.
327.39(6) N738F

NYE, JOSEPH SAMUEL, Jr. Pan-africanism and Eeast African integration. Cambridge, Mass., Havard Univ. Press, 1965. 307 p.
327.39(6) N994

OLIVIER, ROLAND. A short history of Africa, by Roalnd Oliver and J. D. Fage. 3. ed. rev. Middlesex, Penguin Books, 1970. 296 p.
96 048 3.ed.

OLIVIER, J. J. Problems and patterns of political development in Africa Pretoria, Africa Institute of South Africa, s.d. 11 p.
F32(6) 048

POLLOCK, N. C. Studies in emerging Africa. Totowa, Rowman and Littlefield 1971. 342 p.
308(6) P777

QUEUILLE, PIERRE. Histoire de l'Afro-asiatisme jusqu'à Bandooung; la naissance du tiers-monde. Paris, Payot, 1965. 326 p.
327.39(5/6) Q5

ROBINS, ERIC. Africa; images and realities, by Eric Robins & Blaine Littell. New York, Washington, Praeger Publishers / 1971 / 250 p.
308(6) R632

THE STATE of the Nations: Canstraints on development in independent Africa. Edited by Michael F. Lofohie. Berkeley / etc / Univ. of California Press, 1971. 305 p.
338.92(6)(04) S797

SURET-CANALE, JEAN. French colonialism in tropical Africa, 1900-1945. Translated from the French by Till Gottheiner, New York, Pica Press, / 1971 / 521 p.
325.3(44-52:6) S96II

TEVOEDJRE, ALBERT. Pan-africaniem in actioná an account of the UAN / Cambridge / Center for International Affairs, Havard Univ. / c. 1965 / 88 p.
327.39(6) T353

VIGNES, DANIEL. L'Association des États Africains et Malgache a la C.E.E. Paris, A. Colin, 1970. 224 p.
337.91(4:6) V684

WADSTROM, CARL BERNHARD. An essay on colonization; particulary applied to the Western Coast of Africa With some free Thoughts on cultivation and Commerce. New York, A. M. Kelley, 1968, 387 p.
325.3(6)V124

WILENSKY, ALFREDO HÉCTOR. Tendencias de la legislación ultramarina portuguesa en Africa; contribuición para su estudi oen los paises de habla hispana. Braga, Pax, 1968. 278 p.
325.334(469-52:6) W676

WRIGGINS, WILLIAM HORWARD. The ruler's imperative; strategies for political survival in Asia and Africa. New York and London, Columbia Univ. Press, 1969. 275 p.
321.01 W946

África, Leste

BENNETT, NORMAN ROBERT. Leadership in Eastern Africa; six political biographies. Edited by Norman R. Bennett, / Boston, Mass. / Boston. Univ. Press, 1968. 260 p.
92(6-11) B472

LEYS, C.T. Federation in East Africa: opportunities and problems. London, Oxford Univ. Press. 1965. 244 p.
33(675) LEYf

MILLER, CHARLES. The lunatic express; an entertainment in Imperialism. New York, Macmillan, c. 1971. 559 p.
325.3(410-52:6) M647

NICHOLLS, CHRISTINE STEPHANIE. The Swahili coast; politics, diplomacy and trade on the East African littoral 1798-1856. London, Allen & Unwin 1971. 419 p.
96-11 N613

NYE, JOSEPH SAMUEL, Jr. Pan-africanism and East African integration. Cambridge, Mass., Havard Univ. Press, 1965. 307 p.
327.39(6) N994

África, Oeste

CISSOKO, S. M. Histoire de l'Afrique Occidentale. Paris, Presence Africaine, 1966. 333 p.
96 CISh

CROWDER, MICHAEL. West African Chiefs; their changing status under colonial rule and independence. Edited by Michael Crowder & Obaro Ikime. Translations from the french by Brenda Packman. New York, Africana Publishing Cooperation; Ile-ife, University of Ife Press, / c. 1970 / 453 p.
32(6-15) C9531

ELLIS, A. B. A history of the Gold of West Africa. Toiowa, Rowman and Littlefield / 1971 / 400 p.
662.342:382(6-15) E47

FAGE, J. D. A history of West Africa; an introductory survey. 4. ed. Cambridge, Cambridge Univ., 1969. 239.
96-15 F152

LEWIS, W. A. Politics in West Africa. London, G. Allen & Unwin, 1965. 90 p.
323(66) LEWp

MORGENTHAU, R. S. Political parties en french-speaking West Africa, Oxford, Clarendon Press, 1967 .445 p.
323(66) MOR

NICOL, DAVIDSON. Africanus Horton; the dawn of nationalism in modern Africa. Extracts from the political, educational, scientific and medical writings of J.A.B. Horton 1835-1883... London and Harlow / Longmans, 1969 / 186 p.
92(Norton,J.A.B.) N582

PERSONALITÉS publiques de l'Afrique de l'Oeste; Cote d'Ivoire, Dahomey, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Sénégal, Togo, 3 ed. Paris, Ediafric 1971. 381 p.
R92(6-15) P467 3.ed.

TRUPIN, JAMES E. West Africa; a background book ancient kingdoms to modern times. New York, Parents'Magazine Press / c. 1971 / 246 p.
96-13 T871

WADSTROM, CARL BERNHARD. An essay on colonization; particulary applied to the Western Coast of Africa With some free Thoughts on cultivation and commerce. New York, A. M. Kelley, 1968. 387 p.
323.3(6) W124

ZANTMAN, I William. International relations in the new Africa. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall / c. 1966 / 175 p.

África Central

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

L'AGRICULTURE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Paris, Ediafric / s.d. / 2 v.
63(6) A278

L'ÉCONOMIE des pays de l'Afrique; Tchad, RCA, Congo, Gabon, Centrale, Paris, Ediafric, 1971. 279 p.
338(6-191.2) E19

L'USINE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senègal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 2 v.
338.924(6) U84

L'INDUSTRIE Africaine en 1970, Cameroun, RCA, Congo, Côte d'Ivoire, Dahomey. 3 ed. Paris, Ediafric, 1971.
338.924(6) X43 3.ed.

África do Sul

ADAM, HERIBERT. South Africa: sociological perspectives. Edited by Heribert Adam. London, Oxford / etc / Oxford Univ. Press. 1971. 340 p.
308(680) A193
F323.118(680) A917

AUERBACH, F. E. South Africa: A fundamentally unjust society? Johannesburg South African Institute of Race Relations, 1970. 18 p.
F323.118(680) A917

AUSTIN, DENNIS, Britain and South Africa. London, Issued under the auspices of the Royal Institute of International Affairs by Oxford Univ. Press 1966. 191 p.
327(410:680) A935

BENSON, MARY. South Africa, the struggle for a birthright. Middlesex. Penguin Books, c. 1966. 314 p.
329.17(680) B474

COLE, MONICA. M. South Africa, London, Methuen, 1966. 706 p.
308(68) COLS

DOXEY, MARGARET. South Africa's external economic relations; new initiatives in a changing enviroument. Johannesburg, South African Institute of International Affais, 1969. 18 p.
F230.191.6(680) D744

FRANCOS, ANIA. L'Afrique des Afrikaaners. Paris, R. Julliard, 1966. 319 p.
323.118(68) TRAa

GINIEWKI, PAUL. The two faces of apartheid. Chicago, H. Hegnery / 1965 / 372 p.
323.118(680) G492I

HEPPLE, ALEANDER. South Africa; a political economic history. New York, Praeger, 1966. 282 p.
968 HEPs3

HORWITZ, RALPH. The political economic of South Africa. London, Weindenfeld and Nicolson / c. 1967 / 522 p.
338.98(680) H824

HOUGHTON, D. Hobart. The South African economy. 2. ed. Cape Town, Oxford Univ. Press, / 1969 / 280 p.
338.(680) H838 2.ed.

HUDSON, W. Anatomy of South Africa; a scientific study of present day attitudes. Cape Town, Purnell, 1966. 140 p.
323.118(68) HUDa

KAHN, ELY JACQUES. The separated people; alook et contemporary South Africa... New York, W. W. Norton, c. 1968. 3 276 p.
323.118(680) E12

LEISTNER, GERHARD MAX ERICH. South Africa's development aid to African states. Pretoria, Africa Institute of South Africa / 1970 / 34 p.
F341.232.3(680:6) L532

LEWIN, J. Politics and law in South Africa. Essays on race relations. London, Merlin Press, 1963. 115 p.
323.118(68) LEWp

MEZERIK, AVRAHM G. Apartheid in the Republic of South Africa. Edited by A. G. Mezerik... Bantustans, Boycotts, UN action, Rodhesia and South West Africa. New York, International Review Service, c. 1967. 153 p.
323.113(680) M617

NIDDRIE, D. L. South Africa; nation or nations? Princeton, N. J., D. Van Nostrand, 1968. 178 p.
338(68) NIDs

POTHOLM, CRISTIAN P. Four African Political systems. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall / c. 1970 / 308 p.
323(666.8+677÷879+680) P862

RHODIE, E. M. The third Africa. Cape Town, Nasionale Boekhandel, 1968. 313 p.
32(68) RHOt

SCOPE for investment; South's Africa's growing economy. / Johannesburg / Union Acceptances, 1969. 100 p.
38.98(680)422

THION, SERGE. Le pouvoir pâle; essai sur le système Sud-African. Paris, Du Seuil, c. 1969. 317 p.
23.112(680=96) 444

WANDENBOSCH, AMRY. South Africa and the world; the foreign policy of apartheid. Kentucky, The Univ. Press of Kemtucky, c. 1970, 303 p.
27(680) 227

WALSHE, PETER. The sise of African nationalisme in South Africa; the African National Congress, 1912-1952. Berkeley and Los Angeles, Univ. of California Press, 1971. 480 p.
23.1(680)(09) 228

WATSON, GRAHAM, Passing for White; a Study of racial assimilation in a South African School. London / etc. / Tavistock Publications / 1970 / 130 p.
7(680=96) 338

WILSON, MONICA. The Oxford history of South Africa, Edited by Monica Wilson and Leonard Thompson. Oxford, at the Clarendon Press / 1970-71 / 2 v.
68.0 751

África (Periódicos de Referência)

AFRICA contemporary record; annual survey and documents 1971-1972. 1 v.

AFRICA SOUTH OF THE SAHARA, 1973. London, Europa Publ. 1973. 1050 p.

THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA, 1972-73. London, Europa Publ., 1972. 931 p.

SOCIÉTÉS et fournisseurs d'Afrique Noire et de Madagascar Paris, Ediafric, 1971.

GUIDE TO SOUTHERN AFRICA, 1971. England, R. Hale, 1971.

STATE OF SOUTH AFRICA; a yearbook. Economic, financial and statistical... Johannesburg, 1972.

AFRIQUE 71/72. Numero special annuel du Jeune Afrique.

Alto Volta

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote D'Ivoire, Dahomey, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

Angola

ANDRADE, MÁRIO DE. La guerre en Angola; étude socio-économique. Colab. de Marc Ollivier. Paris, F. Maspero, 1971. 161 p.
338(673) A553

COIMBRA, CARLOS DIAS. Livros de "oficios para o Reino" do Arquivo Histórico de Angola. 1726/1801. Luanda. Impr. Nacional. 1959.
967.3 COI10

CORRÊA, ELIAS A. SILVA. História de Angola. Lisboa. Ed. Atica, 1937. 2 v.
9 67.3 CORha

DELGADO, RALPH. História de Angola, Lisboa, 1948: 2 v.
967.3 DELha

EGERTON, F. Clement C. Angola in perspective; endeavour and achievement in Portuguese west Afrique. London, Routledge & Kegan Paul, 1957. 272 p.
967.3 EGEa

IGLEZIAS, LUIZ. A verdade sobre Angola. Rio de Janeiro, Graf. N. S. de Fátima, 1961. 158 p.
308(673+679) I24

PAIKKAR, KAVALAN MADHUSUDAM. Angola in Flames. Bombay / etc. / Asia Publ. House /c1962 / 127 p.
967.3+396.9 P192

SOUZA, LUIS MANUEL RABELO DE. O papel-moeda em Angola; subsidios para o seu estudo. Luanda, Banco de Angola, 1969. 157 p.
336.747(673) S725

Camarões

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

L'AGRICULTURE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Paris, Ediafric / s.d. / 2 v.
63(6) A278

GARDINIER, DAVID E. Cameroon; United Nations Challenge to french policy. London, etc., Oxford Univ. 1963. 142 p.
967.11 G224

LE VINE, VICTOR T. The Cameroon Federal Republic. Ithaca and London, Cornell Univ. Press / 1971 / 205 p.
323(671.1) V782

L'INDUSTRIE Africaine en 1970, Cameroon, RCA, Congo, Cote d'Ivoir, Dahomey, 3.ed. Paris, Ediafric / 1971 / 2 v.
338.924(6) I42

LES PLANS de development des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Sénégal, Cote de Ivoire, Cameroun, Gabon. Paris, Ediafric, 1972. 325 p.
338.984.3(6) P699

RUBIN, NEVILLE. Cameroun; an African federation. New York / etc. / Praeger Publishers / c1971 / 259 p.
967.11 R896

L'USINE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senégal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 2 v.
338.93(6)(083-2º U84

Congo (Leopoldiville)

GRABB, JOHN H. The legal system of Congo-Kinshasa. Charlottesville, The Michie, 1970. 233 p.
34(675) C883

HOSKYNS, C. The Congo since iudependence, january 1960 — december 1961. London, Oxford Univ. Press, 1965.
967.5 HOSc

TRAN-NINH TIET. Congo ex-Belge entre l'est et l'ouest. Paris, Ed. Latines, 1962. 125 p.
327(675) TRAc

YOUNG, C. Politics in the Congon, descolonization and independence. Princeton, Univ. Press, 1965. 659 p.
967.5 YOUp.

Congo, República do

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafrique, 1971. 317 p.
308(6) A258

L'AGRICULTURE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey. Paris, Ediafric / s.d. / 2 v.
63(6) A278

L'ÉCONOMIE des pays de l'Afrique; Tchad, RCA, Congo, Gabão, Centrale. Paris, Ediafric, 1971. 279 p.
338(6-191.2) E19

L'INDUSTRIE Africaine en 1970. Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoir, Dahomey: 3.ed. Paris, Ediafric / 1971 / 2 v.
338.924(6) I42

REY, PIERRE-PHILIPPE. Colonialisme, neo-colonialisme et transotion au capitalisme; exemple de la Comilog au Congo-Brazzaville. Paris, Maspero, 1971. 526 p.
338:308(672.4) R466y

L'USINE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 2 v.
338.93(6)(083-2) U84

Costa do Marfin

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

L'AGRICULTURE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Paris, Ediafric / s.d. / 2 v.
63(6) A2783

COSTA DO MARFIN. MINISTÈRE DE L'INFORMARTION. Cote d'Ivoire an XII; Austerité et developpement. Abidjan, Service de la Documentation Générale et de la Presse, s.d. 57 p.

L'ÉCONOMIE Ivoirienne. 2.ed. Paris, Ediafric, 1971. 332 p.
338(666.8) E19

L'INDUSTRIE Africaine en 1970, Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoir, Dahomey. 3.ed. Paris, Ediafric / 1971 / 2 v.
338.924(6) I42

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun, Gabon. Paris, Ediafric, 1972. 325 p.
338.984(6) P699

POTHOLM, CHRISTIAN P; Four African Political systems. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall / c1970 / 308 p.
323(666.8+677+678+680) P862

L'USINE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanir, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 2 v.
338.93(6)(083-2 U84

Daomé

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris. Ediafrique, 1971. 317 p.
308(6) A258

L'AGRICULTURE Africaine; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey. Paris, Ediafric / s.d. / 2 v.
63(6) A278

AKINDELE, ADOLPHE. Le Dahomey. Paris, Ed. Maritimes et Coloniales, 1955. 125 p.
966.8 AKJ

CORNEVIN, ROBERT. Le Dahomey. 2.ed. Paris, Presses Univ. de France, 1970. 125 p.
966.82 C816 2.ed.

GLÉLÉ, MAURICE A. Naissance d'un état noir (l'évolution politique et comstitutionnelle du Dahomey de la colonisation à nos jour). Paris, Lib. Générale de Droit et de Jusrisprudence, 1969. 537 p.
323(668.2)(09) G557

L'INDUSTRIE Africaine den 1970, Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoir, Dahomey. 3.ed. Paris, Ediafric / 1071 / 2 v.
354.924(6) I42 3.ed.

MERCIER, PAUL. Tradition changement, Histoire; les "Somba" du Dahomey septentrional. Paris, Anthropos, c1968. 538 p.
572.96(668.2) M555

Etiópia

BERKER, A. J. The civilizing Mission: a history of the Italo-Ethiopian war of 1935-1936. New York, Dial press, 1968. 383 p.
945:963 BARom

Doresse, Jean Histoire de l'Ethiopie. Paris, Presses Univ. de France, 1970. 126 p.
963 D695

GREENFIELD R. Ethiopia; a new political history. London, Pall Mall Press, 1967. 515 p.
963 PAIVe

PANKHURST, E. S. Ethiopia, a cultural history. Essex, Engl. Lalibela House, 1955. 747 p.
963 PAIVe

PANKHURST, R. K. P. An *introduction to economic history of Etiopia* from aerly times to 1800. London, Lalibela, House, 1961. 454 p.
33(63) PANi

PERHAM, M. FREDA. The Government of Ethiopia. 2.ed. London, Faber & Faber, 1969. 531 p.
323(63) PERg

Gabão

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafrique, 1971. 317 p.
308(6)A258

L'ÉCONOMIE des pays de L'Afrique; Tchad, RCA, Congo, Gabon. Centrale. Paris, Ediafric, 1971. 279 p.
338(6-191.2) B19

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire; Cameroun, Gabon. Paris, Ediafrica, 1972. 325 p.
338.984.3(6) P699

Gambia

DESCHAMPS, HUBERT JULES. Le Senegal et la Gambia... 2.ed. Paris, Presses Univ. de France, 1968. 127 p.
308(663+655.1) D446 2.ed.

Gana

AFRIFA, AKWASI A. The Ghana coup; 24th. February 1966... /London / F. Cass, 1967. 144 p.
323(667)(09) A258

APTER, D. ERNEST. Ghana in transition. New York Atheneum, 1966. 432 p.
966.7 APT

BRETTON, HENRY L. The rise and fall af Kwame Nkrumah; a study of personal rule in Africa. London, Pall Mall Press, / c1966 / 232 p.
323(667)(09) B845

DAAKU, KW(ME YEBOA, Trade and politics on the Gold Coast 1660-1720; a study of the African reaction to European trade. Oxford, Clarendon, 1970. 219 p.
382(667:4 D111

HILL, POLLY. The migrant cocoa — farmers of Southern Ghana; a study in rural capitalism. Cambridge, Cambridge Univ. 1970. 265 p.
663.74(667) H647

'JAHODA, GUSTAV. White man; a study of the attitudes of Africans to Europeans in Ghana before independence. London, Ocford Univ. Press, 1962. 144 p.
301.15(667) JAH

KERTIENS, THOM. The new elite in Asia and Africa; a comparative study of Indonesia and Ghana / by / Thom Kerstiens. New York, F. A. Praeger / c1966 / 282 p.
323.396(667:910) K41

KILLICK, TONY. The economy of Ghana. Constributors tony Killick, E. N. Onaboe, Robert Szereszewski. Directed and edited by Walter Birmingham, I. Neustadt, E. N. Omaboe. London, Published for the Ghana Academy of Social Sciences by Georg Allen & Unwin / c1966 / 472 p.
338(667) K48

LACOUTURE, JEAN. The demingods: charismatic leadership in the Third world. Translated from the french by patricia Wolf. New York, A .A. Knopf, 1970. 300 p.
92(Nasser, G.A.) L1452

METCALFE, G. E. Great Britain and Ghana; documents of Ghana history, 1807-1957. Ghana Univ. 1964. 779 p.
966.7 MET

NKRUAH, KWAME. L'Afrique doit s'unir. Traduit de l'anglais par L. Jospin. Paris, Payot, 1964. 258 p.
327.29(6) N738F

NKRUMAH'S subversion in Africa, documentary evidence of Nkrumah'a interference in the affairs of other African States. Ghana, 1964.
327.8 NKR

Guiné

ATTWOOD,WILLIAM. The reds and the blacks; a personal adventure... New York / etc. / Harper & Row / c1967 / 341 p.
323(665.2+676.2) A886

HOUIS, MAURICE. La Guinée française. Paris, Ed. Maritimes, 1953. 95 p.
996.52 HOUgf

Lesoto

SPENCE, J. E. Lesotho; the politics of dependence. London, Oxford Univ., 1968. 88 p.
323(686.1) S744

Libéria

LIBERIAN INFORMATION SERVICE. Facts about Liberia. Monrovia, 1963. 41 p.
F308(666) L895

Malaui

ROTBERG, ROBERT I. The irise of nationalism in Central Africa; the making of Malawi and Zambia 1873-1964. Cambridge, Mass., Havard Univ. Press, 1966. 362 p.
325.8(689.4+689.7) B842

Malgache

BARDONNET, DANIEL. La sucession d'etats a Madagascar; sucession au droit conventionnel et aux droits patrimoniaux, Paris, R. Pichon & R. Durand-Auzuias, 1970. 877 p.
341.281(691) B247

HESELTINE, NIGEL. Madagascar. New York, etc. Praeger / 1971 / 334 p.
308(691) H584

TEVOEDJRE, ALBERT. Pan-africanism in action; an account of the UAM / Cambridge / Center for international Affairs, Harvard Univ. / c1965 / 88 p.
327.39(6) J353

Mali

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritaniem Niger, Senegal, Tchad, Togo. 317 p.
308(6) A258

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun, Gabon, Paris, Ediafric, 1972. 325 p.
338.984(6) P699

SNYDER, FRANK GREGORY. One-party government in Mali: transition toward control. New Haven and London, Yale Univ. Press, 1965. 178 p.
329.17(624) S675

Mauritânia

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal. Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
305(6)A259

GERTEINY, A. G. Mauritania. New York, A. Praeger, 1967. 243 p.
308(661.2) GERm

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun, Gabon. Paris, Ediafric, 1972. 325 p.
338.984.3(6) P699

WESTEBBE, RICHARD M. The economy of Mauritania. New York, / etc. / Praeger Publishers / c1971 / 172 p.

Moçambique

CABRAL, ANTONIO CARLOS PEREIRA. Pequeno dicionário de Moçambique; moçambicanismos e termos nativos mais correntes. Lourenço Marques, Ed. do Autor, 1972. 127 p.
R806.90(679)-087 C117

IGLEZIAS, LUIZ. A verdade sobre Angola. Rio de Janeiro, Graf. N. S. de Fátima, 1961. 158 p.
308(673+679) I24

MONDLANE, EDUARDO. THE struggle for Mozambique. Middlesex, Penguin Books, 1969. 221 p.
23(679)(09) 741

PAIKKAR, KAVALAN MADHUSUDAM. Angola in Flames. Bombay / etc. / Asia Publ. House / c1962 / 127 p.
67.3+967.9 912

Niger

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cemaroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritania, Niger. Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
08(6) 258

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire, Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun. Gabon: Paris, Ediafric, 1972. 325 p.

RIVERES, E. S. de. Histoire du Niger... Paris, Berger-Levranlt, 1965. 310 p.
838.984.3(6) 699

SÉRE DE RIVIERES, EDMOND. Le Niger. Paris, Ed. Maritimes te Coloniales, 1952. 95 p.
966-26 SERn

Nigéria

ADELEYE, R. A. Power and diplomacy in northern Nigeria 1804-1906; the Sokoto Caliphate and its enemies / New York / Humanities Press / 1971 / 391 p.
966.9 A228

AWOLOWO, OBAFEMI. The strategy and tactics of the people's republic of Nigeria / London and Basingstoke / Macmillan / 1970 / 132 p.
338(669) A967

ANENE, G. C. Southern Nigeria in transition, 1885-1906; theory and practice in a colonial protectorate. Cambridge, Univ. Press, 1966. 360 p.
966.9 ANE

BALIWA, A. T. Nigeria speakes; speeches made between 1957 and 1964. Ikefa, Longmans of Nigeria, 1964. 178 p.
32(669) BAL

CLARK, PETER B. Planning import substitution. Amsterdam and London, North-Holland Publishing Company, 1970. 315 p.
338.92(669) C592

EICHER, CARL K. Growth and development of the Nigerian Economy. Edited by Carl K. Eicher and Carl Liedholm. / East Lansing / Michigan State University Press, 1970. 456 p.
338(669)(04) E34

ELIAS, T. O. Nigeria, the development of its laws and constitution. London, Stevens, 1967. 491 p.

KILBY, PETER. Industrialization in an open economy: Nigeria, 1945-66. Cambridge, Univ. Press, 1969. 399 p.
338.924(669 K48

KIRK-GREENE, A. H. M. Crisis and conflict in Nigeria; a documentary sourcebook 1966-1969 London / etc. / Oxford Univ. Press, 1971. 2 v.
323(669)(09) K59

LEWIS, WILLIAM ARTHUR. Reflexions sur croissance économique du Nigeria. Paris, Centre de Développment de l'Organization de Cooperation et de Dévelopmment Économiques, 1967. 75 p.
E338(669) D685

LUCKHAM, ROBIN. The Nigerian military; a sociological analysis of authority & revolt 1960-1967. Cambridge, Univ. Press, 1971. 376 p.
323(669(09)L941

MACKINTOSH, G. P. Nigerian government and politics. London, G. Allen and Unwin, 1966. 651 p.
323(669) MAC

PEARSON, SCOTT R. Petroleum and the Nigerian economy. Stanford, Stanford Univ. Press, 1970. 235 p.

POEHL, PAUL O. Foreign enterprise in Nigeria, law and policies. Chapel Hill, Univ. North Carolina Press, 1965. 250 p.
323.453.6 PROf

ROYAL Institute of International Affairs. Nigeria; the political and economic background. London, Oxford Univ. Press, 1964. 141 p.
308(669) ROYn

SCHWARZ, F. A. O. Nigeria: the tribes, the nation or the race; the politics of independence. Cambridge, MIT Press, 1965. 316 p.
32(669) SCHn

SKLAR, R. L. Nigerian political parties; power in an emergent African nation. Princeton, Univ. Press, 1963, 1963. 578 p.
328(669) SKLn

Quênia

MILLER, CHARLES. The lunatic express; an entertainment in imperialism. New York, Hacmillan, c1971. 559 p.
325.3(410-52:6) M647

ATTWOOD, WILLIAM. The reds and the blacks; a personal adventura ... New York / etc. / Haper & Row / c1967 / 341 p.
323(665.2+676.2) A886

QUÊNIA. CONSTITUIÇÃ. 1968. The constitution of Kenya. Nairobi, Gov. Printer, 1969. 79 p.
F342.4676.2) K33 1968

RICCIARDI, MIRELLA. Vanishing. Africa. New York, Reynal Y Company in association with W. Marrow and Company, 1971. 212 p.
39(672.2) R492

Rodésia

Arrighi, G. The political economy of Rhodesia. The Hague, Mouton, 1967. 60 p.
33(689) ARR

RHODESIAN crisis. an impartial, documented account of the Rhodesian crisis. Exerter, Engl., Africa Research Ltd. 1966. 27 p.
F323(689) RHO

Rodésia do Sul

BARBER, JAMES. Rhodesia: the road to rebellion. London and New York, Published for the Inst. of Race Relations, by Oxford Univ., 1967. 338p.
325.8(689.1) B234

LEYS, COLIN. European politics in Southern Rhodesia. Oxford, At the Clarendon Press / 1960 / 323 p.
323(689) 32 L685

Senegal

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

DESCHAMPS, HUBERT JULES. Le Senegal et la Gambie. . . 2.ed. Paris, Presses Univ. de France, 1968. 127 p.
308(663+665.1) D446

L'ECONOMIE SENEGALAISE. Paris, Ediafric, 1970. 214 p.
338.98(663) E19

FLIS-ZONABENS, FRANÇOISE. Lyceens de Dakar; essai de sociologie de l'éducation. Paris, Maspero, 1968. 213 p.
373.506(663) F626

FOUGEYROLLAS, PIERRE. Ou va le Sénégal? analysis specrale d'une nation africaine. Paris, Anthropos, c1970. 274 p.
323(663) F765

JOHNSON, G. WESLAY, jr. The emergence of black politics in Senegal; the struggle for power in the four communes, 1900-1920. Stanford, Pu-

blished for the Hoover Institution on War, Revolution and Peace by Stanford univ. Press, 1971. 260 p.
323(663)(09) J67

LAVAL, ROGER. La décentralisation au Sénégal. Dakar, Univ. de Dakar, 1971. 82 p.
F338.924(663) L392

LES PLANS de developpement des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun, Gabon. Paris, Ediafric, 1972. 325 p.
338.984.3(6) P699

SÉRÉ DE RIVIERES, EDMOND. Le Sénégal — Dakar. Paris, Ed. Mauriteniet co'oniales, 1953. 127 p.

Serra Leoa

CARTWRIGHT, JOHN R. Politics in Sierra Leone 1947-67. Toronto, Univ. of Toronto Press / c 1970 / 296 p.
323(664)(09) C329

KUP, ALEXANDER PETER. A history of Sierra Leone, 1700-1787. Cambridge, Cambridge Univ., 1962. 211 p.
966.4 K96

SIBTHORPE, A. B. C. The history of Sierra Leone. 4.ed. New York, The Humanities Press / 1970 / 228 p.
966.4 S564

Somália

BAYNE, E. A. Four ways of politics; state and nation in Italy, Somalia, Israel, Iran; the dânamics of political participation as exhibited in four countries caught up in the processo of modernization. New York, American Univ. Field Staff / c1965 / 320 p.
323(45+55+569.4+677) B361

POTHOLM, CRISTIAN P. Four African political systems. Engl od Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall / c1970 / 308 p.
323(666.8+677+678+680) P862

Sudão

DAMASCO. Centre d'Etudes et de Documentation Economiques, Financieres et sociales. L'economie Soudanaise. Damas, 1967. 38 p.

Sudoeste Africano

HIDAYATULLAH, M. The South-West Africa case. Bombay, Asia Publ. House, 1967. 144 p.
341.212.4(68) HIDs

INTERNATIONAL conference on South West Africa, Oxford, 1966. South West Africa, an international responsibility. Oxford, 1966. pag. irreg.
341.212.4(688) INTs

AFRICA do Sul. Department of Information. Ethiopia and Liberia versus South Africa... Hague, 1960-1966. 306 p.
341.64(688)AFRe

Tanzânia

BIENEN, H. Tanzania, party transformation and economic development. Princeton, N. J. Univ. Press, 1967. 446 p.
323(678.1) BIE

HOPKINS, RAYMOND F. Political roles in a new states; Tanzania's first decade. New Haven and London, Yale Univ. Press, 1971. 293 p.
323(678) H795

POTHOLM, CHRISTIAN P. Four African political systems. Englewood Cliffs, Nye Jersey, Prentice-Hall / c1970 / 308 p.
323(666.8+677+678+680) P862

Tchad

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritania, Niger, Senegal, Tchad, Togo. Paris Ediafric, 1971. 317 p.

L'ECONOMIE des pays de l'Afrique; Tchad, RCA, Congo, Gabon. Centrale. Paris, Ediafric, 1971. 279 p.
338(6-191.2) E19

Togo

L'AFRIQUE noire de A à Z; Cameroun, RCA, Congo, Cote d'Ivoire, Dahomey, Gabon, Haute-Volta, Mali, Mauritanie, Niger, Senegal, Tchad, Togo, Paris, Ediafric, 1971. 317 p.
308(6) A258

LES PAINS de development des pays d'Afrique Noire; Mauritanie, Mali, Niger, Togo, Senegal, Cote d'Ivoire, Cameroun, Gabon. Paris, Ediafric, 1972. 325 p.

Uganda

LOW, D. A. Buganda in modern history. Berkeley and Los Angeles, Univ. of California Press, 1971. 265 p.
967.61B L912
LOW, D. A. The mind of Buganda; documents of the modern history of an African Kingdom. Berkeley and Los Angeles, Univ. of California Press, 1971. 243 p.
967.61B L912m
MILLER, CHARLES. The lunatic express; an entertainment in imperialism. New York, Macmillan, c1971. 559 p.
325.3(410-52:6) M647

Zâmbia

CAPLAN, GERALD L. The elites of Barotseland, 1878-1969; a political history of Zambia's Western Province. Berkeley and Los Angeles, Univ. of California Press, 1970. 270 p.
323.396(689.4B) C244
HALL, RICHARD. The high of principles: Kaunda and the White South by Richard Hall. London, H. and Stoughton, c1969. 256 p.
323.1(689.4) S521
HALL, RICHARD. Zambia ... London, Pall Mall Press, 1967. 357 p.
308(689.4)H178
KAUNDA, K. D. Humanisme in Zambia and a guide to its implementation. Lusaka, Zambia Information Service, 1968. 50 p.
F308(689.5) KAU
MULFORD, DAVID C. Zambia: the politics of independence 1957-1964. Oxford, Univ. Press, 362 p.
968.94 MUL
ROTBERG, ROBERT I. The rise of nationalism in Central Africa, the making of Malawi and Zambia Univ. Press, 1966. 362 p.
325.8(689.4+689.7) B842

IPRA V GENERAL CONFERENCE PROCEEDINGS

Selected Papers from the Fifth General Conference of the International Peace Research Association

(IPRA Studies in Peace Research No. 6)

CONTENTS

Theories of Conflict and Case Studies

A. Newcombe et al.: The Prediction of Wars: Using an Internation Tensiometer
M. Jänacke: The Comparative Analysis of Political Systems in terms of Crisis
B. Wirmark: The Buddhists in Vietnam
H. J. Krysmansky / J. Brinkmann: Theory and Conflict
M. Aram: Nagaland Peace Mission: A case of Creative Conflict Resolution
M. Stohl: The Relationship between Foreign and Domestic Conflict; A Theoretical and Methodological Assessment
R. Jorgensen: Social Mobilization: Class Alliances and Class Conflict in Latin America
N. P. Gleditsch / J. D. Singer: Distance and International War, 1816-1965
P. Wehr: Some Thoughts on Conflict Education
A. Bose: Mahatma Gandhi's Pirnciples of Peace Making

AOS LEITORES

A redação da REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL vem sendo constantemente procurada por estudantes universitários e pesquisadores interessados em obter separatas de artigos publicados em seus números anteriores.

Tendo em vista a crescente demanda por esses serviços, a redação da Revista colocará à disposição de seus assinantes e do público em geral a oportunidade de receberem, por via postal, cópias xerox dos artigos desejados.

Para fazer frente aos custos de manutenção desse serviço, a redação da Revista cobrará apenas uma taxa de expediente e correio de Cr$ 1,50 (um cruzeiro e cinqüenta centavos), por página publicada.

Os pedidos, acompanhados de cheque nominativo em favor do INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, devem ser remetidos diretamente à redação da Revista, na Praia de Botafogo nº 186 - Gr. "B" - s/213 — Rio de Janeiro - RJ 20000.

O número de páginas de cada artigo pode ser calculado através do código do Índice Remissivo completo, publicado em nosso número 57/58 — janeiro/junho 1972.

AOS LEITORES

A REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL publicou, em seu último número — 57/58, de janeiro/junho de 1972, Índice Remissivo completo dos artigos publicados em suas páginas desde a criação da Revista — Vol. I - nº I - março/58.

Dada a grande receptividade junto aos nossos leitores, a Redação da Revista informa que ainda dispõe de alguns exemplares do número 57/58, o qual poderá ser solicitado por carta, acompanhada de cheque nominal no valor de Cr$ 15,00 (quinze cruzeiros), em favor do INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, situado na Praia de Botafogo, nº 186 - Gr. "B" - s/213 — Rio de Janeiro - RJ 20000.

Além desse número, acham-se disponíveis os seguintes números especiais:

Nº 30 — A COMPRA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA — Parte I.

Nº 31/32 — A COMPRA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA — Parte II.

Nº 33/34 — ACORDO DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Parte I.

Nº 35/36 — ACORDO DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Parte II.

Nº 37/38 — POLÍTICA BRASILEIRA DE ENERGIA ATÔMICA

Nº 39/40 — FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

Nº 43/44 — II CONFERÊNCIA DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Nº 45/46 — BACIA DO PRATA

Nº 49/50 — A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Nº 51/52 — PRODUTOS DE BASE

Nº 53/54 — TEMAS MILITARES

Nº 57/58 — III UNCTAD

Esta revista foi impressa
nas oficinas gráficas da
Editora **Vozes** Limitada
Rua Frei Luís, 100
Petrópolis, Estado do Rio
de Janeiro, **Brasil**.